An aerial photograph of a road project, overlaid with a white grid. The road is a light-colored, winding path through a darker, textured landscape. The grid is composed of thin white lines forming a 5x5 pattern of squares.

# **Estudo Ambiental Complementar – PR-401 Projeto de Pavimentação em Coronel Domingos Soares e Palmas**

**Banco Intermediário de Desenvolvimento (BID)**

Referência: 0401916

[www.erm.com](http://www.erm.com)

Banco Interamericano de Desenvolvimento  
(BID)  
1300 New York Avenue, N.W.  
Washington, D.C. 20577 USA

## **Estudo Ambiental Complementar - PR-401 - Projeto de Pavimentação em Coronel Domingos Soares e Palmas**

Junho, 2017

Referência: 0401916

**Verificado por: Fernanda Britto**

Coordenadora do Projeto

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Autorizado por: Ricardo Calvo**

Sócio Responsável pelo Projeto

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Environmental Resources Management**  
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105  
Conj. 171 - Thera Corporate  
Cidade Monções - São Paulo - SP - Brasil  
(11) 5095-7900  
*www.erm.com*

SUMÁRIO

1	<i>INTRODUÇÃO</i>	2
2	<i>DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA</i>	2
3	<i>INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROJETO</i>	4
3.1	<i>LOCALIZAÇÃO</i>	4
3.2	<i>DESCRIÇÃO</i>	6
3.3	<i>MARCOS REGULATÓRIOS E ESTUDOS AMBIENTAIS</i>	8
4	<i>LINHA DE BASE</i>	23
4.1	<i>LINHA DE BASE DE AMBIENTAL</i>	23
4.2	<i>LINHA DE BASE SOCIAL</i>	25
5	<i>IDENTIFICAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS</i>	39
5.1	<i>IDENTIFICAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS</i>	39
5.2	<i>IDENTIFICAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS</i>	44
6	<i>PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS PARA O PROJETO</i>	49
6.1	<i>PLANO DE AÇÃO DE GÊNERO</i>	50
6.2	<i>PLANO PRELIMINAR DE REASSENTAMENTO (PPR)</i>	52
6.3	<i>MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES</i>	73
6.4	<i>AVALIAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES</i>	77
7	<i>CONCLUSÃO</i>	86
ANEXO A	<i>RELATÓRIO DAS CONSULTAS</i>	
ANEXO B	<i>MATRIZ PRELIMINAR DE PARTES INTERESSADAS</i>	
ANEXO C	<i>MAPA DE COBERTURA VEGETAL</i>	

**1 INTRODUÇÃO**

Este documento visa atender à solicitação da equipe técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) responsável pela avaliação do Programa BID I Integração, pleiteado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná (SEIL/PR), referente à complementação de avaliações ambientais dos empreendimentos elencados na Amostra Representativa do Programa.

Os Estudos Complementares foram elaborados a partir de uma análise crítica dos Estudos Ambientais preparados durante o processo de licenciamento ambiental da amostra representativa dos projetos previstos no Programa BID I Integração e complementados com informação gerada no processo de consultas públicas realizadas nas áreas de influência direta (AID) dos projetos.

Adicionalmente, os Estudos contêm os Planos de Ação específicos para os projetos, a saber: Plano de Ação de Gênero, Plano de Ação para Reassentamento, Mecanismo de Queixas e Avaliação de Riscos e Desastres.

O presente Estudo Ambiental Complementar avalia os documentos produzidos no escopo do Projeto PR-401 - Pavimentação em Coronel Domingos Soares e Palmas, e aponta os Planos de Ação temáticos a serem desenvolvidos visando à gestão dos impactos e riscos identificados e o atendimento às Políticas Operacionais (OPs) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

**2 DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA**

O objetivo geral do Programa de Obras Múltiplas - BID I é aumentar a conectividade entre as populações urbanas e rurais, enquanto os seus objetivos específicos são ampliar a eficiência e a produtividade competitiva, melhorar a integração regional e contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura.

O Programa contempla a elaboração do Plano Diretor Rodoviário, que em conjunto com os Planos Aeroviário e Hidroviário do Estado, finalizados no início de 2015, permitirá ainda dentro do Programa a execução de um Plano Estratégico de Logística e Transportes - PELT, e de um Plano de Desenvolvimento de Centros Logísticos Intermodais. Quando implantados, esses mecanismos irão orientar a administração pública do Estado nas suas atividades de planejamento e definição de políticas na programação de recursos para investimentos no sistema de transportes do Paraná.

No que tange ao sistema rodoviário, o Programa contempla três tipos de obras: (i) construção, incluindo terraplenagem e pavimentação de sete ligações em terrenos naturais (*greenfield*), totalizando 71,70 km; (ii) pavimentação de sete rodovias não pavimentadas existentes em trechos que somam 218,49 km, e (iii) restauração e expansão de vias de dez estradas pavimentadas, no total de 125,75 km. Nesse momento, o Programa envolve um total de 24 projetos a serem executados ao longo do período 2018 a 2022.

Por meio do Programa, o Estado do Paraná busca ampliar a capacidade dos corredores rodoviários, melhorando a oferta, a condição de trafegabilidade, a sustentabilidade ambiental e a segurança das rodovias que atendem ao escoamento de cargas geradas pelas atividades econômicas no Estado, incluindo também o acesso ao seu sistema portuário. Desse modo, são previstas ações, como obras de construção de terceiras faixas, acostamentos, alargamentos de pontes, interseções em desnível e duplicações pontuais, além da restauração de trecho existente, pavimentação e implantação de novas rodovias.

A pavimentação das rodovias apontadas no Programa garantirá, ainda, o acesso das populações dos municípios a serem beneficiados aos serviços públicos disponíveis nos centros urbanos de maior estrutura.

Para a primeira fase, foram selecionados seis projetos relacionados no Quadro 2-1- equivalentes a 30% do Programa – que compõem a Amostra Representativa.

**Quadro 2.1** *Projetos pertencentes à Amostra do Programa*

Rodovia	Trecho	Área	Extensão (km)
Contorno	Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Rural	6
PR-239	Pavimentação: Pitanga - Mato Rico	Rural	43,15 km
PR-090	Pavimentação: Contorno de Castro (Lote 2)	Rural	2,65
PR-912	Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Mista (Urbana e Rural)	28
PR-364	Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	Mista (Urbana e Rural)	47,71
PR-417	Ampl. Cap.: Curitiba - Colombo (Lote 1)	Urbana	4,24
<b>TOTAL</b>			<b>131,75</b>

No presente Estudo Ambiental serão apresentadas informações referentes ao projeto de pavimentação e implantação de melhorias no trecho da rodovia estadual PR-912, situado entre o município de Coronel Domingos Soares e o entroncamento com a PR-449, já no município vizinho de Palmas.

**3**                    **INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROJETO**

**3.1**                    **LOCALIZAÇÃO**

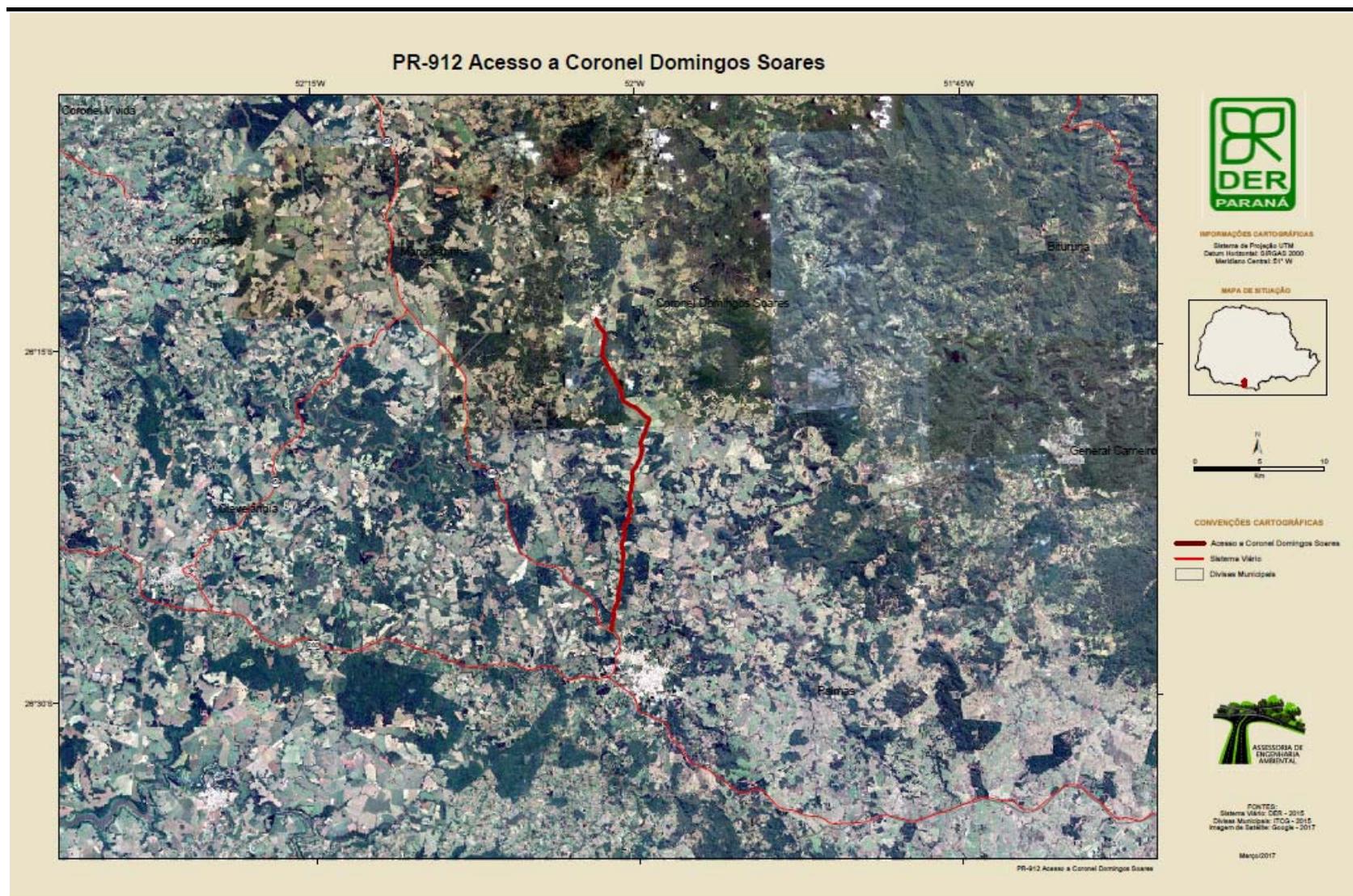
O Projeto de Pavimentação e Implantação de Melhorias em trecho rodoviário da rodovia estadual PR-401 localiza-se entre o município de Coronel Domingos Soares e o entroncamento com a PR-449, já no município vizinho de Palmas, estendendo-se por 28 km.

Os municípios de Coronel Domingos Soares e de Palmas estão localizados no sul do Estado do Paraná, na Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense, precisamente, na Microrregião Geográfica de Palmas. São limitados a oeste por Clevelândia, a leste por General Carneiro, a norte, por Mangueirinha e a sul, pela divisa com o Estado de Santa Catarina. Os municípios estão 400 km distantes da capital, Curitiba.

Palmas faz parte do eixo Paraná Tradicional, caracterizado por economia pecuarista, tendo registrado, entre 2000 e 2004, um dos maiores índices de crescimento econômico do Estado. Por sua vez, o município de Coronel Domingos Soares apresenta economia baseada na produção agropecuária, com o plantio de soja, milho e trigo, e criação de aves e rebanho de bovinos. O município não possui acesso asfáltico, o que prejudica o desenvolvimento de vários setores da economia.

Na Figura 3.1, a seguir, constam as localizações do Projeto e dos municípios de Coronel Domingos Soares e Palmas, em relação ao Estado do Paraná.

Figura 3.1 Localização do Projeto e dos Municípios de Coronel Domingos Soares e Palmas



## **3.2**            *DESCRIÇÃO*

### **3.2.1**         *O Projeto*

O Projeto consiste na pavimentação e ampliação de rodovia já existente (PR-912), em uma extensão de 28 km, com o intuito de promover melhorias das condições de tráfego e segurança dos usuários da via, suprir a demanda do aumento do fluxo de veículos, considerando, inclusive, a demanda futura e melhorar as condições de vida da população de Coronel Domingos Soares, que atualmente não conta com nenhum acesso pavimentado.

Para o trecho inicial, por se tratar de perímetro urbano adensado da sede municipal de Palmas, está prevista a implantação de avenida duplicada com canteiro central e passeios laterais, o que garantirá a redução na velocidade e, por consequência, a segurança dos pedestres.

Após a passagem do adensamento, haverá duplicação da via com implantação de ciclovia do lado direito, até a entrada da Cooperativa Agroindustrial Coamo. Após a duplicação, o trecho passará a ser em pista simples, com faixa de rolamento com acostamentos e faixa de drenagem.

Estão previstos, ainda, dispositivos tipo “limpa rodas” nos acessos às propriedades e às ruas pavimentadas ao longo do trecho, e padronização dos pontos de ônibus existentes, conforme normas que garantam a segurança dos usuários da via e dos pedestres.

Para que o Projeto possa ser executado, foram desenvolvidos os seguintes projetos e estudos complementares:

- Projeto Geométrico, com base nos critérios técnicos preconizados nos documentos “Características Técnicas Básicas para Rodovias Estaduais” (SEIL/DER) e “Instruções para Projeto Geométrico de Rodovias Rurais” do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Edição 1999;
- Projeto de Interseções, Retornos e Acessos;
- Projeto de Pavimentação;
- Projeto de Drenagem;
- Projeto de Pavimento;
- Projeto de Obras de Arte Especiais;
- Projeto de Sinalização;

- Projeto de Desapropriação; e
- Projeto de Paisagismo.

Também estão previstos os seguintes serviços complementares:

- Defensas metálicas;
- Cercas;
- Implantação de passeios;
- Ondulações transversais (lombadas); e
- Implantação de abrigo de ônibus.

A sinalização será implementada de acordo com as normas do Manual de Sinalização Rodoviária (1999) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Embora não estejam previstos redutores de velocidade ao longo da extensão da via, as placas regulamentadoras de velocidade indicativa do trecho estarão posicionadas de forma a orientar o usuário.

### **3.2.2**

#### ***Estruturas Associadas às Obras***

As estruturas associadas às obras são aquelas utilizadas para apoiar as atividades de implantação do Projeto, e consistem nas seguintes áreas: canteiro de obras; alojamento de trabalhadores; áreas de empréstimo de materiais; áreas de bota-fora, e de disposição final de resíduos, áreas para acúmulo de recursos naturais tais como rochas, solos e restos vegetais.

Para o presente Projeto, até o momento, não há definição de nenhuma dessas áreas de apoio. Essas áreas deverão ser definidas e seus custos estimados pela empresa responsável pela execução das obras. Portanto, ainda não foram identificados e avaliados os impactos e riscos relacionados a essas estruturas para o meio ambiente local, bem como para as populações residentes.

Por esse motivo, é fundamental que a empresa executora realize um estudo prévio para levantamento das áreas a serem mobilizadas para a instalação dessas estruturas, de modo que gerem o mínimo de impacto para o meio ambiente e para as populações residentes, e que os impactos inevitáveis sejam facilmente mitigados por meio da adoção de medidas e ações corretivas. Tal estudo deverá conter os principais impactos e riscos associados a cada uma das alternativas cogitadas, e deverá ser escolhida aquela que gere menos pressão e transtornos.

Um ponto importante a se considerar é o total de mão de obra a ser mobilizado e a duração da fase de sua maior concentração, pois isso representará maior movimentação de trabalhadores, o que poderá causar tanto incômodos às populações locais, quanto pressão no meio ambiente local.

Especificamente para o canteiro de obras, a orientação do SEIL/DER é que a empresa contratada para execução das obras preveja em seu orçamento a locação e a manutenção de *containers* que servirão de instalações de apoio (escritório, instalações sanitárias, refeitório etc.).

### **3.3** *MARCOS REGULATÓRIOS E ESTUDOS AMBIENTAIS*

O desenvolvimento do Programa BID I – Integração é regido por um conjunto de regulamentações que guiam as atividades para maximizar a eficiência e efetividade do processo, na medida em que minimizam os riscos e impactos associados.

Nos níveis federal, estadual e municipal, o Programa é regido por um marco jurídico e normativo o qual define os requisitos legais necessários para que os Projetos recebam e mantenham as licenças necessárias para seu desenvolvimento.

No nível municipal, o marco regulatório é variável de acordo com a localização do projeto. Destaca-se que não foram encontrados dispositivos legais dos municípios de Coronel Domingos Soares e Palmas relacionados ao Projeto.

#### **3.3.1** *Marcos Regulatórios*

##### **3.3.1.1** *Legislação Federal*

Na esfera federal, a Constituição Brasileira destaca a proteção ambiental em seu art. 225: “*todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*”.

Quanto às exigências para as licenças, no âmbito da legislação federal infraconstitucional, a Lei nº 6.938/81 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e cria o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, do qual passam a fazer parte os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

O SISNAMA é composto pelos seguintes órgãos: Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo; Conselho de Governo, um órgão superior de assessoria ao Presidente da República; o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como órgão central; o IBAMA como órgão executor, e os órgãos seccionais (entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental) e locais (entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições).

No Brasil, são as resoluções do CONAMA que estabelecem normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os Quadros 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5, a seguir, apresentam, os requisitos legais da legislação federal aplicáveis ao Programa BID I - Integração.

### Legislação Federal

**Quadro 3.1** *Leis Federais*

<b>Requisito Legal</b>	<b>Assunto</b>	<b>Descrição</b>
Lei nº 3.924/1961	Monumentos arqueológicos	Dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos. Define como crime qualquer ato que importe na destruição ou mutilação de monumentos arqueológicos ou pré-históricos (art. 5º).
Lei nº 5.197/1967	Fauna	Dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.
Lei nº 6.513/1977	Áreas protegidas	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural.
Lei nº 6.938/1981	Política ambiental	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei Federal nº 6.902/1981	Áreas protegidas	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.
Lei nº 9.605/1998	Crimes ambientais	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Lei nº 9.795/1999	Educação ambiental	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
Lei nº 9.985/2000	Áreas protegidas	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências.
Lei nº 9.966/2000	Poluição água	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, e dá outras providências.

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Lei nº 11.428/2006	Áreas protegidas	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
Lei nº 12.651/2012	Áreas protegidas	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

### Decretos Federais

Quadro 3.2 *Decretos Federais*

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Decreto nº 227/1967	Recursos minerais	Código de Mineração: estabelece os regimes de aproveitamento das substâncias minerais. Permite extração, pelos órgãos da Administração Pública direta e indireta, de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, para uso exclusivo em obras públicas, emprego imediato na construção civil, para uso exclusivo em obras públicas.
Decreto nº 86.176/1981	Áreas protegidas	Regulamenta a Lei nº 6.513/77 que dispõe sobre Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico.
Decreto nº 2.063/1983	Cargas perigosas	Dispõe sobre multas a serem aplicadas por infrações à regulamentação para a execução de transporte de cargas ou produtos perigosos.
Decreto nº 89.336/1984	Áreas protegidas	Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.
Decreto nº 96.044/1988	Cargas perigosas	Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.
Decreto nº 99.274/1990	Áreas protegidas	Regulamenta as Leis Federais 6.902/81 e 6.938/81 no que tange também à criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Decreto nº 1.922/1996	Áreas protegidas	Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências.
Decreto nº 4.281/2002	Educação Ambiental	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
Decreto nº 4.339/2002	Biodiversidade	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.
Decreto nº 4.340/2002	Áreas protegidas	Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
Decreto nº 4.887/2003	Comunidades	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Decreto nº 6.040/2007	Comunidades	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Decreto nº 6.660/2008	Áreas protegidas	Regulamenta os dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
Decreto nº 6.848/2009	Áreas protegidas	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.

### **Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA**

Quadro 3.3 Resoluções CONAMA

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Resolução nº 004/1985	Áreas protegidas	Estabelece definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas.
Resolução nº 001/1986	Licenciamento ambiental	Dispõe sobre os critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental.
Resolução nº 001-A/1986	Produtos perigosos	Dispõe sobre transporte de produtos perigosos em território nacional.
Resolução nº 009/1987	Licenciamento ambiental	Dispõe sobre a realização de audiências públicas.
Resolução nº 003/1990	Qualidade do ar	Estabelece padrões de qualidade do ar e amplia o número de poluentes atmosféricos passíveis de monitoramento e controle.
Resolução nº 001/1990	Ruídos	Dispõe sobre padrões, critérios e diretrizes para a emissão de ruídos, em decorrência de qualquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas.
Resolução nº 002/1994	Desmatamento	Define formações vegetais primárias e estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Paraná.
Resolução nº 237/1997	Licenciamento ambiental	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.
Resolução nº 249/1999	Biodiversidade	Aprova as Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica.
Resolução nº 303/2002	Áreas protegidas	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
Resolução nº 307/2002	Resíduos	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
Resolução nº 313/2002	Resíduos	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
Resolução nº 357/2005	Qualidade das águas	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
Resolução nº 369/2006	Desmatamento	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.
Resolução nº 420/2009	Contaminação do solo	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades

Requisito Legal	Assunto	Descrição
		antrópicas.
Resolução nº 429/2011	Áreas protegidas	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente – APP's.

### Instruções Normativas e Resoluções do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Quadro 3.4 *Instruções Normativas e Resoluções IBAMA*

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Instrução Normativa nº 146/2007	Fauna	Estabelece critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.
Resolução conjunta IBAMA-SEMA-IAP nº 007/2008	Desmatamento	Regulamenta a exploração eventual de espécies arbóreas nativas em remanescentes de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em ambientes agropastoril e em áreas urbanas.
Resolução Conjunta IBAMA-SEMA-IAP 05/2008	Áreas protegidas	Define critérios para avaliação das áreas úmidas e seus entornos protetivos, normatiza sua conservação e estabelece condicionantes para o licenciamento das atividades nelas permissíveis no Estado do Paraná.
Instrução Normativa IBAMA nº 5/2011	Desmatamento	Estabelece critérios para supressão vegetal nos termos do Decreto nº 6.660 de 2008-IBAMA.
Instrução Normativa IBAMA nº 013/2013	Fauna	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.
Instrução Normativa IBAMA nº 22/2014	Desmatamento	Estabelece critérios para Anuência Prévia de Supressão Vegetal para o Bioma Mata Atlântica.
Instrução Normativa IBAMA nº 05/2015	Desmatamento	Define período de restrição das atividades de construção de estradas, pátios, corte, arraste e transporte na floresta no período chuvoso, para os Planos de Manejo Florestal Sustentável nas concessões florestais federais.

### Portarias do Ministério do Meio Ambiente - MMA

Quadro 3.5 *Ministério do Meio Ambiente (MMA)*

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Portaria MMA nº 009/2007	Biodiversidade	Dispõe sobre as áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira.

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Instrução Normativa nº 05/2009	Áreas protegidas	Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal instituídas pela Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965.
Portaria Interministerial MMA/MT nº 288/ 2013	Rodovias sustentáveis	Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis- PROFAS, para fins de regularização ambiental das rodovias federais, e revoga a Portaria Interministerial nº 423, de 26 de outubro de 2011.
Portaria MMA nº 289/2013	Licenciamento ambiental rodovias	Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no licenciamento ambiental de rodovias e na regularização ambiental de rodovias federais.
Portaria MMA nº 443/2014	Flora	Reconhece as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.
Portaria MMA nº 444/2014	Fauna	Reconhece as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.
Portaria MMA nº 445/2014	Fauna	Reconhece espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção.
Instrução Normativa nº 02/2015	Desmatamento	Estabelece novas regras para autorizar a supressão de vegetação em área de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.
Portaria Interministerial nº 60 03/2015	Processo de Licenciamento	Define a forma de participação dos demais órgãos e entidades da administração pública federal processo de licenciamento.

### 3.3.1.2 Legislação Estadual

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA/PR) constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, cuja finalidade é formular e executar as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestais, cartográficas, agrárias, fundiárias, de controle da erosão e de saneamento ambiental. A SEMA/PR atua com estrita observância aos critérios gerais fixados, quando a norma fundamental a permite.

Para executar a política estabelecida, a Secretaria conta com o corpo técnico do Instituto Ambiental do Paraná (IAP/PR), que possui estrutura técnica especializada e a atribuição de conceder licenciamento ambiental no âmbito da sua competência, além da Polícia Ambiental, para fins de controle e fiscalização.

Por sua vez, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) desempenha papel normativo recursal.

Todos esses órgãos técnicos têm participação efetiva no planejamento e no licenciamento ambiental, cada qual cumprindo as suas funções e observando as exigências dos programas e políticas públicas definidas pelo Governo do Estado.

A seguir, são apresentados os requisitos legais da legislação estadual aplicáveis ao Programa BID I - Integração.

### **Licenciamento Ambiental**

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP/PR) é o órgão responsável, entre outras atribuições e conforme Lei Estadual nº 10.066/1992, pelo licenciamento ambiental no âmbito estadual.

Especificamente para empreendimentos rodoviários, o licenciamento atende ao disposto na Resolução nº 046/2015 (junho de 2015), da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA/PR), que alterou e revogou as Resoluções SEMA/PR nº 051/2013 e 013/2014, e que tem por finalidade estabelecer requisitos, definições, critérios, diretrizes e procedimentos administrativos referentes ao Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Rodoviários.

Para o requerimento de licenciamento ambiental junto ao IAP/PR, faz-se necessário apresentar documentação conforme dispõe a Resolução SEMA nº 046/2015. A documentação a ser apresentada depende da modalidade de licenciamento a ser requerida, conforme disposto nos Artigos 4º; 8º; 11º; 14º; 16º e 18º da referida Resolução.

A Resolução mencionada determina que o licenciamento ambiental será efetuado por meio dos seguintes dispositivos: Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE, Autorização Ambiental - AA, Licença Ambiental Simplificada - LAS, Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO.

O IAP/PR passou a exigir EIA/RIMA para fins de licenciamento das atividades de novas rodovias ou obras, incluindo obras de artes, que extrapolem a faixa de domínio e com extensão superior a 50 km.

Já o Relatório Ambiental Simplificado - RAS é exigido para os empreendimentos rodoviários contemplados no caput do Artigo 13, com extensão de até 50 km, ou obras que extrapolem a faixa de domínio e que não impliquem nos incisos de I a VI do caput do referido Artigo. Aplica-se, em tais casos, a Licença Prévia - LP, a qual será prosseguida de Licença de Instalação - LI, e Licença de Operação - LO.

Além do EIA/RIMA e do RAS, têm-se os estudos ambientais denominados Plano de Controle Ambiental Simplificado (PCAS) e Plano de Controle Ambiental (PCA), exigidos, respectivamente, nas modalidades de Autorização Ambiental - AA e Licença Ambiental Simplificada - LAS.

Fica definida, portanto, a aplicação do instrumento de licenciamento ambiental a todas as obras rodoviárias elencadas no Capítulo II da Resolução SEMA nº. 046/2015, quer se trate de implantação, de restauração ou de

melhoria, entre outros, ficando o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná (SEIL/DER) obrigado a solicitar o licenciamento ambiental em cumprimento ao rito definido pela legislação ambiental vigente.

Por sua vez, é atribuição do órgão ambiental solicitar ao DER, quando necessária, a complementação de informações quanto à documentação apresentada no requerimento do licenciamento, bem como quanto ao estudo ambiental aplicado.

Os pedidos de Autorização Florestal (AF) para Supressão de Vegetação Nativa também devem ser providenciados junto ao órgão ambiental, pois a inexistência desta Autorização resulta em crime ambiental. As Instruções Normativas do IAP/PR definem os procedimentos e condições para a sua obtenção.

### **Legislação Estadual**

Além da legislação federal apresentada anteriormente, o Programa e os projetos devem obedecer a uma série de leis, decretos, instruções e normas estaduais do Paraná. Os dispositivos aplicáveis ao Programa e aos projetos encontram-se nos Quadros 3-6, 3-7, 3-8,3-9 e 3-10.

**Quadro 3.6** *Legislação Estadual*

<b>Requisito Legal</b>	<b>Assunto</b>	<b>Descrição</b>
Lei nº 1.211 /1953	Patrimônio histórico	Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná. Elenca os bens que o constitui e a exigência de tombamento.
Lei nº 6.513 /1973	Qualidade das águas	Dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores.
Lei nº 7.109 /1979	Qualidade das Águas	Institui o Sistema de Proteção do Meio Ambiente prevendo ações contra qualquer agente poluidor ou perturbador, com aplicação e fiscalização pela Administração dos Recursos Hídricos - ARH.
Lei nº 8.014 /1984	Solo	Dispõe sobre a preservação do solo agrícola, contendo determinação quanto a tratamentos conservacionistas na construção e manutenção de estradas.
Lei nº 10.247 /1993	Flora e Fauna	Dispõe que é competência do IAP a fiscalização pelo cumprimento de normas de proteção da flora e da fauna no Estado do Paraná.
Lei nº 12.493 /1999	Resíduos	Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná. Define resíduos sólidos. Atribui responsabilidades às atividades geradoras de resíduos sólidos, de qualquer natureza.
Lei nº 16.755 /2010	Faixa de domínio rodovia	Dispõe sobre autorização para a concessão de uso do bem público denominado "faixa de domínio de rodovia", para pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, conforme específica.

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Lei nº 17.445 de 27/2012	Faixa de domínio rodovia	Institui a Taxa de Fiscalização do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, administradas pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

### Decretos Estaduais

#### Quadro 3.7 Decreto Estadual

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Decreto nº 6.120 /1985	Faixa de domínio rodovia	Regulamenta a Lei Estadual 8.014/84, define e contém determinações quanto a tratamentos conservacionistas na construção e manutenção de estradas.
Decreto nº 3.398 /97	Produtos perigosos	Cria o Programa Estadual de Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Estado do Paraná.
Decreto nº 387 /99	Desmatamento	Institui o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção de Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente. Atribui ao responsável por obra ou atividade de interesse social ou de utilidade pública a obrigação pela recuperação ou compensação de dano ambiental, em caso de supressão ou fragmentação de área de reserva florestal legal.
Decreto nº 4.475 /2005	DER	Aprova o Regulamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.
Decreto nº. 1529 /2007	Biodiversidade	Dispõe sobre o Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas no Estado do Paraná, atualiza procedimentos para a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN.
Decreto nº 7.969 /2013	Faixa de domínio rodovia	Regulamenta o disposto no artigo 1º da Lei nº 17.445, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, administradas pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.
Decreto nº 9.957 /2014	Qualidade das águas	Dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos e adota outras providências.
Decreto nº 140 /2015	Faixa de domínio rodovia	Altera o Decreto Estadual nº 7.969, de 16 de abril de 2013, que regulamenta o disposto no artigo 1º da Lei nº 17.445, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, administradas pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.
Decreto nº 5899/2017	SEIL	Aprova o Sistema Rodoviário Estadual - 2016, elaborado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL.

**Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA****Quadro 3.8** *Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA*

<b>Requisito Legal</b>	<b>Assunto</b>	<b>Descrição</b>
Resolução nº 65 /2008	Licenciamento ambiental	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente e adota outras providências.
Resolução nº 89 /2013	Licenciamento ambiental	Estabelece prazos de validade, diferenciados para o Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Rodoviários considerados de utilidade pública, objetivando compatibilizar a natureza dos mesmos aos prazos de execução.

**Portarias do Instituto Ambiental do Paraná - IAP****Quadro 3.9** *Instituto Ambiental do Paraná - IAP*

<b>Requisito Legal</b>	<b>Assunto</b>	<b>Descrição</b>
Portaria nº 193 /2006	Desmatamento	Estabelece critérios para corte de vegetação nativa em Estágio Inicial de Regeneração, Corte Isolado de Árvores Nativas e Aproveitamento de Material Lenhoso em Ambientes Florestais e Agropastoris nos imóveis rurais do Estado do Paraná.
Portaria nº 95 /2007	Biodiversidade	Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná, estabelece normas de controle e dá outras providências.
Portaria nº 156 /2009	Licenciamento ambiental	Cria e estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental para obras e serviços de conservação, manutenção, restauração e melhorias permanentes em Rodovias Estaduais e vias Municipais e dá outras providências.
Portaria nº 290 /2013	Recursos minerais	Estabelece critérios para licenciamento de pequenas cascalheiras de interesse de Prefeituras Municipais e Departamento de Estradas de Rodagem.

**Resoluções da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)****Quadro 3.10** *Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)*

<b>Requisito Legal</b>	<b>Assunto</b>	<b>Descrição</b>
Resolução nº 51 / 2009	Licenciamento ambiental	Estabelece a dispensa do Licenciamento Ambiental Estadual para empreendimentos de pequeno porte e baixo impacto ambiental.
Resolução nº 46 /2015	Licenciamento ambiental	Estabelece requisitos, definições, critérios, diretrizes e procedimentos administrativos referentes ao Licenciamento Ambiental e Regularização Ambiental de empreendimentos viários e ferroviários terrestres, públicos e privados, a serem cumpridos no território do Estado do Paraná.

### 3.3.1.3 Legislação Municipal

Não foi encontrada legislação socioambiental municipal relacionada ao Projeto em questão nos municípios de Coronel Domingos Soares e Palmas.

### 3.3.2 *Políticas do BID Aplicáveis*

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID é uma entidade financeira multilateral que estabeleceu salvaguardas e políticas ambientais e sociais para assegurar que os projetos financiados por ela sejam sustentáveis. As políticas e salvaguardas representam melhores práticas internacionais e são consistentes com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho da Corporação Financeira Internacional (IFC-OS, na sigla em inglês), no âmbito da gestão ambiental, social e de segurança.

Como parte da Linha Condicional de Crédito para Projetos de Desenvolvimento (CCLIP, na sigla em inglês), o BID requer que as atividades do Projeto cumpram com determinados padrões estabelecidos. Para tanto, estabelece algumas políticas de Meio Ambiente e de Gestão de Riscos de Desastres, que se constituem em marco coerente de salvaguardas e padrões de sustentabilidade que guiam o trabalho do Banco.

A seguir, são apresentadas de maneira resumida, as políticas aplicáveis ao Programa de Obras Múltiplas, por serem recipientes de recursos financeiros do Banco.

#### *Política de Acesso à Informação – OP-102*

Esta política, que se aplica a toda a informação gerada pelo BID e a certa informação em seu poder, sujeita a uma lista de exceções, está baseada nos seguintes princípios:

**Princípio 1: Máximo acesso à informação.** O BID garante acesso a todos os documentos e às informações que produz e às informações geradas pelos projetos em sua supervisão, desde que não esteja na lista de exceções<sup>1</sup>. O Banco, ainda, divulgará a informação incluída na lista de exceções, de acordo com os prazos e procedimentos estabelecidos para tal, sempre que não esteja legalmente impedido de fazê-lo.

**Princípio 2: Exceções claras e delimitadas.** Toda exceção de divulgação se baseará na possibilidade clara e delimitada de que a divulgação da informação seja mais prejudicial do que benéfica para os interesses, entidades ou partes

---

<sup>1</sup> Constituem a lista de exceções: informações pessoais; assuntos jurídicos, disciplinares ou investigativos; comunicações que impliquem os diretores executivos; informações que ponham em risco a segurança dos funcionários do Banco e de suas famílias, os consultores contratados e os contratados externos do Banco, os ativos do Banco e a segurança nacional dos países membros; informação confidencial disponibilizada e informações comerciais ou financeiras; informação administrativa institucional; informações deliberativas; informações financeiras que possam afetar as atividades do Banco nos mercados financeiros ou de capitais; informações confidenciais dos países, e informações relativas a operações sem garantia soberana.

afetadas, que o Banco esteja legalmente obrigado a se abster de divulgar a informação ou que esta tenha sido recebida em confidencialidade.

**Princípio 3: Acesso simples e amplo à informação.** O BID empregará todos os meios práticos para facilitar o acesso à informação.

**Princípio 4: Explicações das decisões e direito à revisão.** Nos casos em que o acesso à informação for negado, o Banco explicará sua decisão. Os solicitantes que considerem que houve violação na política ao lhes ser negado acesso à informação terão o direito de pedir que o Comitê de Acesso à Informação, de caráter interdepartamental, e presidido pelo Escritório da Presidência, revise a decisão. Caso o Comitê mantenha a negativa de acesso, poderá ser solicitada uma nova revisão da decisão por um painel externo designado pelo Banco para tal efeito.

De forma específica, entre os documentos de caráter ambiental e social que, de conformidade com esta política, devem ser postos à disposição do público no idioma das partes afetadas, estão: (i) Estratégia Ambiental e Social (ESS, na sigla em inglês); (ii) Estudo de Impacto Ambiental EIA, Estudo Ambiental Estratégico EAE e/ou Avaliação Ambiental AA, conforme seja o caso; e (iii) Informe de Gestão Ambiental e Social (IGAS ou ESMR, na sigla em inglês), que resume o mais relevante das avaliações ambientais e do Plano de Manejo e Gestão Ambiental dos projetos.

#### ***Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas – OP-703***

As Salvaguardas nesta política valem para todo o ciclo do projeto, com o propósito de assegurar a viabilidade ambiental dos investimentos do Banco. De acordo com as práticas de desenvolvimento sustentável, o Banco prioriza a prevenção e, quando necessário, a mitigação e a gestão plena de impactos negativos. As Avaliações Ambientais e seus Planos de Gestão estão desenhados como processos de identificação e atenção a tais impactos.

As Salvaguardas fornecem detalhes sobre que conteúdo e o escopo a ser considerado nas Avaliações como os Planos de Gestão, além de detalhes sobre temas importantes, como a legislação nacional, processos consultivos, supervisão e cumprimento entre outros.

#### ***Política de Gestão de Desastres Naturais e Inesperados – OP-704***

Essa Política foi formulada para atender a vulnerabilidade elevada que sentem as populações em países em desenvolvimento, ao passar por um desastre natural ou inesperado. A Política atribui importância especial à redução de risco, buscando melhorar o marco institucional e o apoio à gestão de risco de desastre. As diretrizes para aplicação da Política de Risco de Desastres foram aprovadas no ano de 2008.

Essa Política deverá ser considerada no contexto deste Programa somando esforços junto à Defesa Civil no atendimento às comunidades afetadas por desastres naturais nas AID dos projetos.

***Política de Reassentamento Involuntário – OP-710***

Esta Política foi desenhada para atender os riscos e as vulnerabilidades associadas aos projetos que envolvam deslocamentos físicos involuntários. O intuito é evitar, minimizar ou gerir a necessidade de deslocamento físico e, se não for possível, reduzir ao máximo as mudanças que prejudicam o modo de vida das populações, tanto economicamente, quanto socialmente.

Essa Política deverá ser considerada na íntegra no contexto deste Programa nos casos em que houver necessidade de reassentamento involuntário, e em partes – principalmente no que tange aos monitoramentos – nos casos em que for adotado processo de desapropriação ou de negociação simples.

***Política Operacional sobre Igualdade de Gênero no Desenvolvimento – OP 761***

Baseada em extensas pesquisas sobre processos de desenvolvimento, a política busca integrar temas sobre vulnerabilidades associadas ao gênero feminino, ao processo de avaliação de impactos e a planos de gestão. Essa OP considera a experiência do Banco no apoio à integração das mulheres como líderes, participantes e beneficiárias do desenvolvimento.

No que se refere ao presente Programa, esta Política será direcionada, prioritariamente, às mulheres envolvidas nas obras de intervenção nos trechos rodoviários contemplados, e às mulheres identificadas como vulneráveis aos impactos e riscos de cada um dos projetos.

***Política Operacional sobre Povos Indígenas – OP 765***

O Banco busca apoiar processos de desenvolvimento socioculturalmente apropriados à economia e à governabilidade de Povos Indígenas, reconhecendo seus direitos, aspirações e necessidades.

Por meio dessa política busca-se minimizar a vulnerabilidade que estes grupos possam sentir ao enfrentar projetos de desenvolvimento em seus territórios, e apoiar o desenvolvimento pleno das comunidades indígenas na área de influência dos projetos.

**3.3.3 *Estudos Ambientais e Demais Estudos***

**3.3.3.1 *Estudos Ambientais***

Para a obtenção das licenças ambientais necessárias para a implantação do

## ***PRELIMINAR***

Projeto (Licença Prévia - LP e Licença de Instalação - LI), foram submetidos ao órgão ambiental licenciador do Estado do Paraná, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP/PR), os seguintes documentos, apresentados no Quadro 3.12, adiante.

Quadro 3.12 Estudos Ambientais

Tipo de Licença/Autorização	Documentos Apresentados	Solicitações do Órgão Ambiental	Considerações Órgão Ambiental	Licença/Autorização Concedida
Licença Prévia(LP) <sup>2</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requerimento de Licenciamento Ambiental - RLA;</li> <li>• Cadastro de Empreendimentos Viários - CEV;</li> <li>• Certidão do Município de Palmas e de Coronel Domingos Soares quanto ao Uso e Ocupação do Solo;</li> <li>• Publicação do requerimento da LP;</li> <li>• Comprovante de recolhimento de Taxa Ambiental; e</li> <li>• Mapa locacional.</li> </ul> <p>Obs: Não solicitado Estudo Ambiental pelo IAP para o requerimento da LP</p>	Para a Licença de Instalação, apresentar sistema de drenagem e disposição final das águas pluviais (Apresentado ao IAP quando do requerimento da LI).	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Licença não autoriza a supressão de vegetação nativa, assim como não poderá ocorrer interferência florestal sem a prévia autorização do órgão ambiental competente a ser emitida em processo administrativo próprio (Foi solicitado procedimento específico e a AF já foi emitida (AF nº. 36050 válida até 10/10/2018); e</li> <li>• Considerações sobre os efluentes a serem lançados direta ou indiretamente nos corpos d'água, a respeito do pH, temperatura, materiais sedimentáveis e óleos e graxas.</li> </ul>	LP Nº 32857, válida até 27/12/2013.
Licença de Instalação (LI) <sup>3</sup>	<p>Projeto Executivo de Engenharia da Rodovia Municipal, trecho: Coronel Domingos Soares - Entroncamento PR-449 (Palmas)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• "Variável Ambiental";</li> <li>• Requerimento de Licenciamento Ambiental - RLA;</li> <li>• Cadastro de Empreendimentos Viários - CEV;</li> <li>• Publicação do pedido da LI;</li> <li>• Publicação da concessão da LP;</li> <li>• Comprovante de recolhimento de Taxa Ambiental;</li> <li>• Lei nº. 17044/2011 - Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia;</li> <li>• Decreto nº. 6279/2012 - Estadualização da Rodovia; e</li> <li>• Cópia da LP.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tomar todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de erosão do solo durante a realização da obra e a posterior (As medidas são implantadas juntamente com a execução da obra. Os projetos de engenharia já contemplam, por exemplo, a realização de plantio (grama) nos taludes de corte e aterro; projeto de drenagem eficiente, com implantação de medidas como escadas de descidas de água, dentre outros);</li> <li>• A(s) unidade(s) fornecedora de material de origem mineral a ser utilizada para a obra deverá ter licenciamento ambiental próprio e específico da atividade de mineração (Cláusula inserida em Editais de Licitação da Obra);</li> <li>• Deverá ser feito antes da execução da obra o licenciamento da unidade de Usina de Asfalto que fornecerá o material asfáltico a ser empregado na pavimentação (Cláusula inserida em Editais de Licitação da Obra);</li> <li>• Elaborar um plano de gerenciamento dos resíduos sólidos, de óleos e graxas para o parque de máquinas, área de manutenção dos equipamentos e alojamento do pessoal da execução da obra, com vistas à classificação dos resíduos, segregação adequada e destinação específica, ao condicionamento, transporte e destinação final, que deverá ser protocolado no IAP antes do início da obra (Cláusula inserida em Editais de Licitação da Obra); e</li> <li>• Tomar as medidas necessárias de segurança, a fim de prevenir a ocorrência de acidentes com combustíveis utilizados para o abastecimento de máquinas e veículos na obra, bem como, deverá comunicar imediatamente ao IAP eventual ocorrência de acidente com potencial de contaminação ou poluição dos recursos ambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Licença não autoriza a supressão de vegetação nativa, assim como não poderá ocorrer interferência florestal sem a prévia autorização do órgão ambiental competente a ser emitida em processo administrativo próprio (Foi solicitado procedimento específico e a AF já foi emitida (AF nº. 36050 válida até 10/10/2018).</li> </ul>	LI Nº 18614, válida até 17/02/2020.

<sup>2</sup> A LP é o mecanismo do sistema de licenciamento ambiental brasileiro que aprova a localização e concepção do projeto, bem como atesta sua viabilidade ambiental. A LP, em geral, estabelece alguns requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implementação, não sendo permitida, até o presente momento, nenhuma interferência na área.

<sup>3</sup> A LI é o mecanismo do sistema de licenciamento ambiental brasileiro que autoriza o início da instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos executivos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes. Neste momento não é autorizada a operacionalização do empreendimento, o que só ocorre após a emissão da Licença de Operação (LO).

**3.3.3.1**      *Demais Estudos*

- Inventário Florestal elaborado pelo SEIL/DER em Fevereiro/2016, que subsidiou o requerimento da Autorização Florestal emitida sob nº. 36050 válida até 10/10/2018.

**4**            ***LINHA DE BASE***

**4.1**          ***LINHA DE BASE DE AMBIENTAL***

Ao se analisar os fatores físicos da composição regional, observa-se que a região de inserção do Projeto está em áreas de origem de rochas ígneas e metamórficas, caracterizadas pelos derrames basálticos provenientes de derramamento vulcânicos. Em confluência ao analisado regionalmente, a área da estrada apresenta predominância de rochas basálticas, variando sua coloração de acordo com o volume de sílica presente.

No que se refere à geomorfologia, o Projeto ocupará áreas caracterizadas pela morfologia denominada de Planalto de Palmas/Guarapuava, que para esse trecho apresenta pouca dissecação.

A avaliação pedológica da área analisada exibiu solos de características de desenvolvimento distintas. Os cambissolos são encontrados em maior expressão na área de estudo, sendo que evidenciam um baixo desenvolvimento visto o pouco desenvolvimento identificado no horizonte B. Os latossolos, identificados em menor expressão na porção central da área de estudo e comumente conhecidos como terra vermelha, evidenciam um maior grau de intemperismo, por apresentar horizonte B em alto grau de desenvolvimento. Já os neossolos identificados são caracterizados pelo baixo desenvolvimento e grande volume de material originário na sua composição. Isso ocorre pelo tempo de exposição e intemperismo.

Em relação ao clima, observa-se que em seguimento à classificação climática de Köppen a área caracteriza-se por ter um clima temperado úmido, diferenciando-se por possuir verão caracterizado como quente. As concentrações de chuva dão-se nos três meses iniciais do ano, com precipitação total média de 1705,5mm/ano.

A formação florestal encontrada na região é predominantemente a florestal ombrófila mista (FOM). Essa formação caracteriza-se como bioma de Mata Atlântica e por localizar-se no sul do país, sendo sua formação influenciada pelos regimes hídricos e de temperatura. Como elemento dessa formação é destacada a presença das Araucárias, sendo esta determinante para sua distinção fitossosionômica em relação às demais formações florestais.

#### 4.1.1 *Biodiversidade: Comparativo Espécies Existentes x Lista Vermelha da IUCN*

Em 1964, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) criou o que veio a se tornar o maior catálogo sobre o estado de conservação de espécie de plantas, animais, fungos e protozoários de todo o planeta: a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas (em inglês, *IUCN Red List* ou *Red Data List*).

Segundo a própria organização, esta compilação tem como objetivos: fornecer informações com base científica sobre o estado das espécies e subespécies em um nível global; chamar a atenção do público para a magnitude e a importância da biodiversidade ameaçada; influenciar legislações e políticas nacionais e internacionais, e fornecer informações para orientar as ações para conservar a diversidade biológica.

As espécies são classificadas em nove grupos, definidos através de critérios que incluem a taxa de declínio da população - entendida como o número de indivíduos por espécie - o tamanho e distribuição da população, a área de distribuição geográfica e grau de fragmentação.

Os nove grupos de classes são os seguintes: segura ou pouco preocupante (LC); quase ameaçada (NT); vulnerável (VU); em perigo (EN); em perigo crítico (CR); extinta na natureza (EW); extinta (EX); dados insuficientes (DD) e não avaliada (NE).

Segundo a bibliografia pesquisada a espécie da flora nativa do Paraná mais conhecida e que consta da lista da IUCN é a araucária, *auracaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, classificada na categoria “em perigo” ou EN (do inglês *endangered*). Outras espécies listadas são:

- Pottiaceae (*Erythrophyllastrum andinum*); Poaceae (*Thrasypsis jurgensii*);
- Orchidaceae (*Phragmipedium vittatum*) (Sapatinho); Myrtaceae (*Plinia hatschbachii*);
- Moraceae (*Dorstenia tenuis*) (Violeta-da-montanha, violeta-montes); Lejeuneaceae (*Myriocoleopsis fluviatilis*); Lauraceae (*Ocotea odorifera*) (Canela-sassafrás, sassafráz);
- Dicksoniaceae (*Dicksonia sellowiana*) (Xaxim, xaxim-imperial);
- Bromeliaceae (*Vriesea pinottii*); Bromeliaceae (*Vriesea muelleri*) (Gravatá); e
- Bromeliaceae (*Vriesea brusquensis*) (Gravatá, monjola, bromélia); Asteraceae (*Viguiera paranensis*); Areaceae (*Bactris hatschbachii*).

Com relação à fauna, segundo a SEMA/PR, encontram-se relacionadas na lista da IUCN 163 espécies ameaçadas para o Estado do Paraná, distribuídas

em quatro categorias - extinta (EX), em perigo crítico (CR), em perigo (EN) e vulnerável (VU) - sendo 69 aves, 32 mamíferos, 22 peixes, 18 abelhas, 15 lepidópteros, quatro anfíbios e três répteis.

Este total inclui quatro espécies que já desapareceram no Estado, três aves (gralhão, *Daptrius americanus*; uiraçu-falso, *Morphnus guianensis*; codorninha, *Taoniscus nanus*) e um mamífero (preguiça-de-três-dedos, *Bradypus variegatus*), indicando que os esforços de conservação devem ser incrementados para que outras espécies, principalmente aquelas que se encontram criticamente em perigo e que hoje representam uma parcela significativa das espécies ameaçadas (41 espécies ou 25% do total ameaçado) não venham também a desaparecer em um futuro próximo.

Foi feita uma comparação entre a lista de espécies de flora e fauna encontradas nos municípios de Coronel Domingo Soares e Palmas com as espécies em estados de conservação da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação (UIC). Os Quadros 4.1 e 4.2, a seguir, indicam as espécies de flora e fauna da lista vermelha que foram encontradas nesses municípios.

**Quadro 4.1** *Espécies de Flora na Lista Vermelha da UIC*

Família	Gênero	Espécie	Status da Lista Vermelha
ARACEAE	Anthurium sinuatum		LC
PALMAE	Butia eriospatha		VU
LAURACEAE	Ocotea porosa		VU
ARAUCARIACEAE	Araucaria angustifolia		CR

Legenda: Segura ou pouco preocupante (LC ou LR/lc); Quase ameaçada (NT ou LR/nt); Dependente de medidas de conservação (LR/cd); Vulnerável (VU); Em perigo (EN); Em perigo crítico (CR); Dados insuficientes (DD)

**Quadro 4.2** *Espécies de Fauna na Lista Vermelha da UIC*

Classe	Ordem	Família	Espécie	Status da Lista Vermelha
Arachnida	Araneae	Nephilidae	Nephila sexpunctata	LC
Mammalia	Cetartiodactyla	Iniidae	Pontoporia blainvillei	VU
Mammalia	Pilosa	Myrmecophagidae	Myrmecophaga tridactyla	VU
Mammalia	Primates	Atelidae	Brachyteles arachnoides	EN
Mammalia	Primates	Callitrichidae	Leontopithecus caissara	CR

Legenda: Segura ou pouco preocupante (LC ou LR/lc); Quase ameaçada (NT ou LR/nt); Dependente de medidas de conservação (LR/cd); Vulnerável (VU); Em perigo (EN); Em perigo crítico (CR); Dados insuficientes (DD)

O objetivo desse comparativo é tentar evitar impactos a essas espécies. Uma boa prática internacional é a aplicação da "hierarquia de mitigação", que procura evitar os impactos sobre a biodiversidade, como primeira prioridade, e, em seguida, minimizar e restaurá-los. Esses conceitos são equivalentes à prevenção (evitar), mitigação (minimização) e compensação dos impactos que não podem ser mitigados.

Para atingir esse objetivo, deve-se:

- Reduzir a Perturbação da Fauna (Evitar);
- Educação Ambiental (Evitar);
- Resgatar e Realocar Espécies Ameaçadas (Minimizar); e
- Reflorestar Áreas Impactadas (Compensar).

#### **4.1.2 Reduzir a Perturbação da Fauna**

Para reduzir a perturbação exercida sobre a vida selvagem, recomenda-se a aplicação das seguintes medidas:

- Procurar variações do traçado que evitem áreas sensíveis. Em áreas onde se cruzam áreas sensíveis, deve-se avaliar a possibilidade de fazer microajustes, para evitar e minimizar a área a ser afetada;
- Evitar ruídos desnecessários gerados por apitos, buzinas, sirenes, e motores, entre outros;
- Instalar e manter silenciadores em equipamentos que utilizem motores, tais como veículos e máquinas;
- Coordenar o resgate de animais que entrem nas áreas de trabalho;
- Educar os trabalhadores em procedimentos para proteger a vida selvagem e evitar a caça furtiva;
- Controlar estritamente a caça furtiva, tanto por parte dos trabalhadores, quanto habitantes das comunidades vizinhas; e
- Usar luzes específicas para estações de trabalho, impedindo a iluminação dos habitats da vida selvagem e usar a intensidade da luz mais baixa para um trabalho seguro; e
- Reduzir o risco de atropelamento instalando sinais em lugares relevantes, como cruzamentos e mantendo estrito controle da velocidade adequada nas estradas.

#### 4.1.3 *Educação Ambiental*

Recomenda-se a realização de um programa de educação que tenha como público os trabalhadores envolvidos nas obras. Normalmente, esses trabalhadores têm diferentes níveis de conhecimento sobre os valores ambientais e, particularmente, sobre a biodiversidade. Portanto, o objetivo desta medida é fornecer informações e conhecimentos sobre estes recursos e o que se deve fazer para preservá-los. Para executar este programa, são sugeridas as seguintes ações:

- Preparar um folheto explicativo sobre mamíferos, aves, anfíbios e répteis protegidos, e distribuí-los, tanto para as comunidades, quanto para os trabalhadores. Estes folhetos devem ser didáticos e em linguagem simplificada, de modo que possam ser entendidos por pessoas de diferentes níveis educacionais. Este material deve ser impresso e multiplicado para servir de apoio a jornadas educativas; e
- Realizar encontros com especialistas para treinar o pessoal envolvido, preferencialmente, *in situ*, ou seja, em campo.

#### 4.1.4 *Resgate e Realocação de Espécies Ameaçadas*

É possível que durante a construção e operação do projeto, principalmente durante a limpeza da vegetação e movimentação de terra, a vida de alguns animais, especialmente aqueles de mobilidade limitada, sejam ameaçados. Para evitar ou mitigar qualquer dano direto a esses animais, recomenda-se um programa de resgate e realocação de espécies de animais selvagens. O objetivo dessa medida é capturar o maior número de espécies protegidas que poderiam ser eliminadas, perturbadas, ou que perderiam seu habitat durante as fases de construção e operação. Os indivíduos capturados devem ser transferidos para locais adequados para garantir a sua sobrevivência.

#### 4.1.5 *Reflorestamento de Áreas Impactadas*

Caso existam impactos que não podem ser evitados, recomenda-se a realização de um inventário da área a ser afetada e a preparação de um plano de compensação focado em substituir o recurso perdido, como por exemplo, o reflorestamento equivalente.

O reflorestamento das áreas que forem impactadas durante a construção é fundamental para o reestabelecimento da flora e fauna que foi afetada.

Esse processo pode ser iniciado antes da fase operacional, e continuar de forma paralela. Se o reflorestamento não for possível por causa dos impactos definitivos da ampliação das rodovias ou construção de novas rodovias, recomenda-se o estabelecimento de uma área de conservação permanente fora da Área de Influência Direta (AID).

*LINHA DE BASE SOCIAL*

A constituição da Linha de Base Social é fundamental para a compreensão dos impactos socioeconômicos decorrentes do empreendimento, assim como para a construção de conhecimento a respeito de todas as partes interessadas que possam ser, de alguma forma, afetadas e impactadas pelo Projeto, que possam ter algum grau de influência sobre o Projeto e sobre outras partes interessadas, ou que tenham algum tipo de interesse em relação ao Projeto.

A construção da Linha de Base Social possibilita:

- Definição dos impactos e dos riscos, e, por consequência, a implementação de medidas de gestão que garantam que as partes interessadas usufruam ao máximo dos impactos positivos decorrentes do Projeto, e que não sejam afetadas, ou o sejam o mínimo necessário, pelos seus impactos negativos e riscos;
- Estabelecimento de um perfil das partes interessadas e identificação de grupos vulneráveis que demandem ações específicas de gestão de impactos, relacionamento e engajamento;
- Definição das ações de relacionamento e de engajamento mais adequadas de acordo com cada público;
- Acompanhamento do histórico de relacionamento com as partes interessadas ao longo de todas as etapas do projeto; e
- Antecipar-se e evitar conflitos que possam ocorrer com as partes interessadas.

Visando a elaboração de uma Linha de Base Social do Projeto de Pavimentação em Coronel Domingos Soares e Palmas, foram utilizados os seguintes documentos:

- Relatório da Variável Ambiental Plano de Controle Ambiental elaborado em 2014 e apresentado ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para obtenção de Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI);
- Relatórios gerados em decorrência do processo de consulta pública realizado em 26 de abril de 2014 no município de Coronel Domingos Soares, e que contou com a presença de 136 pessoas. No **Anexo A** é apresentado relatório preliminar consolidado das consultas realizadas no âmbito do Projeto. A partir desses documentos foi gerada a Matriz Preliminar de Partes Interessadas que se encontra no **Anexo B**.
- Cadastro Preliminar de Propriedades Rurais Identificadas, realizado em 26 de abril 2017 no município de Coronel Domingos Soares com a presença de 136 pessoas. Constam no documento, também, as dúvidas e

questionamentos apresentados pelos presentes.

- Mapeamento Prévio de Partes Interessadas, contendo sua caracterização, impactos relacionados, histórico de relacionamento, grau de influência, grau de vulnerabilidade, autoridade e posicionamento. Vale ressaltar que todos esses critérios foram avaliados com base nas diretrizes descritas no Plano de Consultas Públicas, inserido no Estudo Ambiental Estratégico (EAE). Esse mapeamento resultou na Matriz Preliminar de Partes Interessadas que se encontra no **Anexo B**. Nessa Matriz estão relacionadas as principais categorias de partes interessadas identificadas para este Projeto (proprietários de terras a serem desapropriadas, Poder Público, empresas, propriedades lindeiras, organizações da sociedade civil, entre outras), devidamente relacionadas aos impactos gerados pelo Projeto que possam afetá-las direta ou indiretamente.

Destaca-se que as consultas públicas foram realizadas pela SEIL/DER em atendimento às Políticas do BID, visando apresentar e discutir com a comunidade, com a sociedade civil organizada e com os demais representantes das áreas envolvidas, informações sobre os empreendimentos rodoviários a serem executados em parceria com este Banco.

O público-alvo das Consultas Públicas foi a população diretamente afetada pelo Projeto (proprietários de áreas a serem desapropriadas), ou indiretamente afetada, entidades e associações representativas de diferentes grupos e setores, os quais foram descritos pelo poder público municipal e pelos escritórios regionais do DER.

As Consultas Públicas foram divulgadas através de convites nominais (Ofício Circular) direcionados às autoridades e representantes da sociedade nos municípios e por meio de cartazes, *spots* de rádio e publicações em jornais regionais.

As consultas foram realizadas em formato de audiência pública, seguidas da aplicação e questionário para os proprietários das áreas afetadas presentes. O município de Coronel Domingos Soares foi escolhido para sediar o evento, por ser o que está sujeito às principais interferências e impactos do Projeto. Neste caso, o município será o mais beneficiado com a obra, uma vez que atualmente não possui acesso pavimentado.

Durante audiência pública, foram apresentadas informações sobre os aspectos técnicos relevantes do projeto, e respondidas pela equipe da SEIL/DER as perguntas feitas pelos participantes.

O relatório Variável Ambiental (VA) reporta que em 2010 o município de Coronel Domingos Soares contava com 7.238 habitantes, com a predominância da população rural. A base da economia local é a produção de batata, soja, milho, pecuária, produção florestal de florestas nativas e replantadas.

De acordo com o relatório, a taxa de alfabetização do município era de 86%. Contudo, 35% da população encontrava-se em situação de pobreza, ou seja, pertencia a famílias cuja renda familiar *per capita* não ultrapassava ½ salário mínimo, enquanto 15% da população era composta por pessoas extremamente pobres.

O estudo concluiu que o município encontrava-se em condição de isolamento causada pela desconexão com a malha rodoviária pavimentada do Estado, que impedia a atração de investimentos e de indústrias e dificultava o acesso aos serviços básicos de educação e saúde.

Já o município de Palmas, também avaliado no estudo, em 2010, registrou população total de 42.888 e sua taxa de urbanização equivale a 93%.

Considerando-se os critérios adotados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os dois municípios apresentaram desenvolvimento médio, com o IDH de 0,600 para Coronel Domingos Soares e 0,680 para Palmas.

É importante mencionar que a Linha de Base Social, uma vez elaborada, é dinâmica e sofre alterações de acordo com o contexto social, econômico e político vigente. Portanto, deve ser adotada sistemática de atualização e acompanhamento periódicos, de modo a mantê-la sempre atualizada.

#### **4.2.1** *Afetados pelo deslocamento físico e/ou econômico*

Está prevista no âmbito do Projeto de Pavimentação em Coronel Domingos Soares e Palmas a desapropriação de áreas pertencentes a 58 matrículas (propriedades), distribuídas entre 38 proprietários. Uma vez que o Projeto ainda se encontra em fase preliminar de definições, é possível que esse número seja reduzido.

A maioria das áreas a serem desapropriadas representa menos de 1% do total das propriedades às quais pertencem. Apenas três propriedades terão maior percentual de perda – entre 10% e 18%, no máximo – de áreas desmobilizadas para o Projeto. A Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e o Clube União Recreativo Palmense serão as que mais perderão áreas em decorrência do Projeto. Por se tratar de instituições, a negociação com elas ocorrerá por meio de processo indenizatório, não sendo necessária a aplicação do Plano de Reassentamento.

Informações detalhadas sobre esse público estão disponíveis no Plano Preliminar de Reassentamento (PPR) na seção 5.2.

#### **4.2.2** *Comunidades Tradicionais*

No Brasil, as comunidades tradicionais são definidas e protegidas por meio do Decreto Federal nº. 6040/2007, que “Institui a Política Nacional de

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”.

De acordo com a definição presente no Art. 3º, Inciso I, do Decreto, Povos e Comunidades Tradicionais consistem em:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Entre as comunidades tradicionais, enquadram-se os povos de cultura cigana, povos indígenas, quilombolas, caiçaras, faxinalenses, entre outros.

Não há comunidades indígenas ou tradicionais na área diretamente afetada pelo projeto. Uma terra indígena e três comunidades quilombolas foram identificadas no entorno da área do projeto e são descritas abaixo.

#### **4.2.3 Comunidades Indígenas**

A Lei Federal nº. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, “Estatuto do Índio”, define, em seu Art. 3º, Inciso II, que Comunidade Indígena ou Grupo Tribal “é um conjunto de famílias ou comunidades índias, quer vivendo em estado de completo isolamento em relação aos outros setores da comunhão nacional, quer em contatos intermitentes ou permanentes, sem, contudo estarem neles integrados”. Por sua vez, a demarcação das Terras Indígenas ocorreu por meio do Decreto Federal nº. 1.175, de 08 de janeiro de 1996.

No Brasil, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), vinculada ao Ministério da Justiça, é o órgão coordenador e principal executor da política indigenista. Entre as competências da Fundação, estão a promoção de estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas; autorização para ingresso em terras indígenas reconhecidas para fins de pesquisa, e monitoramento e fiscalização das terras indígenas.

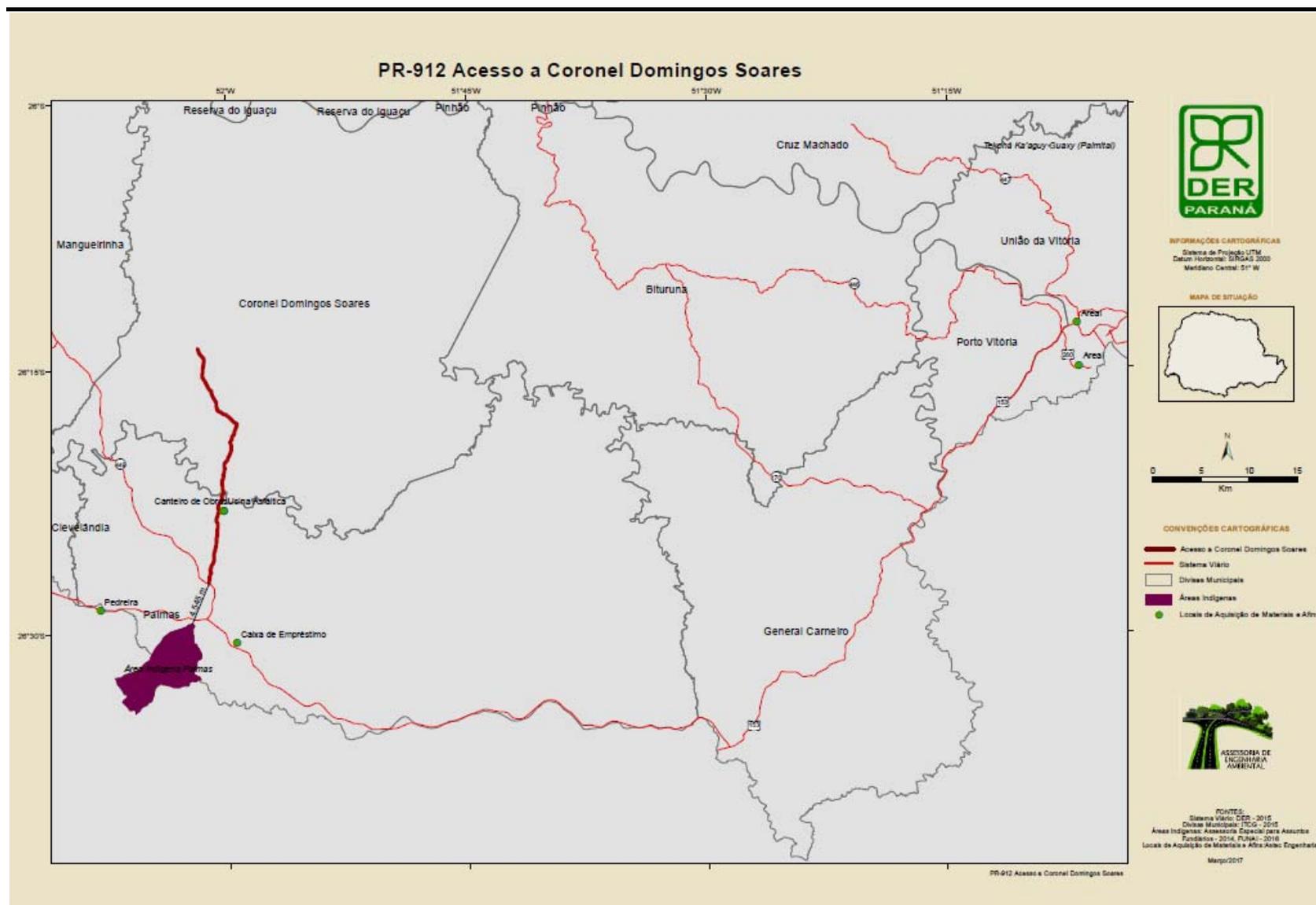
Em consulta à FUNAI, identificou-se a ocorrência de uma área indígena distante linearmente, aproximadamente, 4,5 km do trecho em questão, no município de Palmas, a Terra Indígena (TI) de Palmas. Esse trecho é composto por área montanhosa. O acesso da TI se dá por estrada municipal denominada Rua dos Caigangues, em percurso de 3,40 km, seguido de 1,5 km pela PR-280 e 4,1 km pela PR-449m, totalizando 9,0 km de distância.

As demais atividades relacionadas ao Projeto (instalação de Usina de Asfalto e canteiro de obras, estarão a uma distância linear de 12 km para a TI de Palmas, enquanto as áreas de obtenção de insumos (areia, pedra e material para empréstimo) situar-se-ão a, respectivamente, 96 km, 7 km e 4 km, respectivamente. Ressalta-se que essas áreas já são exploradas

economicamente e só podem ser utilizadas como fonte de recurso caso suas licenças de exploração estejam devidamente regularizadas.

A TI de Palmas é devidamente oficializada pelo Decreto Federal (s/n) de 19 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União em 20 de abril de 2007. No mapa da Figura 4.1, verifica-se a localização da TI de Palmas e sua localização em relação às áreas a serem mobilizadas pelo Projeto.

Figura 4.1 Terra Indígena de Palmas

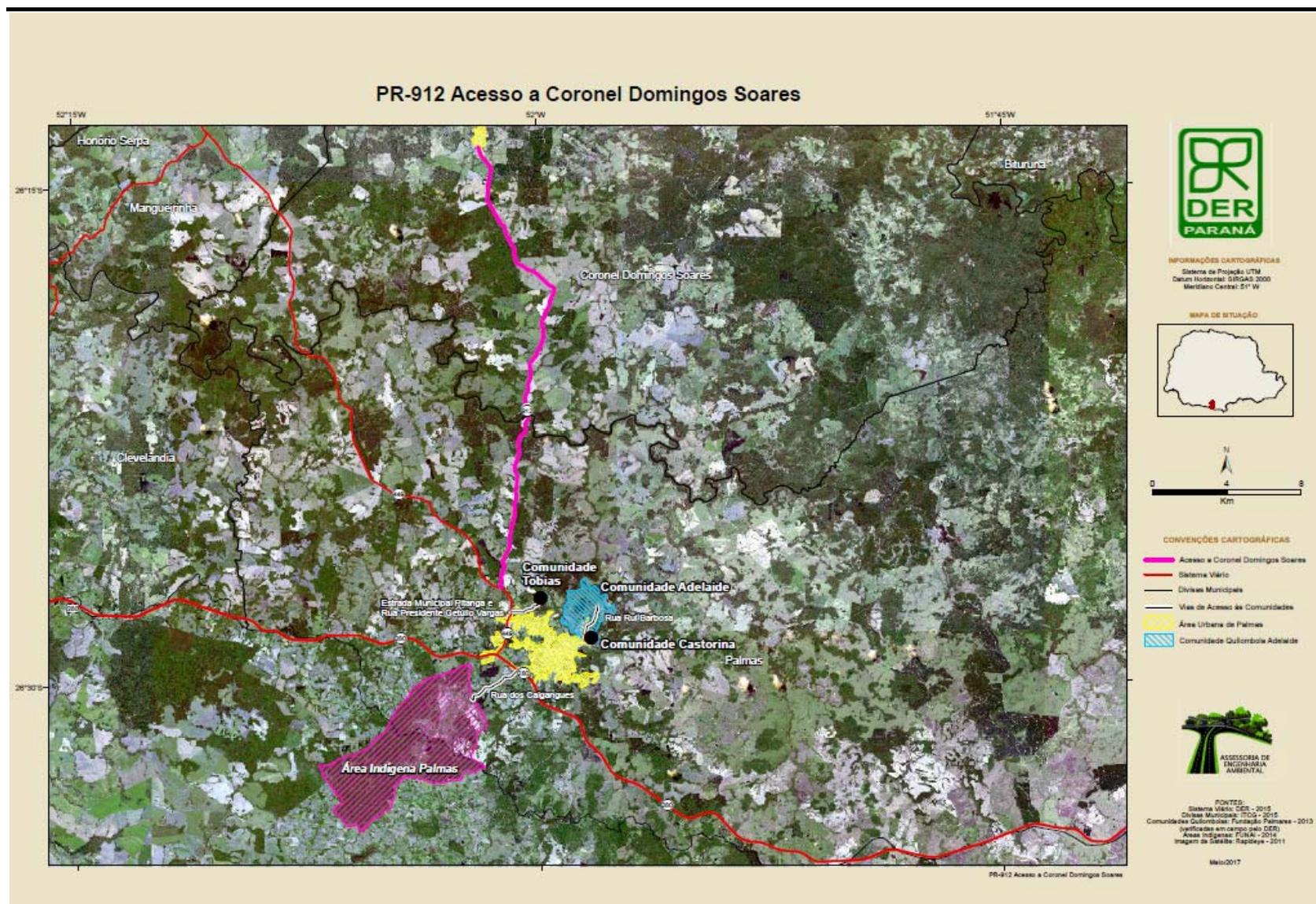


A Portaria Interministerial nº 60 de 24/03/2015 (Anexo I), que define a forma de participação dos demais órgãos e entidades da administração pública federal no processo de licenciamento, estabelece que, em projetos lineares, como rodovias, que estejam a menos de 10 km de distância do perímetro que demarca a comunidade indígena deve realizar o estudo do componente indígena.

Todavia, segundo a SEIL/DER, o estudo não foi requerido pelo órgão ambiental considerando a distância de acesso entre a terra indígena e a rodovia em questão e, por esse motivo, não foi realizado pela SEIL/DER.

A Figura 4.2 contém a ilustração da distância entre a TI e as comunidades quilombolas (descritas na seção 4.2.1.4), e a Rodovia PR-912. A rota em rosa indica a rodovia PR-312, enquanto a zona delimitada em rosa representa a Área Indígena Palmas, as linhas em vermelho representam as vias de acesso ao projeto e as zonas em azul e amarelo indicam comunidades quilombolas.

Figura 4.2 Acessos às Comunidades Quilombolas e Terra Indígena de Palmas



O VA conclui que a obra de pavimentação da PR-912 não afetará a Terra Indígena de Palmas, uma vez que os caminhões que transportarão os insumos necessários para a obra de pavimentação não transitarão pela Rua dos Caigangues, único acesso a TI, mas percorrerão a PR-280 e PR-449. Vale ressaltar que a rodovia PR-280 situada próxima à Terra Indígena, liga o Estado do Paraná de Leste à Oeste, e já possui elevado tráfego de veículos pesados.

Conforme informado pela SEIL/DER, o órgão ambiental entendeu por meio das conclusões do VA que não seria necessária a realização de estudo do componente indígena. Todavia, é recomendável obter do órgão ambiental o parecer formal que dispensa a realização do estudo.

#### **4.2.4 Comunidades Quilombolas**

No Brasil, a principal instituição pública voltada à promoção e preservação da arte e cultura afro-brasileira é a Fundação Cultural Palmares (FCP), que define as comunidades quilombolas como aquelas formadas por descendentes de africanos escravizados que mantêm suas tradições culturais, de subsistência e religiosa. A FCP é responsável por reconhecer e formalizar a existência dessas comunidades através da Certidão de Registro no Cadastro Geral das Comunidades Quilombolas, emitida pelo INCRA.

Na Constituição Federal Brasileira, especificamente no Art. 68, fica assegurada a ocupação de terras pelos remanescentes das comunidades quilombolas, desde que reconhecido pelos Institutos legais com a devida emissão de título de propriedade.

Em 2003, o Decreto Federal nº. 4.887, regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes quilombolas. Para fins do referido Decreto, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombolas como sendo “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.” (Art. 2º).

O Decreto estabeleceu, também, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é a autarquia responsável por regulamentar os procedimentos administrativos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

De acordo com dados da Fundação Palmares, o município de Palmas abriga atualmente três comunidades quilombolas: Adelaide Maria Trindade Batista, Castorina Maria da Conceição e Tobias Ferreira, situadas próximas umas às outras, e a uma distância linear de 5km em relação ao trecho a ser pavimentado.

Assim como para os povos indígenas, a Portaria Interministerial nº 60 de 24/03/2015 (Anexo I), também estabelece a necessidade de estudo sobre impacto em comunidades quilombolas caso essas estejam a menos de 10 km de distância do projeto. Esse estudo também não foi requerido pelo órgão ambiental.

Verificou-se em consulta realizada pela SEIL/DER em 10 de maio de 2017 que as três comunidades – Tobias Ferreira; Adelaide e Castorina – fazem uso esporádico da Rodovia PR-912, e seus integrantes podem ser considerados usuários comuns da via.

As vias utilizadas pela Comunidade Tobias para acessarem outras localidades são a Estrada Municipal Pitanga e Rua Presidente Getúlio Vargas (percurso de aproximadamente 2,1 Km), além da Rodovia PR-449. Já as comunidades Adelaide e Castorina, por estarem inseridas na área urbana do Município de Palmas, utilizam diversas vias (urbanas/municipais) para se deslocarem.

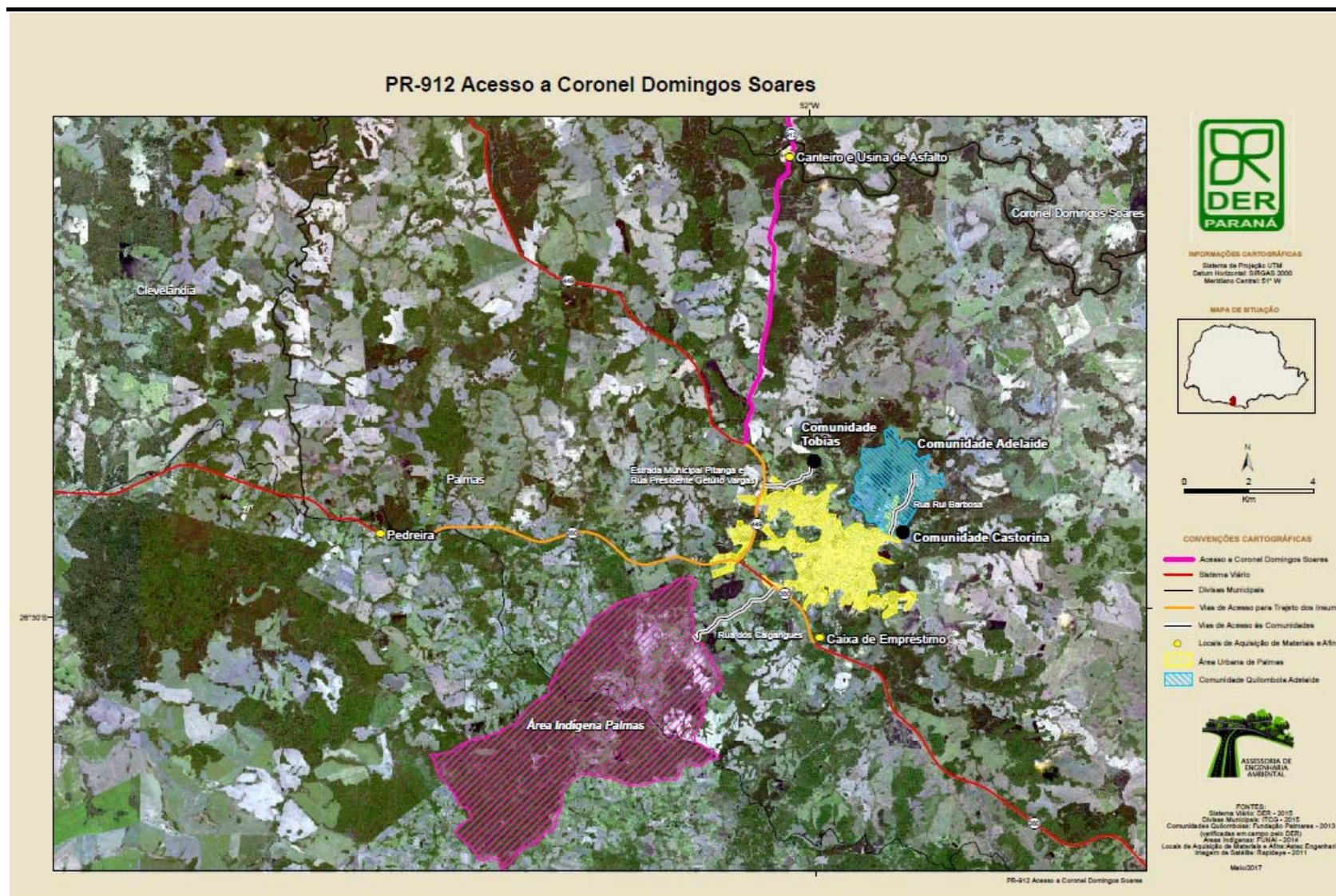
As atividades relacionadas à pavimentação (Usina de Asfalto e Canteiro de obras) estarão localizadas na Área Diretamente Afetada pelo empreendimento – Rodovia PR-912, com distância linear de, aproximadamente, 9 km do perímetro das comunidades. Os insumos para a pavimentação (areia, pedra e material para empréstimo) estarão localizados a uma distância linear de, aproximadamente, 89 km, 16 km e 4 km, respectivamente, sendo que estas áreas já são exploradas economicamente e só poderão ser utilizadas como fonte de recurso caso suas licenças de exploração estejam regularizadas.

O trajeto percorrido para levar os insumos até a obra ocorrerá conforme descrito a seguir:

- Areia: Proveniente de áreas localizadas no município de União da Vitória. Serão percorridas as Rodovias BR-153, PRC-280 e PR-449, até o empreendimento;
- Pedra: Proveniente do município de Palmas, às margens da Rodovia PR-280 – Percorrerá as Rodovias PR-280 e PR-449, até chegar ao empreendimento; e
- Material para empréstimo – Proveniente do município de Palmas – Percorrerá as Rodovias PR-280 e PR-449, até chegar ao empreendimento.

Conforme exposto e verificado nos Mapas 4.3, os caminhões e maquinários necessários para a pavimentação da Rodovia PR-912, não transitarão pelas ruas de acesso às Comunidades Quilombolas.

Figura 4.3 Trajeto percorrido pelos veículos que transportarão insumos à obra



Conforme informado pela SEIL/DER, o órgão ambiental demonstrou entendimento de que, dadas as conclusões do VA, não seria necessária a realização de estudo específico de impacto em comunidade quilombola. Todavia, é recomendável obter do órgão ambiental o parecer formal que dispensa a realização do estudo.

#### **4.2.5 Comunidades Faxinalenses**

Faxinais são comunidades rurais que se estabeleceram no centro-sul do Paraná e que se constituíram historicamente como mecanismo de autodefesa do campesinato local, buscando assegurar sua reprodução social em conjunturas de crise econômica, como a do tropeirismo, e durante o ciclo da erva-mate, ou seja, entre meados do século XIX e a década de 1930 do século XX.

Tais comunidades possuem formas peculiares de apropriação do território tradicional, baseadas no uso comunal das áreas de criadouros de animais, recursos florestais e hídricos e no uso privado das áreas de lavoura, onde é praticada a policultura alimentar de subsistência com venda de pequeno excedente. Baseados em normas de conduta e de uso ambiental próprias, sobretudo na combinação de uso comum e privado dos recursos naturais, os faxinais são considerados uma forma de organização camponesa diferenciada no sul do país (UFPR. Universidade Federal do Paraná. Terra e Território Faxinalense no Paraná: notas sobre a busca de reconhecimento.).

Conforme dados georreferenciados e do IAP, não há comunidades Faxinalenses em Palmas e Coronel Domingos Soares.

#### **4.2.6 Demais Grupos Vulneráveis**

A análise dos documentos consultados para a construção da Linha de Base Social não apontou a existência de nenhum outro grupo vulnerável.

## **5 IDENTIFICAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**

### **5.1 IDENTIFICAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS**

O município de Coronel Domingos Soares localiza-se na Mesorregião Centro Sul Paranaense, com área territorial de 41.557,9 km<sup>2</sup> distando 404,5 km da capital. Foi criado através da lei estadual nº. 11.265, de 21 de dezembro de 1995 e instalado oficialmente em 01/01/1997, sendo desmembrado de Palmas.

A topografia da região é de relevo suave ondulado a montanhoso e característica predominantemente rural.

No documento “Variável Ambiental (VA)” apresentado para obtenção da Licença de Instalação para o Projeto, foram levantados alguns dos principais impactos e riscos ambientais e sociais associados às fases de execução e de operação do Projeto.

No Quadro 5.1 são apresentados esses impactos e riscos por meio, e as etapas do Projeto nas quais ocorrem, conforme consta no referido estudo.

**Quadro 5.1** *Impactos e Riscos identificados no VA para o Projeto de Pavimentação em Coronel Domingos Soares*

MEIO	FASE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO/RISCO
Físico	Somente Implantação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento da emissão de ruídos, poeira e gases;</li><li>• Início e/ou aceleração de processos erosivos;</li><li>• Carreamento de sólidos e assoreamento de corpos hídricos;</li><li>• Interferência com a qualidade das águas superficiais e subterrâneas;</li><li>• Interferências com mananciais hídricos; e</li><li>• Deposição de material de descarte (bota-fora).</li></ul>
	Implantação e Operação	-
	Somente Operação	-
Biótico	Somente Implantação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento da pressão sobre os recursos vegetais;</li><li>• Alteração nos hábitos da fauna;</li><li>• Aumento de caça predatória; e</li><li>• Formação de ambientes propícios ao desenvolvimento de vetores.</li></ul>

No que se refere ao Meio Físico, a avaliação dos impactos de ruídos a serem gerados na fase de implantação não apresenta dados de medição da situação atual de ruídos locais antes das obras.

Os impactos sobre a qualidade do ar ocasionados pelas partículas em suspensão durante as obras não estão relacionados à direção predominante dos ventos, portanto, essa informação não está contemplada no estudo ambiental.

As possíveis fontes de impacto sobre a qualidade das águas foram identificadas no estudo ambiental, porém não foram apresentados dados de análise da situação atual de qualidade das águas.

No que se refere ao Meio Biótico, a avaliação dos impactos considerou as fases de implantação e operação envolvendo, principalmente, as interações negativas com a fauna local tais como afugentamento e atropelamento, e alterações nos habitats com a remoção de vegetação. As informações utilizadas para elaboração do diagnóstico do Meio Biótico foram baseadas em dados secundários e não envolveram visitas de especialistas ao local do traçado da via para detalhamento da flora e fauna, embora tenha sido

realizado detalhamento das áreas de preservação permanente (APP).

Este projeto de pavimentação de aproximadamente 28 km cruza principalmente áreas cultivadas e de vegetação nativa. Dentro da faixa de estudo de 60 metros, o traçado inclui aproximadamente 33 ha de vegetação nativa, afetando fragmentos que formam um mosaico regional de vegetação nativa. O extremo sul do projeto se encontra a uns 4.8 km ao noroeste do Parque Estadual Palmas, e por isso não deve ter qualquer efeito sobre o parque. Para mais detalhes ver o Quadro 5.2 e o mapa de cobertura vegetal no Anexo C.

**Quadro 5.2** *Vegetação e Uso do Solo do Projeto Coronel Domingo Soares*

Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Área de Estudo (30 m do eixo)							
Descrição		em APP		fora APP		Total	
		ha	%	ha	%	ha	%
Cobertura Vegetal	Vegetação Nativa	1.59	0.96	31.54	18.94	33.13	19.90
	Reflorestamento	0.34	0.20	11.03	6.63	11.37	6.83
	Campo Antrópico	1.75	1.05	86.20	51.77	87.95	52.83
	Área Úmida	0.85	0.51	0.33	0.20	1.18	0.71
Uso do Solo	Área Urbana	0.32	0.19	3.59	2.16	3.91	2.35
	Área Rural	0.39	0.23	0.65	0.39	1.04	0.62
	Estrada de Terra	0.95	0.57	26.26	15.77	27.21	16.34
	Rodovia	0.00	0.00	0.19	0.11	0.19	0.11
	Corpo d'Água	0.01	0.01	0.50	0.30	0.51	0.31
Total		6.20	3.72	160.29	96.28	166.49	100.00

Com base na análise crítica dos impactos e riscos apresentados no VA para os Meios Físico e Biótico, foram revistos, complementados ou adicionados os seguintes impactos, conforme consta no Quadro 5.3 e 5.4.

**Quadro 5.3** *Impactos e Riscos revisados para o Meio Físico*

Impacto	Fase de Ocorrência	Avaliações Complementares	Complementação do Estudo Ambiental
Geração de ruídos	Implantação	Avaliação da situação atual de geração de ruídos	Realizar campanha de monitoramento de ruídos no entorno dos locais onde estará localizado o canteiro de obras (manutenção de máquinas e equipamentos) e ao longo do traçado em pontos estratégicos, por exemplo, nas proximidades de áreas residenciais e/ou comerciais.
Qualidade do ar	Implantação	Avaliação da dispersão de poeiras em suspensão	Determinar a direção predominante dos ventos no traçado das obras
Qualidade das águas	Implantação e Operação	Avaliação da qualidade das águas	Realizar campanha de amostragem e análise da qualidade das águas dos corpos d'água potencialmente mais impactados pelo traçado do projeto incluindo o canteiro de obras. As análises deverão determinar os parâmetros mínimos de qualidade das águas estabelecidos pela legislação ambiental, tais como a Resolução ANA 903/2013 (parâmetros mínimos de qualidade das águas) e a Resolução CONAMA 357/2005 (padrões de lançamento de efluentes).

Quadro 5.4 *Impactos e Riscos revisados para o Meio Biótico*

Impacto	Fase de Ocorrência	Avaliações Complementares	Complementação do Estudo Ambiental
Remoção da vegetação	Planejamento e Implementação	Avaliação da situação atual das áreas com vegetação local	Realizar antes do início das obras uma identificação e mapeamento das áreas com remanescentes da vegetação local que serão afetadas

Para a gestão dos impactos incidentes sobre os Meios Físico e Biótico, foram propostas 45 medidas, apresentadas no Quadro 4.4. As medidas procuram abranger todos os componentes e fatores ambientais a serem impactados pelas obras, incluindo a gestão de emissões, a proteção dos recursos hídricos e medidas voltadas a conservação da flora e fauna.

Por se tratar de um Estudo VA, não foi solicitada à SEIL/DER a apresentação das medidas socioambientais sistematizadas em Programas Ambientais. Contudo, a organização por programas permite que as medidas com os mesmos objetivos sejam realizadas de maneira integrada, evitando a duplicação de esforços e facilitando o seu acompanhamento para quaisquer melhorias que se façam necessárias.

O Quadro 5.5 apresenta essas medidas agrupadas em programas.

Quadro 5.5 *Programas Ambientais propostos para os Meios Físico e Biótico*

Programa	Medidas Relacionadas
Programa de Controle de Emissões (poeiras, gases, ruídos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento para o transporte de materiais e equipamentos;</li> <li>• Controle do teor de umidade do solo;</li> <li>• Monitoramento dos níveis de efluentes e ruídos das descargas dos motores;</li> <li>• Evitar trabalho noturno em locais próximos a aglomerações urbanas;</li> <li>• Controle e manejo das velocidades médias e níveis de emissões dos veículos; e</li> <li>• Divulgação dos resultados do monitoramento e controle.</li> </ul>
Programa de Controle de Processos Erosivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nas áreas que apresentam instabilidade, adequar o cronograma de obras de modo a não realizá-las em época de chuvas;</li> <li>• Nas áreas mais críticas deverão ser utilizados equipamentos adequados à fragilidade do solo;</li> <li>• Instalar um sistema de drenagem eficiente na faixa de domínio da rodovia;</li> <li>• Implantar revestimento vegetal nas rampas sujeitas à erosão; e</li> <li>• Implantar dispositivos de drenagem provisória nos locais em obra, especialmente em áreas de corte, aterro e terraplenagem.</li> </ul>

Programa	Medidas Relacionadas
Programa de Proteção aos Recursos Hídricos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caso haja necessidade de implantar qualquer estrutura dentro de um curso d'água para vencer uma travessia muito extensa, projetos especiais deverão ser concebidos, de modo a não alterar as condições atuais de escoamento;</li> <li>• Em terrenos sujeitos às inundações, os eventuais acessos existentes e executados inadequadamente deverão ser melhorados, através da instalação de bueiros, galerias, pontilhões, entre outros, tendo por objetivo restabelecer as condições naturais de drenagem;</li> <li>• Revegetação e alocação de dispositivos de drenagem e contenção deverão ser realizadas em todos os taludes de corte e/ou aterro, a fim de protegerem as instalações e preservar o terreno contra erosão;</li> <li>• Serviços de terraplanagem na área de bota-fora e de empréstimos deverão ser planejados de forma que sejam evitados processos erosivos;</li> <li>• Não deverá ser permitido que eventuais pontes ou pontilhões construídos para transposição de pequenos cursos d'água reduzam a seção de escoamento;</li> <li>• Recomposição das matas ciliares e adoção de medidas durante a realização da obra que reduzam o aporte de sedimentos nos cursos d'água;</li> <li>• Equilíbrio entre os balanços de corte e aterro. Construção de valetas, taludes e drenagens adequadas; e</li> <li>• Revegetação das margens da rodovia e os taludes de cortes e aterros; e</li> <li>• Recuperação das áreas degradadas.</li> <li>• Recomposição das matas ciliares e adoção de medidas durante a realização da obra que reduzam o aporte de sedimentos nos cursos d'água e medidas preventivas contra vazamentos de produtos químicos;</li> <li>• Construção de tanques de retenção próximos a mananciais; e</li> <li>• Treinamento aos grupamentos locais de Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Rodoviária.</li> </ul>
Programa de Controle de Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Otimização da terraplanagem, no sentido de haver compensação entre os volumes de cortes e as demandas de aterro, a fim de minimizar as necessidades de bota-foras;</li> <li>• Seleção de locais adequados para a deposição dos materiais de descarte, levando-se em conta relevo, drenagem e composição;</li> <li>• Havendo excesso de material, procurar executar alargamentos de aterros (reduzindo a inclinação dos taludes, por exemplo) e até construir plataformas contínuas à estrada, que sirvam como áreas de estacionamento e descanso para os usuários; e</li> <li>• No caso de bota foras com materiais rochosos, seu uso é possível e desejável como dissipadores de energia nas áreas de descarga dos sistemas de drenagem.</li> </ul>
Programa de Proteção da Flora	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evitar locais de remanescentes florestais e de valor paisagístico;</li> <li>• Quando a intervenção em áreas de fragilidade ambiental não puder ser evitada, adotar procedimentos especiais;</li> <li>• Proibir a entrada de máquinas ou trabalhadores em zonas adjacentes as obras, especialmente em corpos d'água, bosques ou qualquer outra área sensível;</li> <li>• Todos os trabalhadores deverão ser informados sobre a necessidade de evitar qualquer impacto negativo na vegetação natural nas áreas adjacentes as obras;</li> <li>• Deverão ser verificados regularmente os limites das obras para assegurar que não estejam ocorrendo danos às áreas vizinhas ao projeto; e</li> <li>• Implantação de sinalização instrutiva sobre o risco de queimadas acidentais e monitoramento da flora.</li> </ul>

Programa	Medidas Relacionadas
Programa de Proteção da Fauna	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer passagens, como túneis e redes em dossel, que minimizem os atropelamentos e que permitam o fluxo entre os fragmentos;</li> <li>• Estabelecer barreiras que direcionem o fluxo de animais para locais previamente selecionados para permitir o cruzamento da pista; <input type="checkbox"/></li> <li>• Informar aos operários o risco de atropelamentos e colisão com animais; <input type="checkbox"/></li> <li>• Evitar a implantação de canteiros de obras próximos a ambientes florestados; <input type="checkbox"/></li> <li>• Evitar desmatamentos desnecessários, especialmente em formações ciliares; e</li> <li>• Controlar a entrada de pessoal da obra nas áreas de matas próximas. <input type="checkbox"/></li> </ul>
Programa de Supervisão Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar se o Contratado (obras) cumpre com os requisitos contratuais, incluindo a implementação das medidas de mitigação e sua efetividade;</li> <li>• Verificar se o Contratado (obras) cumpre com as leis e regulamentações ambientais e sociais;</li> <li>• Supervisionar diariamente as atividades construtivas e verificar se cumprem com as especificações ambientais estabelecidas no Plano de Gestão Ambiental e Social do projeto;</li> <li>• Monitorar o nível de ruído próximo dos receptores sensíveis (como escolas, hospitais, casas de repouso, zonas residenciais, etc.) com equipamentos portáteis. O monitoramento deverá ser realizado quando ocorrerem atividades mais pesadas de construção como escavações, perfurações, transporte de materiais, construções noturnas (se for o caso) e durante toda e qualquer atividade que produza ruído excessivo;</li> <li>• Realizar inspeções visuais para verificar a geração de poeiras durante as atividades tais como demolições, transporte de materiais a granel, tráfego de equipamentos em vias não pavimentadas próximas a comunidades, transporte de materiais que gerem particulados, etc.;</li> <li>• Realizar inspeções visuais para verificar a turbidez, odor, morte de peixes, etc. dos rios, córregos e sangas que possam ser afetadas pelas obras;</li> <li>• Retirar amostras para determinar a qualidade das águas superficial e subterrânea;</li> <li>• Parar obras que produzam efeitos adversos no meio ambiente. Essas atividades poderão continuar desde que sejam implementadas as medidas necessárias para corrigir o problema;</li> <li>• Caso não se cumpra com as exigências ambientais, instruir a Contratada para tomar medidas corretivas dentro de um prazo estipulado. Caso não seja atendido tomar medidas legais contra a Contratada ou aqueles empregados que estejam infringindo as normas;</li> <li>• Supervisionar regularmente o desempenho dos trabalhadores da Contratada nas situações envolvendo meio ambiente e/ou meio antrópico; e</li> <li>• Investigar queixas dos empregados da Contratada.</li> </ul>

## 5.2

**IDENTIFICAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS**

## 5.2.1

**Impactos e Riscos Sociais Identificados**

No documento Variável Ambiental (VA) apresentado para obtenção da

Licença de Instalação para o Projeto, foram levantados alguns dos principais impactos e riscos sociais associados às fases de execução e de operação do Projeto para o Meio Socioeconômico. Esses impactos são apresentados no Quadro 5.6.

**Quadro 5.6** *Impactos e Riscos identificados no VA para o Projeto de Pavimentação em Coronel Domingos Soares*

MEIO	FASE DE OCORRÊNCIA	IMPACTO/RISCO
Socioeconômico	Somente Implantação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração no cotidiano da população;</li> <li>• Aumento na oferta de postos de trabalho e aumento da demanda por bens e serviços;</li> <li>• Aumento da renda local e das arrecadações públicas; e</li> <li>• Aumento do tráfego de veículos e máquinas.</li> </ul>
	Implantação e Operação	-
	Somente Operação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução do consumo de combustível.</li> </ul>
Fonte: Astec Engenharia, 2013.		

A avaliação de impactos não contemplou a Fase de Planejamento, quando a notícia de implantação do Projeto gera expectativas que podem ocasionar outros impactos, como, por exemplo, especulação imobiliária, conflitos entre as partes interessadas e o empreendedor, entre outros. Este mesmo impacto deverá ser considerado na Fase de Implantação, dessa vez, relacionado às expectativas – positivas ou negativas – geradas em função das intervenções na rodovia.

Por sua vez, o impacto “Alteração no cotidiano da população” aborda corretamente os impactos e transtornos causados durante a Fase de Implantação. No entanto, não há considerações de que este impacto também ocorre durante a operação da via, tanto negativamente, pois as melhorias poderão representar um aumento no tráfego e, por consequência, na poluição do ar, na geração de ruídos e ampliar o risco de acidentes, quanto positivamente, uma vez que as melhorias da rodovia facilitarão o escoamento de produção agrícola e o fluxo de pessoas em direção às sedes municipais.

Mediante a situação atual do trecho rodoviário e da inexistência de acesso pavimentado ao município de Coronel Domingos Soares, deve ser considerado o impacto positivo de “Otimização do escoamento de produção e do deslocamento de pessoas”, em decorrência das melhorias previstas.

Com base na análise crítica dos impactos e riscos apresentados no VA para o Meio Socioeconômico, foram revistos, complementados ou adicionados os seguintes impactos, conforme consta no Quadro 5.7.

Quadro 5.7 Impactos e Riscos revisados para o Meio Socioeconômico

Impacto	Fase de Ocorrência	Breve Descrição	Partes Afetadas
Geração de Expectativas na População	Planejamento e Implementação	<p>As obras de pavimentação e de melhorias poderão gerar expectativas tanto positivas, quanto negativas, na população a ser diretamente afetada por suas atividades. As expectativas positivas relacionam-se, sobretudo, à ampliação de postos de trabalho para a população local e de arrecadação de impostos, o que poderá não se concretizar na proporção esperada e gerar frustrações, bem como às melhorias em termos de escoamento de produção e mobilidade que podem ser geradas.</p> <p>A especulação imobiliária que poderá surgir com o anúncio das obras afetará diretamente o valor dos imóveis e, por consequência, os proprietários que terão parte de suas propriedades desapropriada, visto que as áreas se tornarão de utilidade pública e as indenizações pagas poderão estar aquém do esperado por esses proprietários, gerando desgastes e, até mesmo, conflitos.</p> <p>Já os residentes, produtores ou trabalhadores das propriedades vizinhas à rodovia poderão ter receio aos transtornos e aos riscos relacionados às etapas de obras e, posteriormente, de operação, da via.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietários de terras em áreas próximas às obras de pavimentação que terão suas terras desapropriadas para o Projeto;</li> <li>• Residentes, trabalhadores e produtores rurais situados nas áreas próximas aos locais de intervenção do Projeto (via, áreas de canteiro, bota-fora e empréstimo, entre outras);</li> <li>• Proprietários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais situados nas áreas próximas aos locais de intervenção do Projeto (via, áreas de canteiro, bota-fora e empréstimo, entre outras); e</li> <li>• Poder Público Municipal.</li> </ul>
Especulação Imobiliária	Planejamento, Implementação e Operação	<p>Este impacto ocorre em decorrência da “Geração de Expectativas na População”. Se de um lado, a valorização dos imóveis é benéfica aos seus proprietários, de outro, poderá acarretar na saída de população com menor poder aquisitivo que não poderá arcar com os custos dos impostos na medida em que os imóveis forem valorizados.</p> <p>Além disso, conforme mencionado no impacto “Geração de Expectativas na População”, os proprietários de terras com áreas a serem desapropriadas em função do Projeto poderão sentir-se lesados durante o processo de negociação de indenização, o que dificultará a obtenção de áreas e gerará conflitos com o empreendedor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proprietários de terras em áreas próximas ao local de construção do Contorno que terão suas terras desapropriadas para o Projeto;</li> <li>• Residentes e produtores rurais situados nas áreas próximas à via; e</li> <li>• Proprietários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais situados nas áreas próximas à via.</li> </ul>

Impacto	Fase de Ocorrência	Breve Descrição	Partes Afetadas
Alteração no cotidiano da população	Implantação e Operação	Esse impacto ocorre tanto durante a implantação do Projeto, tendo em vista os transtornos temporários causados pelas obras, conforme já previsto no estudo apresentado, quanto durante a Operação. Durante a Operação, essa alteração no cotidiano terá caráter negativo, pois representará representar aumento no tráfego e, por consequência, na poluição do ar, na geração de ruídos e ampliação do risco de acidentes, bem como positivo, pois irá melhorar o acesso da população à via de escoamento de produção e de deslocamento para as áreas urbanas e demais áreas municipais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Residentes e produtores rurais situados nas áreas próximas à via; e</li> <li>• Proprietários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais situados nas áreas próximas à via.</li> </ul>
Otimização do escoamento de produção e do deslocamento de pessoas	Operação	A pavimentação e as demais intervenções previstas para o trecho rodoviário em questão acarretarão em melhorias para o escoamento de produção e para o deslocamento de pessoas. Essa otimização poderá ser um vetor importante de desenvolvimento local, visto que os custos dos seus usuários, bem como o tempo de deslocamento e os riscos associados a uma via em mau estado de conservação serão reduzidos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Residentes e produtores rurais situados nas áreas próximas à via; e</li> <li>• Proprietários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais situados nas áreas próximas à via.</li> </ul>

Vale ressaltar que, ainda que o órgão ambiental licenciador tenha considerado suficiente a avaliação de impactos apresentada, essas complementações serão fundamentais para a posterior adequação ou elaboração de medidas de gestão de impactos e riscos e para os Planos de Ação específicos para o Projeto.

Para a gestão dos impactos incidentes sobre o Meio Socioeconômico, foram propostas 24 medidas. A maior parte dessas medidas relaciona-se à gestão dos transtornos causados à população na fase de obras, ao risco de acidentes envolvendo veículos e pedestres, ao fomento à contratação de mão de obra local e a ações de divulgação.

Em geral, essas medidas contemplam os principais impactos gerados pela implantação e, em algumas situações, operação, do Projeto. Porém, especificamente no caso do relacionamento com as partes interessadas, nota-se a ausência de disponibilização de canal de recebimento de queixas e de registro de dúvidas, sugestões e comentários. Para tanto, deve ser implementado Mecanismo de Queixas conforme detalhado na seção 6.2 Plano Preliminar de Reassentamento (PPR) e 6.3. Mecanismo de Queixas e Reclamações.

Além disso, faz-se necessário acrescentar ações voltadas aos trabalhadores envolvidos nas frentes de obra para garantir um bom relacionamento e evitar conflitos com as propriedades e com comunidades locais próximas aos trechos que sofrerão intervenção ou que receberão estruturas temporárias (áreas de canteiro, empréstimo e bota-fora) e onde é prevista elevada circulação de

trabalhadores durante a implementação do Projeto.

Como principal proposta para melhoria das medidas apresentadas para gestão dos impactos identificados em decorrência do Projeto, destaca-se a organização dessas medidas em Programas Ambientais estruturados, com objetivos e metas claros, descrição de escopo, definição de indicadores de acompanhamento e de desempenho, e, por fim, de cronograma que garanta a sua implementação.

Para o Meio Socioeconômico, sugere-se a organização das medidas apresentadas anteriormente nos Programas Ambientais no Quadro 5.7, acrescidas de Programa específico de sensibilização de trabalhadores no que se refere a questões ambientais e de relacionamento com as comunidades próximas ao Projeto.

#### Quadro 5.8 *Programas Ambientais propostos para o Meio Socioeconômico*

Programa	Medidas Relacionadas
Programa de Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação dos resultados do monitoramento e controle;</li> <li>• Contato constante com as Prefeituras locais e demais órgãos públicos, para acompanhar as alterações sofridas nos municípios e, se for o caso, adotar medidas necessárias para minimizar o impacto;</li> <li>• Comunicação constante do SEIL/DER com a população local, esclarecendo as dúvidas existentes e mantendo-a informada sobre as diversas ações ligadas às obras, priorizando as informações sobre os desvios de tráfego e o cronograma das atividades a serem desenvolvidas próximas aos centros urbanos e localidades rurais;</li> <li>• Veiculação de informações sobre o empreendimento por meio de propagandas, pela mídia, além de cartazes e contato direto; e</li> <li>• Divulgação das vantagens do Projeto para a comunidade.</li> </ul>
Programa de Fomento à Contratação de Mão de Obra Local e de Aquisição de Compras e Serviços Locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preferência para cadastramento e contratação de mão de obra local (comunidades e sedes municipais imediatamente próximas à área de instalação do empreendimento);</li> <li>• Divulgação do quantitativo de vagas existentes, o perfil e a qualificação necessária à mão-de-obra contratada;</li> <li>• Preferência à mão-de-obra local (população das sedes urbanas imediatamente próximas à área prevista para instalação do empreendimento); e</li> <li>• Priorização da contratação e uso dos serviços, comércio e insumos locais.</li> </ul>
Programa de Prevenção de Acidentes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle e manejo das velocidades médias e níveis de emissões dos veículos;</li> <li>• Implantação de sinalização, de modo a prevenir acidentes;</li> <li>• Elaboração de planos específicos para situações de emergência e Treinamento aos Grupamentos Locais de Defesa Civil, Corpo de Bombeiro e Polícia Rodoviária;</li> <li>• Contribuição para a redução dos elevados índices de acidentes no trânsito. Nesse sentido, ações que promovam a responsabilidade individual dos cidadãos, devem ser intensificadas, tanto pelo empreendedor como pelos poderes públicos, seja em nível estadual, municipal ou federal;</li> <li>• Redução do número de acidentes, com a redução de velocidade. A sinalização indicará a redução da velocidade e os locais para travessia de pedestres; e</li> <li>• Cumprimento do estabelecido no Código de Trânsito Brasileiro – CTB – e nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito – Contran. Quanto a Visibilidade, legibilidade e segurança, a sinalização deve ser visualizada e lida a uma distância que permita segurança e tempo hábil para a tomada de decisão, de forma a evitar hesitação e manobras bruscas, além de atropelamentos e outros riscos.</li> </ul>

Programa	Medidas Relacionadas
Programa de Supervisão Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Planejamento para o transporte de materiais e equipamentos;</li> <li>• Monitoramento dos níveis de efluentes e ruídos das descargas dos motores;</li> <li>• Evitar trabalho noturno em locais próximos a aglomerações urbanas;</li> <li>• Planejamento da mobilização de mão-de-obra, máquinas, materiais e equipamentos, de forma a minimizar as perturbações na vida da população residente;</li> <li>• Identificação dos acessos a serem utilizados e definir planos para movimentação de equipamentos e veículos pesados antecipadamente;</li> <li>• Evitar que o tráfego proveniente das obras interfira nas áreas urbanas. Caso isso ocorra, deverão ser providenciados dispositivos pertinentes e sinalização adequada, de acordo com o Código Brasileiro; e</li> <li>• Planejamento, com as Prefeituras, das modificações necessárias no fluxo das vias.</li> </ul>
Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores da Obra (novas medidas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecimento aos trabalhadores envolvidos nas obras de informações a respeito do meio ambiente e das comunidades locais que os sensibilizem para a adoção de comportamentos adequados, evitando danos ambientais e conflitos com as comunidades; e</li> <li>• Sensibilização dos trabalhadores – principalmente os condutores de veículos e de máquinas – quanto à adoção de comportamentos seguros e ao respeito às leis de trânsito, com vistas a evitar acidentes.</li> </ul>

## 6

**PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS PARA O PROJETO**

Com base nas informações existentes sobre as Linhas de Base Ambiental e Social do Projeto e da leitura crítica dos impactos e riscos identificados nos estudos ambientais e das medidas de mitigação propostas para gestão desses impactos e riscos, constatou-se a necessidade de elaborar planos de ação complementares com vistas ao atendimento das políticas específicas do BID para esse tipo de Projeto.

Os Planos de Ação aqui propostos focam em quatro temas:

- Gênero;
- Reassentamento;
- Mecanismo de Queixas; e
- Avaliação de Riscos e Desastres.

Todos os Planos de Ação específicos terão por base as diretrizes definidas no Estudo Ambiental Estratégico do Programa de Obras Múltiplas BID-1 e serão devidamente adequados à realidade de cada um dos projetos da amostra representativa.

## **6.1** *PLANO DE AÇÃO DE GÊNERO*

### **6.1.1** *Considerações Gerais*

O BID desenvolveu a OP-761 (Política Operativa sobre Igualdade de Gênero nos Países em Desenvolvimento) por compreender que a igualdade de gênero contribui para a redução da pobreza e resulta em maiores níveis de capital humano para as gerações futuras.

Por meio dessa Política, o BID reconhece que o avanço das mulheres é um objetivo prioritário do desenvolvimento e se compromete a apoiar os países membros em seus esforços para obter uma maior integração da mulher em todas as etapas do processo de desenvolvimento e a melhorar sua situação socioeconômica.

No contexto desta OP, igualdade de gênero significa que mulheres e homens tenham as mesmas condições e oportunidades para o exercício de seus direitos e para alcançar seu potencial em termos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Vale ressaltar que a igualdade de gênero conta com o apoio dos governos dos países da América Latina e do Caribe que respaldaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (1979), a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (1994), a Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (1995) e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (2000).

Embora no presente Projeto não tenham sido identificadas, até o momento, questões críticas no que se refere a gênero, diante da importância do tema para o BID e para a sociedade, faz-se necessária a elaboração e a implementação de um plano específico para gênero.

### **6.1.2** *Linhas de Ação*

A OP-761 reconhece duas linhas de ação:

- Ação proativa, que promove ativamente a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher por meio de todas as intervenções de desenvolvimento do Banco; e
- Ação preventiva, que integra salvaguardas com o objetivo de prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre mulheres e homens por razões de gênero, como resultado da ação do Banco por meio de suas operações

financeiras.

Para o presente Projeto, embora não tenha sido identificada, até o momento, nenhuma questão envolvendo o gênero, são recomendadas as duas linhas de ação apresentadas anteriormente.

As ações proativas podem ter como foco fomentar e incentivar a aplicação e a contratação de mulheres durante as obras de construção civil de implantação do Projeto, considerando-se o predomínio masculino no setor de construção civil no Brasil.

Por sua vez, as ações preventivas podem ser voltadas às mulheres proprietárias, residentes e trabalhadoras das propriedades lindeiras ao contorno a ser construído.

#### **6.1.2.1 Linhas de Ação Proativa**

No Brasil, ainda é reduzida a participação feminina na Construção Civil, embora desde 2012, a cada ano, ingresso de mulheres no setor tenha sido ampliado. Por esse motivo, são necessárias linhas de ação que envolvam os mais diversos setores (Poder Público Federal, Estadual e Municipal, iniciativa privada, organizações da sociedade civil etc.) para garantir o acesso e a permanência das mulheres nesse segmento.

No âmbito do Projeto, tendo em vista o seu caráter pontual, embora não seja possível contribuir para ações que alterem significativamente a condição das mulheres a nível federal, estadual ou até mesmo municipal, podem ser adotadas algumas boas práticas durante sua implantação, que, futuramente, podem ser replicadas a outros projetos e pelas próprias contratistas.

São exemplos de ações:

- Campanhas de sensibilização destinadas aos trabalhadores das obras para que adotem e mantenham postura respeitosa com suas colegas de trabalho;
- Campanhas de comunicação destinadas à população dos municípios de Coronel Domingos Soares e Palmas, com a divulgação das vagas de trabalho disponíveis e estimulando a candidatura de mulheres, desde que aptas para tal;
- Desenvolvimento de boas práticas, envolvendo instituições públicas e privadas locais em parcerias que permitam a criação de cursos de capacitação para mulheres para que atuem no setor da construção civil ou em outros setores relacionados, e que possam absorvê-las localmente;
- Exigir como cláusula contratual, sob possibilidade de rompimento de contrato, que contratistas cumpram com todos os direitos trabalhistas brasileiros de proteção à mulher; e

- Exigir que os contratistas monitorem práticas abusivas contra mulheres no local de trabalho, e, a qualquer sinal que ocorrência, tomem as providências cabíveis.

### **6.1.2.2** *Linhas de Ação Reativa*

Essa linha de ação tem como público preferencial as mulheres e meninas residentes ou trabalhadoras das áreas lindeiras aos locais de obras, as vizinhas às áreas de apoio – como canteiros, áreas de empréstimo e de bota-fora, e demais áreas onde é esperada circulação maior de trabalhadores.

Essas mulheres e meninas podem estar sujeitas a situações de assédio provocadas por trabalhadores envolvidos nas obras. Para evitar que isso aconteça, recomenda-se, de um lado, que sejam feitas ações de sensibilização voltadas aos trabalhadores a respeito da importância em se adotar uma postura respeitosa com as mulheres e meninas. Essas ações podem ocorrer por meio de campanhas e de inserções nos Diálogos Diários de Segurança (DDS).

De outro, deve ser feito o monitoramento permanente e o tratamento em caráter de urgência de quaisquer denúncias originadas do público feminino a respeito dos trabalhadores alocados no Projeto. Para tal, deve ser utilizado o Mecanismo de Queixas detalhado no item 5.3.

## **6.2** *PLANO PRELIMINAR DE REASSENTAMENTO (PPR)*

### **6.2.1** *Introdução*

A construção, ampliação e pavimentação de rodovias tem capacidade de gerar interferência em bens e imóveis privados e públicos que podem acarretar o deslocamento físico ou econômico das pessoas.

Isso ocorre porque a definição da faixa de domínio pode incidir sobre propriedades. Neste caso, é possível que essa faixa gere interfira, total ou parcialmente em residências, impedindo a permanência da família na mesma propriedade, e/ou na geração de renda da família (quando, por exemplo, a parte afetada for área rural produtiva ou imóvel comercial).

O BID define na OP 710 todos os requisitos a serem atendidos no que diz respeito ao reassentamento involuntário de famílias. Por reassentamento involuntário, a OP 710 define todo deslocamento físico (realocação ou desalojamento) ou econômico (perda de bens ou de acesso a bens ocasionando perda de fontes de renda ou de outros meios de subsistência) involuntário de pessoas em decorrência de um projeto do Banco, sendo, portanto, aplicável a todas as operações financiadas pelo BID, tanto públicas, quanto privadas.

O deslocamento involuntário significa que o proprietário não tem direito de recusar a negociação. Isso ocorre nos casos em que é usada a prerrogativa do Decreto de Utilidade Pública - DUP.

Por meio de subsistência, devem ser entendidos todos os tipos de meios utilizados por indivíduos, famílias e comunidades para seu sustento, como renda salarial, agricultura, pesca, forragem, outros meios de subsistência baseados em recursos naturais, pequenos comércios e escambo.

O objetivo da política é minimizar as alterações prejudiciais no modo de vida das pessoas que vivem na área de influência do projeto, evitando ou, ao menos, diminuindo, a necessidade de deslocamento físico. Nos casos em que esse deslocamento for necessário, a política busca garantir que as pessoas sejam tratadas de maneira equitativa e, quando possível, usufruam dos benefícios gerados pelos projetos que requerem o reassentamento.

Nos casos em que o reassentamento for inevitável para a continuidade do projeto, é fundamental a elaboração de um Plano de Reassentamento específico, com base neste Marco de Gestão, que considere as especificidades do projeto e das partes interessadas afetadas.

O Marco de Ação para Reassentamento Involuntário e Desapropriação contém as diretrizes e orientações para o desenvolvimento e implementação do Plano de Ação para o Reassentamento (PAR), que deverá ser desenvolvido para cada projeto que contar com casos de reassentamento.

O processo atualmente adotado pelo SEIL/DER busca atender aos requisitos legais brasileiros no que se refere à desapropriação e reintegração de posse. Todavia, como apontado na seção 6.2.4 abaixo, os requisitos do BID são mais restritivos que a legislação brasileira.

Dessa forma, todos os projetos com potencial de reassentamento físico ou econômico deverão considerar o Marco de Ação para Reassentamento Involuntário e Desapropriação para a elaboração e implementação do Plano de Ação para o Reassentamento Involuntário, PAR.

O documento Estudo Ambiental Estratégico contém informações sobre o atual processo adotado pelo SEIL/DER para desapropriação e integração de posse, descritos na Instrução Normativa nº 016 referente à Desapropriação, Liberação da Faixa de Domínio, última versão de 16.03.2015, em processo de revisão. Como o processo atual tem foco no atendimento aos requisitos nacionais, ainda não endereça todos os temas requeridos pelo BID.

Dada a fase do desenvolvimento do projeto, não foi aplicado o Cadastro Socioeconômicos e o Cadastro Físico de Propriedade até o presente momento. A prioridade para a aplicação dos questionários foram as residências que serão atingidas pela desapropriação. Como para este projeto não foram identificados casos de residências afetadas, o cadastro ainda não foi aplicado.

Sem as informações decorrentes desses cadastros não é possível desenvolver um Plano de Ação para o Reassentamento (PAR). Todavia, o BID requereu a SEIL/PR o desenvolvimento de um Plano Preliminar de Reassentamento (PPR) com as informações obtidas até o momento. Espera-se que, uma vez realizados os cadastros, esse documento seja revisado para gerar o Plano de Ação para o Reassentamento (PAR) do projeto.

O Projeto de Pavimentação e Implantação de Melhorias em trecho rodoviário da rodovia estadual PR-401 consiste na pavimentação e ampliação de rodovia já existente (PR-912), em uma extensão de 28 km, com o intuito de promover melhorias das condições de tráfego e segurança dos usuários da via, suprir a demanda do aumento do fluxo de veículos, considerando, inclusive, a demanda futura e melhorar as condições de vida da população de Coronel Domingos Soares. Em alguns trechos, haverá duplicação da via com implantação de ciclovia.

Para a realização dessas atividades, faz-se necessária a desapropriação de parte de 58 propriedades ao longo do trecho. O número de famílias potencialmente afetadas ainda não foi identificado.

Durante o projeto de engenharia, foram realizados esforços para evitar a interferência em propriedades lindeiras. Para o desenvolvimento do PAR será necessário descrever tais alternativas locais e o motivo da escolha desse traçado.

### **6.2.2 *Princípios do Plano Preliminar de Reassentamento (PPR)***

O PPR é regido pelos princípios de:

- Manter padrões mínimos de vida e acesso à terra, recursos naturais e serviços, tais como água potável, saneamento, infraestrutura comunitária, titulação de terras, que sejam, ao menos, equivalentes ou superiores aos que as partes interessadas tinham anteriormente;
- Incluir o processo de reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento comunitário sustentável (meios e qualidade de vida da população deslocada sejam notavelmente melhorados);
- Incluir a promoção da restauração de atividades e bens afetados através da proporção de direitos de compensação justos, oportunos, preferencialmente em espécie, como recomendam as normas internacionais ou em dinheiro quando não houver tal alternativa;
- Incluir a identificação e apoio aos mais vulneráveis para que possam participar plenamente do processo e com igualdade de benefícios;
- Desenvolver um processo participativo com os afetados e autoridades competentes;

- Continuar apoiando os afetados após o deslocamento para assegurar a recomposição sustentável dos modos de vida e a melhoria da qualidade de vida; e
- Trabalhar de maneira global e culturalmente apropriada.

### 6.2.3 *Objetivo do Plano Preliminar de Reassentamento*

O objetivo do PPR é estabelecer uma ferramenta para gestão dos impactos socioeconômicos resultantes do deslocamento físico e econômico das pessoas afetadas. Posteriormente, esse documento deverá ser complementado com as informações mais detalhadas do Projeto, para então originar o Plano de Ação de Reassentamento.

### 6.2.4 *Marco legal e institucional*

O Plano de Ação de Reassentamento deve ser desenvolvido de acordo com o quadro legal e institucional listado abaixo e outros porventura identificados posteriormente.

- Legislação Federal
  - Constituição Federal Brasileira/1988, capítulo I – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;
  - Lei Federal 10.406/2001 – Código Civil, Livro III – regulamenta a posse e propriedade da terra e atribui direitos aqueles que não possuem escritura ou posse formal da terra;
  - Lei Federal 4.504/1964 - Dispõe sobre Estatuto da Terra, e dá outras providências;
  - Lei 6938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
  - Lei Federal nº 6.766/79 – Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências – área “Non aedificandi”;
  - Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;
  - Decreto nº 62.504/68 – Dispõe sobre o Desmembramento em função da Desapropriação;
  - Decreto nº 6.040/07 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que engloba parte da população afetada, tais como indígenas, pescadores e ribeirinhos.

Tem como objetivo principal:

- a. Garantia dos direitos costumeiros para a população tradicional, considerando suas características essenciais, acesso a recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
- b. Reconhecimento, proteção e promoção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais; e
- c. Apoio e garantia da inclusão produtiva com a promoção de tecnologias adequadas, respeitando o sistema de organização social da comunidade.

Esses mecanismos jurídicos visam garantir que o grupo culturalmente diferenciado, e que é reconhecido como tal, mantenha suas formas próprias de organização social, de uso e ocupação dos territórios e os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, bem como seus direitos costumeiros.

- Legislação Estadual
  - Decreto nº 5.445, de 31-07-89, que aprova o Regulamento e a Estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem;
  - Lei nº 8.924, de 28-12-88, que dispõe sobre a cobrança da Contribuição e Melhorias;
  - Decreto nº 4.333 de 07-12-88, que regulamenta o uso da faixa de domínio de rodovias estaduais;
  - De acordo com o art. 5º, inc. VII da lei Complementar Estadual 40/87 (Lei Orgânica da PGE/PR) foram editados os Decretos Estaduais nº 703/83 e 1.047, de 23-06-83, que transfere à Procuradoria Geral do Estado as atribuições de representar em Juízo o Departamento de Estradas de Rodagem - DER e/ou o Estado do Paraná, nas ações de desapropriações diretas e indiretas, referentes a faixas de domínio para construção de rodovias e ações de usucapião, nos termos do seu artigo 3º;
  - Regimento Interno do DER/PR, Deliberação nº 622-89, 24-10-89. Provimento nº 260, da Corregedoria Geral do Estado;
  - Regulamento do DER/PR, Decreto nº 2458/2000;
  - A Decisão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná nos autos nº 214.0045902.8/000, obriga o poder público a elaborar a planta e

o memorial descritivo apenas da área a ser desapropriada;

- Manual Técnico – Procedimentos para Avaliação de Imóveis, de Março de 2017;
  - Instrução Normativa nº 016, referente à Desapropriação, Liberação da Faixa de Domínio, última versão de 16.03.2015, em processo de revisão; e
  - Informe de Gestão Ambiental e Social (IGAS) – BID V, de fevereiro de 2012, elaborado pelo Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) de Santa Catarina.
- Outras normas e referências importantes para a construção desse marco são:
- ABNT NBR 14653-3 – Avaliação de bens;
  - ABNT – NBR 13.133 – Execução de levantamento topográfico;
  - OP-710 – Reassentamento Involuntário;
  - OP-102 – Acesso à Informação;
  - OP-761 – Igualdade de Gênero em Desenvolvimento;
  - OP-765 – Povos Indígenas;
  - Padrões de desempenho sobre sustentabilidade ambiental, estabelecidos pela Corporação Financeira Internacional (IFC, 2012);
  - Quadro legal geral do Brasil que decorre da ratificação da Convenção da ONU sobre Direitos Humanos (Declaração Universal de Direitos Humanos), Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e demais convenções que tratam de aspectos específicos relacionados à garantia de direitos humanos fundamentais, tais como a Convenção OIT nº 169/89;
  - Princípios Orientadores para empresas sobre direitos humanos e Quadro de referência de reporte em direitos humanos (*UN Guiding Principles on Business and Human Rights* – Relatório Ruggie), iniciativa da ONU;
  - Direitos humanos no setor de mineração: integrando a devida diligência relacionada a direitos humanos em processos de gestão de risco corporativo (*Integrating human rights due diligence into corporate risk management processes* – ICMM – *International Council on Mining and Metals*);

- RAFI – *Human Rights Reporting and Assurance Frameworks Initiative*;
- ISO 26000; e
- AA1000 *Stakeholder Engagement Standard* (AA1000SES).

Tanto o BID quanto a legislação brasileira requerem a avaliação socioeconômica dos afetados por um processo de reassentamento, a definição de uma linha de corte e os direitos de compensação aos afetados.

Em geral, os requerimentos do BID são mais restritivos que a legislação brasileira. A legislação brasileira não determina ações para minimizar ou evitar deslocamento físico ou econômico, especialmente em grupos vulneráveis. Tampouco há requisitos na legislação brasileira que requeiram um processo formal de identificação, consulta e engajamento com *stakeholders*.

Os processos participativos resumem-se, em geral, às audiências públicas durante os processos de licenciamento ou incluídos como condicionante de licenças. Não há especificamente na legislação brasileira o requerimento específico de um mecanismo de queixas e reclamações, embora este instrumento se apresente como demandas no âmbito das ações de comunicação social requeridas nos termos de referências dos processos de licenciamento ambiental.

No que se referem à elegibilidade, os requerimentos do BID recomendam que sejam considerados no processo de reassentamento os proprietários formais e informais. O Código Civil Brasileiro estabelece direitos para os ocupantes sem direitos formais a terra, desde que a posse seja prolongada, pacífica, ininterrupta, e nos prazos estabelecidos pela lei (usucapião). Todavia, dada a complexidade do arcabouço legal e consequente burocracia que o envolve, os requerimentos do BID tornam-se mais restritivos.

### **6.2.5 Condições da Linha de Base do PPR**

A constituição da Linha de Base Social é fundamental para a construção de conhecimento a respeito de todas as partes interessadas que possam ser, de alguma forma, afetadas e impactadas pelo Projeto, que possam ter algum grau de influência sobre o Projeto e sobre outras partes interessadas, ou que tenham algum tipo de interesse em relação ao Projeto.

A construção da Linha de Base Social possibilita:

- Definição dos impactos e dos riscos, e, por consequência, implementação de medidas de gestão que garantam que as partes interessadas usufruam ao máximo dos impactos positivos decorrentes do Projeto, e que não sejam afetadas, ou o sejam o mínimo necessário, pelos seus impactos negativos e riscos;

- Estabelecimento de um perfil das partes afetadas e identificação de grupos vulneráveis que demandem ações específicas de gestão de impactos, relacionamento e engajamento;
- Definição das ações de relacionamento e de engajamento mais adequadas de acordo com cada público; e
- Antecipar-se e evitar conflitos que possam ocorrer com as partes afetadas.

Para a construção adequada da linha de base faz-se necessário o desenvolvimento do Cadastro Físico das Propriedades e do Cadastro Socioeconômico de seus moradores.

Dado o estágio do projeto, esses cadastros ainda não foram realizados e a linha de base somente poderá ser construída com o levantamento dessas informações.

Todavia, para a elaboração deste PPR, foi realizado um levantamento preliminar de informações dos afetados nos documentos descrito abaixo:

- Audiência pública realizada em Coronel Domingos Soares em 26/04/2017, contanto com a participação de 136 pessoas, seguida de aplicação de questionário de consulta com os presentes;
- Relatório da Variável Ambiental Plano de Controle Ambiental elaborado em 2014 e apresentado ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para obtenção de Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI);
- Cadastro Preliminar de Propriedades Rurais identificadas na área do Projeto; e
- Mapeamento e análise de partes interessadas, cujos resultados estão apresentados no Anexo B deste relatório.

O Quadro 6.1 contém o detalhamento dos proprietários e propriedades afetadas.

Quadro 6.1 Quadro resumo das propriedades afetadas

Nº Sequencial	Matrícula	Nome Do Registro	Lado	Matrícula (Área Total - M²)	Desapropriação (M²)	% De Área Desapropriada Sobre Área Da Matrícula	Uso Da Área
1	10.869	Adenir Carlos Panho e s/m	LD	375,911.00	5,566.00	1.48%	Pasto
2	8.483	Aline de Kacia Cordeiro	LD	2,063,020.00	14,520.00	0.70%	Pasto
3	8.467	Carlos Eduardo Ribas Maciel	LD/LE	653,400.00	14,762.00	2.26%	Pasto
4	12.797	Celso Ivan de Bortoli e s/m	LE	611,097.00	5,808.00	0.95%	Pasto
5	3.558	Chopim Empreendimentos Florestais S/A	-	1,347,915.00	4,840.00	0.36%	Pasto
6	341	Cleusa Bortoli Panho e outros	LD	1,570,124.00	19,118.00	1.22%	Pasto
7	4.907	Clube União Recreativo Palmense	LD	36,300.00	4,114.00	11.33%	Pasto
8	10.152	Coamo Agroindustrial Cooperativa	LD	96,800.00	2,420.00	2.50%	Pasto
9	14.179	Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR	LE	38,207.29	2,178.00	5.70%	Terra nua
	10.317		LD	5,964.17	484.00	8.12%	Terra nua
	10.316		LD	5,790.99	242.00	4.18%	Plantação de pinus
	10.315		LD	11,329.14	1,210.00	10.68%	Terra nua
	10.318		LD	5,301.16	968.00	18.26%	Terra nua
10	20.936	Cristiano Andrade Andraschko e outros	LD	2,420,000.00	14,278.00	0.59%	Agricultura
11	10.804	Deisi Guacira Tibes e s/m	LD	4,618,589.41	13,068.00	0.28%	Agricultura
12	-	Dóris de Fátima Marins de Araújo e outros	LD	*	2,178.00	*	Agricultura
	7.320		LD	1,094,580.00	5,566.00	0.51%	Agricultura
13	2.842	Edivan Cesar Pereira de Souza e outros	LD	165,451.00	2,420.00	1.46%	Agricultura
14	12.817	Edson Nei Salvadori Desconci e outros	LD	5,237,848.00	28,314.00	0.54%	Agricultura
	12.798		LE/LD	605,654.00	7,986.00	1.32%	Agricultura
15	7.081	Estrela Agro Florestal Ltda.	-	8,696,183.00	16,456.00	0.19%	Agricultura
	1.311		LE/LD	2,420,000.00	11,132.00	0.46%	Agricultura
	6.954		LD	1,089,000.00	7,986.00	0.73%	Agricultura
	1.059		LE	679,521.00	17,908.00	2.64%	Agricultura
16	2.502	Estrela Agro Florestal Ltda. e outros	LE	1,210,000.00	2,178.00	0.18%	Agricultura
17	13.901	Estrela Indústria de Papel Ltda.	LD	1,279,491.05	7,018.00	0.55%	Agricultura e reflorestamento
18	8.208	Estrela Indústria de Papel Ltda. e outros	LE/LD	9,241,225.00	52,514.00	0.57%	Terra nua
	262		LE	2,504,700.00	21,780.00	0.87%	Terra nua
19	-	Geraldo Luz	LD	*	242.00	*	Agricultura
	7.469		LD	145,200.00	3,630.00	2.50%	Agricultura
20	12.818	Gideon Mendes de Araujo e Outros	LD	2,231,199.15	7,502.00	0.34%	Agricultura
21	12.819	Gilberto Mendes de Araújo e outros	LD	2,231,199.15	4,356.00	0.20%	Agricultura
22	6.280	Job Joaquim Rodrigues e s/m	LE	1,400,932.00	7,502.00	0.54%	Agricultura
	7.322		LE	728,000.00	15,004.00	2.06%	Agricultura
23	14.594	José Affonso Motta e s/m	LD	1,493,248.00	42,592.00	2.85%	Reflorestamento
24	4.932	José Pernlochner e outros	LE	814,214.00	15,246.00	1.87%	Terra nua
	3.959		LE	2,129,600.00	6,776.00	0.32%	Reflorestamento
	14.423		LD	432,693.00	18,150.00	4.19%	Agricultura
	14.423 e 7.392		LD	*	242.00	*	Agricultura
	5.775		LE	922,134.83	8,228.00	0.89%	Agricultura
	7.392		LD	1,728,351.00	11,374.00	0.66%	Agricultura
25	12.799	Lindaure dos Passos Pires	LE/LD	605,838.00	8,228.00	1.36%	Agricultura
	12.800		LE	729,164.00	5,808.00	0.80%	Agricultura
26	12.796	Luciano de Bortoli e s/m	LE	487,627.00	484.00	0.10%	Agricultura
27	12.796 e 7.081	Luciano de Bortoli e s/m e Estrela Agro Florestal Ltda.	LE	*	484.00	*	Agricultura
28	8.899	Luciano de Bortoli e s/m e Estrela Agro Florestal Ltda.	LD	183,423.11	3,388.00	1.85%	Agricultura
	8.898		LE	45,030.82	3,872.00	8.60%	Pecuária
29	24.606	Luiza Aparecida Correa de Almeida	LD	1,089,000.00	6,776.00	0.62%	Agricultura
30	7632	Luiza Mara Motta dos Santos e s/m	LD	502,000.00	3,146.00	0.63%	Agricultura
31	-	Maria Terezinha Fonseca Gomes e outros	LD	*	1,936.00	*	Agricultura
	11.299		LD	1,889,695.00	16,940.00	0.90%	Agricultura
32	13.986	Município Coronel Domingos Soares	LD	121,000.00	1,452.00	1.20%	Agricultura
33	10.252	Neiva Cassia Carli	LE	24,200.00	1,210.00	5.00%	Agricultura
34	340	Rogério Stevo Cordeiro e outros	LE	9,913,892.00	10,648.00	0.11%	Pecuária, agrícola
35	14.652	Rosemblar Serafini e outro	LD	128,145.50	5,566.00	4.34%	Agricultura
36	24.608	Valdomiro Corrêa de Almeida e s/m	LE	1,089,000.00	18,634.00	1.71%	Terra nua
37	21.509	Waldomiro Corrêa de Almeida	LE	740,100.00	11,858.00	1.60%	Terra nua
38	4.890	Wilson Almeida Olivo e s/m	LD	1,089,000.00	11,616.00	1.07%	Terra nua

No Quadro anterior, verifica-se a presença de áreas agrícolas, de matas, de pinus e dedicadas à pecuária.

Os dados preliminarmente levantados indicam que a menor propriedade afetada tem pouco mais de 5.000 m<sup>2</sup> e terá 18,26% da sua área afetada. Todavia, essa propriedade pertence à Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), que é proprietária de outras 5 propriedades. As 5 propriedades somam cerca de 67 mil m<sup>2</sup> e terão cerca de 8% desse total afetado.

A menor propriedade pertencente a um indivíduo tem cerca de dois mil m<sup>2</sup> e terá menos de 2% afetada.

A maioria das áreas a serem desapropriadas representa menos de 1% do total das propriedades às quais pertencem. Apenas três propriedades terão maior percentual de perda – entre 10% e 18%, no máximo – de áreas desmobilizadas para o Projeto, todas pertencentes a COHAPAR. A Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e o Clube União Recreativo Palmense serão as mais atingidas no que diz respeito a áreas afetadas em decorrência do Projeto.

As evidências das consultas realizadas com os afetados estão disponíveis no Anexo A.

Como informado anteriormente, a linha de base será completada com a realização do Cadastro Físico das Propriedades e do Cadastro Socioeconômico que são necessários para identificar o tipo de público a ser contemplado pelo Plano de Reassentamento, de um perfil básico, para a posterior definição das ações mais adequadas para cada parte afetada.

É importante considerar que todos os afetados devem ser contemplados por estes cadastros, sejam esses proprietários, posseiros ou ocupantes.

Os cadastros podem ser realizados conjuntamente numa mesma etapa, durante o Projeto Executivo de Engenharia.

Os cadastros objetivam:

- Identificar o tipo de público a ser contemplado pelo Plano de Reassentamento e construir uma linha de base social e de um perfil básico, para a posterior definição das ações mais adequadas para cada parte afetada; e
- Dimensionar os custos de desapropriação e reintegração e fornecer subsídios para definição das alternativas de reposição de perdas ou de promoção de melhorias das condições de vida dos afetados, principalmente, daqueles vulneráveis.

O *Cadastro Físico das Propriedades* deve conter informações suficientes para

o cálculo da indenização, tal qual os critérios definidos pela NI 16, compreendendo:

- Levantamento de todas as propriedades afetadas pela faixa de domínio dos projetos, com a localização e a identificação das matrículas e das benfeitorias e edificações a serem removidas, bem como o nome do proprietário e a identificação das famílias que ocupam e/ou residem na propriedade, independentemente de seu vínculo com o proprietário. Desse modo, famílias de trabalhadores, arrendatários e outros vínculos devem ser consideradas;
- Data da realização do cadastro, de modo que as informações obtidas sejam utilizadas como referências nos contatos e processos posteriores, evitando assim, quaisquer responsabilidades, caso o total de pessoas e propriedades aumente durante o desenvolvimento do projeto;
- Descrição de todas as propriedades afetadas, área total da propriedade e área afetada pelo projeto, topografia, uso da propriedade (agrícola, residencial, comercial ou misto); tipologia de ocupação e padrões das construções, zoneamento aprovado para o local, caso exista;
- Detalhamento do uso econômico da área, como por exemplo, uso agrícola e pecuária (quantidade de culturas, área ocupada por cada cultura, quantidade de animais por tipo) e detalhamento da área comercial como equipamentos, móveis, espaço ocupado, número de empregados, etc;
- Descrição das edificações e benfeitorias existentes na propriedade: usos, área, cômodos, detalhes dos materiais empregados e estado de conservação;
- Registro fotográfico das fachadas e outros detalhes que possam subsidiar a definição dos valores de mercado da propriedade; e
- Identificação no Registro de Imóveis e Cadastro Municipal, para levantar os valores de impostos pagos pelo proprietário e comparar os dados existentes na ficha cadastral do imóvel.

#### ***Cadastro Socioeconômico***

O Cadastro Socioeconômico propõe-se a quantificar e caracterizar o universo de famílias afetadas pelo projeto, a partir das seguintes tipologias: proprietário residente, não residente, famílias agregadas, inquilinos e demais categorias de ocupantes. Ressalta-se que todas as famílias identificadas na propriedade devem ser cadastradas.

A metodologia de levantamento das informações demandadas assemelha-se a um levantamento censitário. Por esse motivo, caso o tempo entre a pesquisa e a efetivação do projeto seja elevado, sugere-se que seja realizado novo levantamento para atualização das informações previamente levantadas.

O cadastro socioeconômico deve incluir:

- Listagem de todos os proprietários e residentes (formais, informais, legais ou ocupantes irregulares);
- Dimensão demográfica: n° de pessoas da família, idade de cada um deles, gênero, composição do grupo familiar, grau de parentesco, problemas de saúde;
- Dimensão econômica: perfil da renda, ocupação dos membros da família, lugar de trabalho, relevância do imóvel na composição da renda, estratégia de subsistência, etc.;
- Dimensão social: acesso a serviços aos serviços públicos e privados de saúde, educação, correlação com outras famílias vizinhas, forma de organização social, tempo de residência no local, etc.; e
- Expectativa da população afetada referente ao projeto e a compensação (permuta, pagamento em dinheiro, etc.).

As informações devem ser suficientes para geração de uma linha de base que permita a descrição das características sociais, econômicas, demográfica e cultural da população afetada, a identificação de impactos do processo de deslocamento físico e econômico e a definição dos parâmetros de monitoramento das condições de vida após o deslocamento. Também deve possibilitar a identificação de impactos significativos nos modos de vida de cada família para orientar as medidas para minimizar tais impactos a serem tomadas antes, durante e após o processo de deslocamento físico ou econômico.

O cadastro socioeconômico também deverá levantar informações que permitam a identificação de pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade.

Para isso, pode ser adotada a metodologia<sup>4</sup> do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) por meio da qual é possível chegar aos índices de vulnerabilidade das famílias afetadas pelos projetos e intervenções rodoviárias. A metodologia define como vulneráveis:

---

<sup>4</sup> Metodologia - Pesquisa Básica de Vulnerabilidade Socioeconômica. Disponível em: <<https://189.9.128.64/download/planejamento-e-pesquisa/desapropriacao-e-reassentamento/metodologia.pdf>>.

- *Vulnerabilidade Socioeconômica:* (i) Família registrada no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; (ii) Edificação pesquisada localizada às margens de córrego/rio em situação de risco e/ou ao lado de lixões/aterros sanitários/valas de esgoto; (iii) renda *per capita* até R\$ 85,00 por mês; e
- *Classe Especial de Vulnerabilidade:* Mesmo sendo classificadas como não vulneráveis socioeconomicamente, são unidades familiares que possuem no imóvel/edifício em questão a única moradia, e pesando a imprudência em demandar a reintegração de posse, uma vez que tal ação ensejaria o “deslocamento” de um problema social de *déficit* habitacional e estaria em desconformidade com os direitos à moradia e à dignidade humana.

Outro exemplo de vulneráveis são as mulheres, especialmente quando estão na condição de chefes de família. Isso porque a sua condição de gênero pode agravar outros tipos de vulnerabilidade social e econômica, e dificultar melhorias em sua qualidade de vida. Também podem ser considerados vulneráveis portadores de deficiência e crianças em situação de risco social.

Após a definição da vulnerabilidade, deverá ser feita análise tendo em vista os riscos e impactos decorrentes dos projetos para cada família.

Dessa maneira, é fundamental que o PAR a ser elaborado para os projetos tenha informações precisas a respeito desse público, do seu grau de vulnerabilidade social e em relação ao projeto e ao processo de reassentamento, para que sejam propostas medidas e ações específicas.

No caso de famílias afetadas que não estejam em situação de vulnerabilidade e que tenham poder aquisitivo suficiente para a recomposição de suas condições de vida dispensando quaisquer tipos de auxílio externo, poderá ser adotado processo indenizatório simples, em conformidade com os dispositivos constitucionais e legislação específica, desde que em comum acordo entre as partes. Ainda assim, deverá ser realizado monitoramento posterior, conforme detalhado adiante.

É importante que a linha de base contenha as evidências referente a consulta com os afetados, como registros fotográficos das consultas, questionários utilizados, mapas com a localização das propriedades afetadas etc.

#### **6.2.6 *Identificação dos impactos do reassentamento sobre as pessoas, propriedades e modos de vida***

Os dados preliminares relatados acima potencialmente indicam que não haverá deslocamento físico decorrente do projeto. Todavia, essa informação somente poderá ser confirmada na fase dos cadastros.

Os dados produtivos levantados até o momento indicam que, apesar de possíveis perdas de áreas de cultivo, o impacto não seria suficiente para caracterizar o deslocamento econômico. Todavia, a hipótese de deslocamento econômico não pode ser descartada baseada nos dados levantados até aqui.

A pavimentação da rodovia não tem interferência direta nas propriedades de comunidades tradicionais ou indígenas, razão pela qual elas não estão incluídas no PPR.

O levantamento realizado até o momento não apontou a existência de nenhum outro grupo vulnerável.

Após a realização do Cadastro Socioeconômico e o Cadastro Físico das Propriedades, as informações obtidas deverão ser analisadas considerando a ocorrência dos seguintes impactos potenciais:

- Interferências na infraestrutura urbana e rural;
- Interferências em terras com usos residencial, comercial, agropecuário e turístico;
- Interferências na produção agropecuária;
- Interferências nas atividades comerciais;
- Interferências nos modos de vida;
- Interferência no patrimônio histórico, cultural e natural;
- Interferências na valorização das residências e terras; e
- Violação de direitos humanos;

Os dois cadastros deverão ser confrontados e comparados para se chegar a uma Análise do Risco de Empobrecimento, que deverá conter informações sobre:

- Níveis de riscos do projeto decorrentes dos impactos diretos do reassentamento (perda de moradia e terra cultivável, mudanças no emprego, alterações na renda e no acesso a recursos e aos meios de produção, possibilidade de exclusão social etc.);
- Existência de atividades comerciais e de serviços cuja viabilidade seja prejudicada pelo projeto;
- Potencial de desarticulação de redes sociais; e
- Perda do acesso à educação.

Especial atenção deverá ser dada a questões relacionadas a gênero e etnia.

Após a avaliação dos impactos e das condições de trabalho, habilitação e elegibilidade das famílias, define-se:

- Número de proprietários a serem desapropriados ou indenizados, com a estimativa dos recursos destinados a este fim; e
- Número total de famílias habilitadas ao reassentamento: proprietários, famílias agregadas, ocupantes por arrendamento ou outro tipo de contrato, invasores, entre outros.

### **6.2.7** *Crítérios de elegibilidade e data de corte*

A definição de elegíveis deve ser definida em conjunto com os afetados e seus critérios devem compor o PAR.

Os atores devem cumprir as seguintes condições mínimas para serem considerados elegíveis, como por exemplo:

- Tenham propriedade ou interesses legítimos e comprovados sobre bens imóveis situados no perímetro identificado como afetado. Deverão ser considerados aqueles que:
  - Tenham propriedade legal e formal e direito de uso reconhecido pela legislação brasileira; e
  - Propriedade informal ou tradicional e direitos de uso reconhecidos pela legislação brasileira.
- Comprovarem desenvolvimento de atividades econômicas e produtivas no perímetro afetado, como por exemplo:
  - Perda ou suspensão de emprego realizado dentro da área;
  - Atividades Agrícolas;
  - Atividades Pecuárias;
  - Atividade Extrativista;
  - Pesca;
  - Turismo;
  - Comércio; e
  - Indústria.

- Tenham perda de acessos físicos e acesso aos recursos naturais, tais como água, resultante do projeto; e
- Forem incluídos nos cadastros, até a data de corte, a ser estabelecida dentro do PAR.

O PAR não deve considerar elegíveis bens afetados de instituições públicas de domínio privado (como p.ex. Ministérios, Secretarias, Prefeituras, etc.). Os impactos nestas deverão ser negociados diretamente entre a SEIL/DER e a parte afetada.

É importante definir a data de corte, ou seja, até quando a pessoa pode ser incluída no processo para ser considerada elegível. A data de corte pode ser definida como a do final da realização do Cadastro Físico das Propriedades e o Cadastro Socioeconômico, ou outra definida no PAR.

### **6.2.8** *Matriz de Compensação*

Uma vez que tenham sido estabelecidos critérios gerais de elegibilidade, será desenvolvida uma matriz de compensação. Esta também deverá ser elaborada para os afetados e integrada ao PAR.

A matriz de compensação a seguir deve ser usada unicamente como ponto de partida para as discussões com os afetados e deverá ser revisada pela SEIL/DER como resultado das atividades anteriormente descritas.

Elementos básicos a serem abordados na matriz de compensação incluem:

- Terrenos, casas e outros;
- Infraestrutura de serviços;
- Edifícios institucionais; e
- Recomposição dos modos de vida.

A reparação pode ocorrer por uma das formas a seguir ou por um conjunto dessas:

- Indenização financeira;
- Indenização por outro bem equivalente;
- Medidas específicas para grupos vulneráveis; e
- Outros subsídios.

Caso os cadastros a serem realizados confirmem a ausência de deslocamento

físico ou econômico e de pessoas vulneráveis, a indenização financeira poderá ser suficiente para reparar o impacto, não sendo necessárias outras medidas.

O Quadro 6.2 contém exemplo genérico de uma matriz de compensações. Esta deve ser realizada para o projeto considerando o tipo de impacto e a condição socioeconômica dos afetados.

No modelo adiante, não foram diferenciados proprietários com títulos formais de terras, informais ou ocupantes ilegais. Considerou-se que a compensação é igual, independentemente da condição de propriedade.

Quadro 6.2 *Matriz de Compensação*

<b>Tipo de Impacto</b>	<b>Nível de impacto</b>	<b>Compensação</b>
<b>Bens Imóveis</b>		
<b>Estruturas privadas</b>		
Perda de terrenos residenciais / urbanos	Total ou permanente	Compensação monetária com valor similar ao valor de reposição, que permita a aquisição de outro terreno em condições similares.
Perda de residência principal	Total e permanente	Valor do imóvel a custo de reposição que permita a aquisição de outro imóvel de características similares Apoio na identificação do novo imóvel. Apoio no restabelecimento de acesso a serviços de saúde e educação.
		Em caso de família vulnerável, compensação em espécie com nova residência (de característica e padrão similar ou melhor). Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis afetadas após a transferência.
	Parcial e temporária	Reconstrução e reabilitação da residência no local
Perda de residência secundária	Total e permanente	Valor do imóvel a custo de reposição.
Perda de moradia por interrupção do contrato de aluguel	Temporária	Em caso de família vulnerável, apoio para identificação de outra moradia (de característica e padrão similar ou melhor).
Perda de moradia por interrupção do contrato de trabalho (p.ex. caseiro)	Temporária	Em caso de família vulnerável, apoio para identificação de outra moradia (de característica e padrão similar ou melhor).

<b>Tipo de Impacto</b>	<b>Nível de impacto</b>	<b>Compensação</b>
Perda de terrenos agrícolas, produtivos	Total e permanente	Compensação monetária para substituir com valor similar ao valor de reposição, que permita a aquisição de outro terreno em condições similares. Apoio na identificação do novo imóvel. Assistência técnica e suporte para restauração de atividades agrícolas em novo lugar.
		Em caso de família vulnerável, reposição em espécie com terrenos de características e tamanhos similares (assegurando tamanho mínimo segundo as normas brasileiras). Custos da transação de regularização do novo imóvel. Assistência técnica e suporte para restauração de atividades agrícolas em novo lugar. Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis afetadas.
	Parcial e permanente	Compensação monetária com valor similar ao valor de reposição. Assistência técnica e suporte para restauração de atividades agrícolas em novo lugar ou em áreas remanescentes
		Em caso de família vulnerável, se a perda é maior que 50% do terreno e indica a perda econômica permanente e significativa, se aplica a reposição em espécie da totalidade do terreno com terrenos de características e tamanhos similares ao original (assegurando tamanho mínimo segundo as normas brasileiras). Assistência técnica e suporte para restauração de atividades agrícolas em novo lugar ou em áreas remanescentes. Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis afetadas.
	Parcial e temporária	Se há limitação temporária do uso, aplica-se a compensação monetária proporcional ao impacto
Perda de cultivos anuais ou permanentes	Total ou parcial	Pagamento de compensação do valor das culturas perdidas nas áreas afetadas
		Assistência técnica e suporte para restauração de atividades agrícolas em novo lugar ou em áreas remanescentes
		Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis afetadas.
<b>Estruturas de uso comum</b>		
Perda de estruturas públicas pertencentes à comunidade afetada (praça, campo de futebol, etc.)	Total e permanente	Compensação em espécie com nova estrutura
	Parcial e temporária	Compensação monetária ou reparação adequada para realizar reconstrução de acordo com a qualificação do dano
Perda de infraestrutura de serviços e espaços comunitários (p. ex. posto de saúde, escola)	Total e permanente	Construção de nova infraestrutura com no mínimo o mesmo nível de serviço
	Parcial e temporária	Reconstrução e reabilitação da infraestrutura que ao menos recupere os níveis de serviços existentes anteriormente.

<b>Tipo de Impacto</b>	<b>Nível de impacto</b>	<b>Compensação</b>
<b>Atividades Econômicas</b>		
Perda de renda por interrupção de atividade econômica (produtiva, extrativa, comercial, industrial)	Permanente	Compensação em dinheiro com base na projeção de lucros pelo período requerido para restabelecer o negócio e recuperar o nível de renda.
		Em caso de família vulnerável, apoio para transferir o negócio a outro lugar e assistência técnica e capacitação para melhorar a atividade econômica. Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis afetadas.
	Temporária	Compensação em dinheiro com base na projeção de lucros pelo período requerido para restabelecer o negócio e recuperar o nível de renda.
		Em caso de família vulnerável, assistência técnica e capacitação para recuperar o negócio no local. Monitoramento das condições socioeconômicas das famílias vulneráveis afetadas.
<b>Outros</b>		
Mudança para as novas residências	Temporária	Oferta de transporte ou compensação em dinheiro
		Diária por dias deixados de trabalhar para organizar mudança e se acomodar em outro lugar.
Impacto por perda de acesso a água e/ou recursos naturais	Temporária ou permanente	Compensação monetária por perda de acesso a recursos naturais
		Em caso de famílias vulneráveis, reestabelecimento dos acessos às redes sociais
Impacto por perda de acesso a redes sociais	Temporária	Apoio aos reestabelecimento dos acessos às redes sociais

**6.2.9** *Medidas de restauração dos modos de vida (restauração econômica, produtiva e reintegração social)*

O estabelecimento das medidas de restauração dos modos de vida será necessário caso sejam identificados impactos de perda de renda ou emprego, perda produtiva significativa, pessoas em situação de vulnerabilidade, impactos no relacionamento que formam o tecido social ou outros impactos em direitos humanos.

Caso esses impactos não sejam identificados, não se fará necessário o estabelecimento de medidas de restauração.

**6.2.10** *Mecanismo de Queixas e Reclamações*

O Mecanismo de Queixas e Reclamações estabelecido para o projeto (Item 6.3) também deve ser usado para as questões relacionadas ao reassentamento, com a análise separada das ocorrências registradas relacionadas a esse tópico. O mecanismo deve estar em funcionamento durante todo o ciclo de vida do PAR.

**6.2.11** *Monitoramento e Avaliação*

As medidas de monitoramento e avaliação devem ser utilizadas para verificar impactos decorrentes da desapropriação/reintegração e a sua adaptação e inserção à nova realidade social e habitacional.

As medidas de monitoramento e avaliação deverão ser desenvolvidas caso sejam identificados casos de deslocamento físico e/ou econômico e impactos em públicos vulneráveis.

Como os dados existentes até o momento não indicam os casos anteriormente apresentados, possivelmente, esta etapa não será aplicada a esse projeto.

**6.2.12** *Cronograma e Custo Estimado*

O Cadastro Físico das Propriedades é iniciado no Projeto Básico de Engenharia e finalizado no projeto durante o Projeto Executivo de Engenharia.

Durante a fase do Projeto Executivo de Engenharia serão realizados o Cadastro Físico das Propriedades e o Cadastro Socioeconômico dos seus proprietários e usuários, que comporão o PAR e refinarão o cronograma e orçamento inicialmente definidos.

O cronograma do reassentamento deve considerar que as obras só poderão ser iniciadas uma vez que todas as famílias tenham se retiradas de suas residências (se aplicável).

O custo estimado do PAR deve considerar os custos necessários para a negociação dos imóveis, os custos necessários para o apoio à mudança das famílias e os projetos e programas socioeconômicos necessários para garantir o restabelecimento das novas condições de vida das famílias, onde aplicável.

O orçamento estimado preliminarmente pela DEIL/PR até o momento é de R\$ 1.360.380,05, e inclui exclusivamente o valor esperado pela desapropriação das propriedades e compensação por benfeitorias. Caso o cadastro socioeconômico confirme as informações obtidas até o momento, o orçamento estimado preliminar poderá estar adequado.

Todavia, caso sejam identificados grupos vulneráveis afetados ou outros ocupantes além dos proprietários de terra listados anteriormente, o orçamento deverá considerar a devida reparação desses grupos e apoio necessários para o restabelecimento de sua condição de vida, tais quais as compensações definidas na matriz de compensação.

### **6.2.13 Equipe**

O processo de planejamento do reassentamento requer uma equipe técnica especializada dedicada ao projeto. A liderança por profissionais experientes é essencial para buscar a adesão aos padrões internacionais e nacionais, construção de consenso e planejamento participativo.

A equipe para atuação no processo de reassentamento deverá ser multidisciplinar e composta por representantes de diferentes áreas do SEIL/DER.

## **6.3 MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES**

### **Mecanismo de Queixas**

Faz parte do Marco de Relações Comunitárias a instituição de um Mecanismo de Queixas que possibilite que as partes interessadas entrem em contato com os responsáveis pela implementação do Programa e dos projetos, sempre que julgarem necessário, para o registro das suas questões, sugestões, críticas e reclamações, e para o encaminhamento de dúvidas.

Ressalta-se que a finalidade desse Mecanismo é receber as questões das partes interessadas e encaminhá-las internamente de modo a garantir que sejam respondidas e que essas respostas sejam enviadas aos solicitantes no menor tempo possível e que sejam rastreáveis pelos interlocutores e tenha seus resultados avaliados.

A SEIL e o DER possuem um canal permanente de comunicação com a sociedade através da Ouvidoria da Controladoria Geral do Estado, CGE.

A Ouvidoria está estruturada de modo a atender aos preceitos do Marco de Relações Comunitárias, caracterizando-se em um espaço de integração do SEIL/DER com o cidadão, as entidades representativas e demais partes interessadas.

A Ouvidoria da CGE atua como canal de comunicação entre a população e o governo do Estado do Paraná, visando receber e dar encaminhamento a solicitações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios sobre ações e programas do Poder Executivo estadual.

O acesso dos cidadãos à Ouvidoria da CGE pode ser realizado de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 18h, por:

- Telefone – 0800-411113, além dos ramais da equipe da Coordenadoria de Ouvidoria; e
- Envio de cartas ou atendimento presencial – Rua Mateus Leme, 2018, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP 80.530-010.

Ou, ainda, em quaisquer dias e horários pela Internet:

- Portal CGE ([www.cge.pr.gov.br](http://www.cge.pr.gov.br)), SEIL ( [www.infraestrutura.pr.gov.br](http://www.infraestrutura.pr.gov.br)) e DER ( [www.der.pr.gov.br](http://www.der.pr.gov.br)), por intermédio do acesso à Ouvidoria (margem esquerda do site), no link “Registre sua reivindicação”.

Ao final de cada registro é disponibilizado ao cidadão um número de atendimento e um código de consulta. Com estes dados é possível acompanhar o andamento desse registro por telefone, através do serviço 0800, ou pelo Portal CGE ([www.cge.pr.gov.br](http://www.cge.pr.gov.br)), também por intermédio do acesso à Ouvidoria, mas pelo link “Consulte sua reivindicação”.

O tempo de resposta é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.

Nos Portais dos respectivos órgãos e entidades que integram a Rede de Ouvidores do Poder Executivo estadual ou, ainda, no site da CGE – na opção Ouvidoria (margem esquerda), existe uma lista com nomes e telefones dos servidores que integram essa rede, bem como o link de acesso aos sites destes. Neste acesso pode-se encontrar o nome e o contato direto com os ouvidores da SEIL e do SEIL/DER.

Além disso, para o Programa BID foi criado um serviço de atendimento ao público através do telefone 0800-410111 que direciona o solicitante para as diversas ações previstas no Programa seja de responsabilidade da SEIL ou do SEIL/DER.

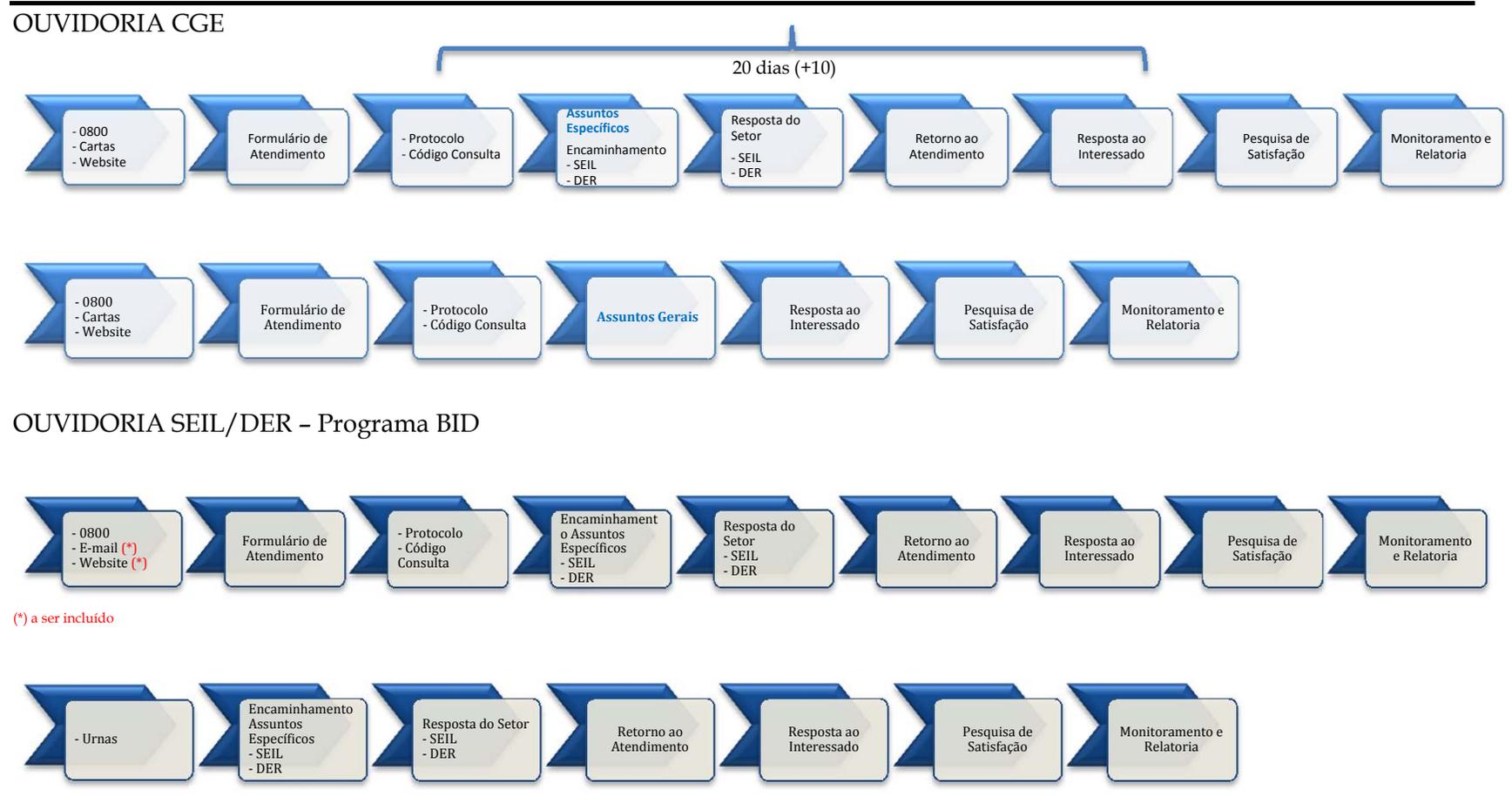
Para a divulgação das obras rodoviárias a partir das primeiras consultas públicas realizadas, foram criados os seguintes canais de comunicação com as partes interessadas:

- Projetos de engenharia nas Superintendências Regionais e respectivos Escritórios Regionais próximos das obras, disponíveis em documentos físicos para o público consultar;
- Telefone das Superintendências Regionais e respectivos Escritórios Regionais próximos das obras, para atendimento; e
- Urnas para depósito de sugestões disponíveis durante as Consultas Públicas e ao longo da execução do Programa instaladas nas Superintendências Regionais e respectivos Escritórios Regionais do DER próximos das obras.

As chamadas telefônicas, os serviços de atendimento por cartas, website ou presencial devem ser registrados pela equipe responsável pelo atendimento que deve proceder ao encaminhamento das questões para as áreas específicas aos temas abordados, fazer o acompanhamento e gestão das respostas, apresentar e registrar a resposta ao interlocutor demandante, registrar o resultado de uma pesquisa de satisfação das respostas e elaborar relatório de acompanhamento e resultados.

O Mecanismo de Queixas e Reclamações suportado pela Ouvidoria da CGE e pelos procedimentos de ouvidoria específicos criados pela SEIL/DER devem atender aos fluxogramas apresentados na Figura 6.1.

Figura 8.2 Fluxo do Mecanismo de Queixas e Reclamações



De forma a complementar os serviços de atendimento por linha telefônica com chamada gratuita (0800), o correio eletrônico (*e-mail*) possibilita o contato remoto a todos aqueles que dispõem de acesso à Internet, e a vantagem de envio imediato da questão do solicitante. Deste modo, a SEIL/DER deve incluir na sua estrutura de atendimento a disponibilização de um endereço de correio eletrônico.

De modo a fortalecer a eficácia do atendimento dos mecanismos de queixas e reclamações, a SEIL/DER deve divulgar em todas as oportunidades de comunicação com as partes interessadas, os números de contato, endereços para correspondência e correio eletrônico, website, distribuição e localização das urnas e os procedimentos de acesso a esses dispositivos disponíveis.

O Mecanismo de Queixas e Reclamações deve permanecer em funcionamento desde a etapa de planejamento do projeto antecedente às obras de implantação, seguindo pelo período de obras e durante toda a operação das vias, sendo uma importante ferramenta para acompanhamento das partes interessadas, de atualização do Mapeamento de PIs e para o monitoramento e análise periódica, da eficácia da gestão dos assuntos de interesses destas partes.

Essas informações são fundamentais para a realização de análise periódica, com o intuito de identificar situações externas e mudanças de cenário que requerem adequações nas ações de relacionamento e apoiar a tomada de decisão para melhoria do processo.

## **6.4 AVALIAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES**

### **6.4.1 Introdução**

Esta Avaliação de Riscos de Desastres Naturais dos Projetos do **Programa BID I - Integração** estabelece medidas de prevenção, controle e resposta para prevenir ou minimizar os danos à integridade física de trabalhadores e contratados pela ocorrência de desastres naturais.

A elaboração dessa avaliação visa atender à Política de Gestão de Risco de Desastre (OP-704) do BID para reduzir a níveis aceitáveis a vulnerabilidade dos projetos a ameaças naturais tais como terremotos, maremotos, deslizamentos de terra, inundações, incêndios florestais, etc.

A avaliação descreve a organização e as ações de prevenção e controle de emergências que serão aplicadas nos Projetos para cada tipo de ameaça identificada, bem como os mecanismos de coordenação com as autoridades locais vinculadas a prevenção, mitigação e atendimento a desastres. O alcance espacial do Marco está circunscrito a área de influência dos Projetos, envolvendo a área de influência direta (AID) e as comunidades ao redor dos

Projetos.

#### 6.4.2 *Objetivo*

O objetivo geral desta avaliação é assegurar que a SEIL/DER e as empresas contratadas tenham capacidade de responder efetivamente frente a situações diversas provocadas por ameaças naturais nas áreas de influência direta (AID) dos Projetos do **Programa BID I - Integração** mediante processos de resposta imediata em coordenação com os núcleos municipais de Defesa Civil do Paraná e outras instâncias, de acordo com a magnitude da emergência.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Estabelecer um Grupo de Atendimento a Emergência e os mecanismos de coordenação entre a Defesa Civil e a SEIL/DER para aplicação das medidas de prevenção e contingência das ameaças identificadas;
- Descrever os procedimentos a serem seguidos antes, durante e após os eventos de ameaças naturais;
- Estabelecer as diretrizes do Programa de Treinamento em prevenção e atendimento a emergências dirigido aos trabalhadores dos Projetos; e
- Elaborar um mapa de evacuação e zonas seguras dentro da AID dos Projetos.

#### 6.4.3 *Definições*

Os desastres naturais podem ser **Geológicos** (terremotos, movimentos de massa, deslizamentos, erosão), **Hidrológicos** (inundações, enxurradas, alagamentos), **Meteorológicos** (ciclones, tornados, vendavais, granizo, temperaturas extremas), **Climatológicos** (seca, estiagem, incêndios florestais) e **Biológicos** (epidemias de doenças contagiosas, infestações e pragas).

A seguir são apresentadas definições dos principais termos e conceitos da Política OP-704 do BID (2007):

- **Desastre**, na conceituação dada ao termo na avaliação atual, significa uma perturbação grave do funcionamento da sociedade, de uma comunidade ou de um projeto que pode causar perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais, consideráveis ou gerais, as quais excedam a capacidade da sociedade, comunidade ou projeto afetados enfrentar esta situação de crise com recursos próprios.
- **Ameaças Naturais**, são os processos ou fenômenos naturais que ocorrem na biosfera e que podem constituir-se em evento prejudicial. Essas ameaças compreendem terremotos, ventos fortes, furacões, deslizamentos de terra, maremotos, erupções vulcânicas, inundações, incêndios florestais e secas

ou uma combinação desses fenômenos. A presente avaliação compreende as ameaças derivadas de variações climáticas como as relacionadas com o fenômeno El Niño.

- **Vulnerabilidade**, é uma condição determinada por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que deixam uma comunidade mais exposta aos efeitos das ameaças.
- **Gestão de Risco de Desastres**, é o processo sistemático que integra a identificação, a mitigação e risco, bem como a preparação para reduzir os efeitos de desastres futuros. Compreende a preparação antes do evento, a intervenção em caso de emergência, e as ações de reabilitação e reconstrução para diminuir as consequências dos desastres já ocorridos e evitar que volte a criar uma situação de vulnerabilidade.
- **Áreas de Segurança**, é toda área especialmente designada, livre da ação direta da emergência, na qual se concentram as pessoas para proteger sua integridade física.
- **Tentativa de Incêndio**, fogo iniciado, descoberto e apagado rapidamente e que não ocasiona dano ou os danos são muito leves.
- **Brigadista**, trabalhador de qualquer cargo que atua voluntariamente para dar apoio em situações de emergência, que ponham em perigo a integridade dos demais trabalhadores ou bens da empresa.
- **Emergência**, é uma série de circunstâncias irregulares que ocorrem súbita e inesperadamente, que possam causar lesões nas pessoas, danos a propriedade e/ou ao meio ambiente, e que demandam ação imediata.
- **Evacuação**, é a ação de abandonar uma instalação, serviço ou lugar, em que foi declarado uma emergência.
- **Simulado**, imitação de um desastre natural para conhecer as medidas que devem ser tomadas no caso de uma ocorrência real.
- **Alerta**, denomina-se alerta ao período anterior a ocorrência de um desastre, declarado com o objetivo de tomar precauções gerais, para evitar a ocorrência de possíveis calamidades e/ou emergências, tais como furacões ou erupções vulcânicas.

#### **6.4.5**

#### ***Desastres Naturais no Estado do Paraná***

Dados históricos mostram a distribuição de eventos climáticos críticos no Brasil e particularmente no Estado do Paraná onde os principais desastres naturais estão relacionados com: estiagem e seca, inundações bruscas e graduais, granizo, e vendaval e/ou ciclone.

No período 1980 a 2014, foram registrados no Paraná: 1769 tempestades associadas com vendaval; 691 inundações; 685 tempestades associadas com granizo; e 629 enxurradas. No ano de 2014 foram registradas inundações extensas que atingiram 157 municípios.

### **A Defesa Civil do Paraná**

A Defesa Civil do Estado do Paraná foi criada pelo Decreto Estadual n.º 3.002, de 29 de dezembro de 1972, que vigorou até 1992, quando atendendo ao disposto no Art. 51, inciso II da Constituição Estadual, o Governo do Estado passou a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil para o âmbito da Casa Militar (conforme Lei n.º 9.943, de 27 de abril de 1992, que deu nova redação ao Art. 17 da Lei n.º 8.485, de 03 de julho de 1987), tendo o Decreto Estadual n.º 1.308, de 04 de maio de 1992, aprovado o Regulamento do Sistema Estadual de Defesa Civil, por intermédio do Decreto Estadual n.º 1.343, datado de 29 de setembro de 1999.

Em 16 de abril de 1995, o coordenador estadual da Defesa Civil instituiu o Conselho de Órgãos Governamentais (COG) e em 16 de agosto do mesmo ano instituiu o Conselho de Órgãos não-Governamentais (CENG), com a participação de diversos segmentos da sociedade paranaense.

O Sistema Estadual de Defesa Civil é representado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (COMDEC), junto à Casa Militar do governo do Estado do Paraná, possuindo sob sua responsabilidade 399 (trezentos e noventa e nove) municípios. Todos eles, sem exceção, já possuem coordenadorias municipais estabelecidas legalmente.

Visando a apoiar na operacionalização destas COMDECs, utiliza-se das estruturas do Corpo de Bombeiros, fazendo dos oito grupamentos de Bombeiros distribuídos pelo Estado as coordenadorias regionais de Defesa Civil - COREDECS.

### **Atuação da Defesa Civil**

A atuação da Defesa Civil tem como principal objetivo a redução de riscos e de desastres, e após a lei 12.608/12, compreende cinco tipos de ações distintas e inter-relacionadas, que ocorrem de forma multissetorial e nos três níveis de Governo (Federal, Estadual e Municipal), exigindo uma ampla participação comunitária:

- **Prevenção** - quando são realizados a orientação, educação e esclarecimentos à sociedade quanto às formas de se *evitar* possíveis desastres. São exemplos: a educação ambiental, a conscientização sobre a preservação dos recursos naturais, obras estruturais, entre outros. Essa é a fase para qual deve ser dedicada maior atenção;
- **Mitigação** - é a diminuição ou a limitação dos impactos das ameaças e

desastres. Como nem sempre é possível evitar os riscos de desastres e suas consequências, as tarefas preventivas acabam por se transformar em ações mitigatórias (de diminuição de desastres), por essa razão, muitas vezes os termos mitigação e prevenção são usados indistintamente;

- **Preparação** - quando são realizadas as ações de planejamento, prevendo a metodologia de intervenção, capacitação das equipes e disponibilização da infraestrutura necessária para emprego se houver desastre, visando a **minimizar** os danos consequentes do evento. Também é nesse momento que se devem providenciar os meios de monitoramento dos agentes agressores, facilitando o acionamento ágil das equipes. Essa fase é uma das mais importantes, pois, praticamente, define a qualidade da fase posterior (Resposta);
- **Resposta** - fase em que, em razão de um desastre, é colocado em prática todo o planejamento (realizado na etapa anterior) para fazer frente aos efeitos negativos de um evento adverso numa área de risco (vulnerável). É quando devem ser acionadas as ações mitigadoras, ou seja, de socorro imediato e de assistência inicial às vítimas (pessoas, meio ambiente e patrimônio), visando à extinção da ação danosa do evento adverso sobre o ecossistema;
- **Recuperação** - essa etapa é caracterizada por ser aquela em que são executados procedimentos para o restabelecimento da normalidade no local atingido por desastre. É quando o poder público e a sociedade, unidos, realizam obras estruturais reparadoras, reorganizam a rotina e reconstróem o que foi perdido, buscando o retorno da normalidade o mais rápido e da maneira menos traumática possível; e
- **Danos** são os resultados de eventos adversos sobre um cenário (ecossistema) vulnerável. Podem ser antropogênicos (humanos), ambientais (flora e fauna) e materiais (patrimoniais).

#### 6.4.6

#### *Avaliação do Risco de Desastres Naturais*

Foram analisados os seguintes desastres naturais que pudessem causar perdas de componentes do projeto: inundações; incêndio florestal; vários tipos de erosão; enxurradas; deslizamentos; corridas de massa; e alagamentos. Esses tipos de desastres naturais podem afetar a infraestrutura e o serviço das rodovias, como a erosão que danifica a estrutura do pavimento, o acúmulo de lama nos atoleiros, a ruptura da galeria de tubos de concreto, o rompimento da camada superior do pavimento, entre outros, tornando impossível o tráfego devido às condições da estrada. Em casos extremos, a região pode terminar isolada para o acesso de veículos terrestres de qualquer tipo (inclusive os de emergência) até que a limpeza da rodovia e obra de recuperação sejam executadas.

De acordo aos dados da Defesa Civil, entre os anos 1980 e 2017 nos municípios

de Coronel Domingo Soares e Palmas, ocorreram 14 desastres naturais, dos quais cinco foram alagamentos ou inundações; mais de 12.000 pessoas foram afetadas. Mais detalhes são apresentados nos Quadros 6.3 e 6.4 a seguir.

**Quadro 6.3** *Relatório de Ocorrências no Município de Coronel Domingo Soares*

<b>Data do Desastre</b>	<b>Tipo</b>	<b>Pessoas Afetadas</b>
25/06/2013 08:00	Enxurradas	4
13/03/2013 06:00	Enxurradas	30
15/09/2005 13:00	Enxurradas	5.080
24/06/2005 00:00	Enxurradas	5.080
<b>4 ocorrências</b>	<b>Totais do município:</b>	<b>10.194</b>
Fonte: Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil		

**Quadro 6.4** *Relatório de Ocorrências no Município de Palmas*

<b>Data do Desastre</b>	<b>Tipo</b>	<b>Pessoas Afetadas</b>
13/04/2016 16:00	Alagamentos	100
20/07/2015 15:03	Enxurradas	300
28/12/2013 17:00	Enxurradas	86
08/09/2011 09:00	Alagamentos	60
26/04/2010 10:30	Deslizamentos	9
21/04/2010 09:00	Enxurradas	500
26/04/2007 03:30	Enxurradas	200
29/05/1992 00:00	Inundações	0
01/07/1983 00:00	Inundações	0
15/12/1980 00:00	Inundações	0
<b>10 ocorrências</b>	<b>Totais do município:</b>	<b>1.255</b>
Fonte: Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil		

A média dos municípios Coronel Domingo Soares e Palmas no período de 2010-2014 (cinco anos) foi de seis ocorrências, afetando uma média de 689 pessoas.

Dado a frequência, intensidade e gravidade dos eventos decorridos nos municípios de Coronel Domingo Soares e Palmas, a vulnerabilidade e perdas prováveis de componentes do projeto é MÉDIA-ALTA.

#### **6.4.6** *Estrutura de Atendimento a Emergências do Projeto*

Para os Projetos do **Programa BID I - Integração** que envolvam obras de curta extensão territorial e baixo impacto e classificadas pelo BID na Categoria B está prevista uma estrutura otimizada para atendimento a emergências.

A estrutura de atendimento do Projeto visa orientar e coordenar as ações básicas a serem adotadas por entidades ou pessoas envolvidas direta ou indiretamente em situações de emergência.

Essa estrutura será composta de um Grupo de Ação de Emergência constituído de um gerente, um coordenador geral e brigadistas responsáveis

por atendimento médico (primeiros socorros), combate a incêndio (incêndios florestais) e evacuação (intempéries, inundações).

As funções e responsabilidades dos membros do Grupo de Ação de Emergência são apresentadas no Quadro 6.5, a seguir:

Quadro 6.5 Funções e Responsabilidades - Grupo de Ação de Emergência (GAE)

Função	Responsabilidade
Gerente do GAE - SEIL/DER	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter contato direto com o Coordenador Geral;</li> <li>• Apoiar o processo de comunicação entre SEIL/DER, contratadas, comunidades, defesa civil e demais instituições envolvidas;</li> <li>• Assegurar que os recursos humanos e materiais para execução de todas as atividades previstas no Plano estejam disponíveis; e</li> <li>• No caso da ocorrência de inundações ou incêndios florestais na AID acionar a defesa civil.</li> </ul>
Coordenador Geral - Contratada	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicar a ocorrência da emergência à SEIL/DER e se for o caso com as demais instituições envolvidas (Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras Municipais, Centros de Saúde, etc.);</li> <li>• Liderar em campo a direção geral das ações a serem executadas pelas brigadas de emergência seguindo as diretrizes do Plano;</li> <li>• Disponibilizar rapidamente transporte para os brigadistas;</li> <li>• Desenvolver, revisar e comunicar anualmente o Plano, bem como o apoio, capacitação e realização de atividades destinadas a sua implementação;</li> <li>• Designar os membros das Brigadas e promover a capacitação desses nas tarefas específicas em caso de emergência, bem como programar a realização de simulações;</li> <li>• Determinar os equipamentos necessários para atendimento a emergências gerenciando sua aquisição;</li> <li>• Coletar e processar informação sobre os danos causados por eventual desastre quanto a magnitude, vítimas, comportamento das pessoas e efetividade da resposta e atividades de encerramento;</li> <li>• Será encarregado de administrar e executar o Plano uma vez declarada a emergência;</li> <li>• Preparar relatórios anuais sobre a execução do Plano e recomendações de melhoria; e</li> <li>• Preparar relatórios depois de cada evento.</li> </ul>
Brigadistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicar os conhecimentos adquiridos durante a capacitação recebida para enfrentar as emergências;</li> <li>• Realizar inspeções periódicas a fim de determinar os riscos e medidas de prevenção a adotar;</li> <li>• Verificar que o equipamento necessário para atendimento a emergências esteja em bom estado, e solicitar reposição em caso contrário;</li> <li>• Realizar os simulados planejados;</li> <li>• Avaliar os danos causados frente um eventual desastre e reportar os mesmos ao Coordenador Geral;</li> <li>• Determinar o melhor momento para evacuação de pessoas depois de avaliar os danos causados;</li> <li>• Garantir que todas as pessoas estão nos pontos de reunião através de uma lista de verificação antes da evacuação;</li> <li>• Levar pessoas acidentadas a lugares seguros e prestar os primeiros socorros e se for o caso conduzir os acidentados para atendimento em centro de saúde mais próximo; e</li> <li>• Informar e solicitar apoio externo ao Coordenador Geral incluindo Defesa Civil.</li> </ul>

#### 6.4.7 *Prevenção de Desastres Naturais*

O sistema de prevenção de desastres naturais a ser implantado para os Projetos do **Programa BID I - Integração** contempla:

- Comunicação SEIL/DER e Coordenador Geral de Emergência; e
- Comunicação Coordenador Geral de Emergência e Defesa Civil.

##### **Comunicação SEIL/DER e Coordenador Geral de Emergência**

O Gerente do Grupo de Ação de Emergência (GAE) cuja base operacional será a sede da SEIL/DER deverá estar conectado ao sistema estadual de Defesa Civil para acesso imediato a dados e informações meteorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET.

No caso de aproximação de sistemas meteorológicos que possam afetar a AID de qualquer um dos Projetos o Gerente do GAE deverá se comunicar imediatamente com o Coordenador Geral de Emergência para dar início ao atendimento às emergências.

A partir desse momento, o Coordenador Geral passará a receber diretamente atualizações do INMET para rastreamento do avanço dos fenômenos meteorológicos e definir com a Brigada as ações de emergência.

##### **Comunicação Coordenador Geral de Emergência e Defesa Civil**

Dependendo da intensidade do evento climático o Coordenador Geral entrará em contato direto com o núcleo de Defesa Civil mais próximo do Projeto e com representantes das comunidades presentes na AID para, se for o caso, auxiliar na evacuação de áreas sujeitas a alagamento em consonância com as diretrizes da Defesa Civil.

#### 6.4.8 *Programa de Treinamento*

Deve ser elaborado um programa de treinamento para preparar os trabalhadores e contratados para identificar situações potenciais de emergências e estabelecer respostas rápidas e eficazes que garantam a segurança e saúde dos trabalhadores, contratados e comunidades localizadas na área de influência direta do projeto, proteção ao meio ambiente e instalações do projeto.

Além disso, o programa de treinamento deverá incluir:

- Realizar treinamento em atendimento a emergência a todos os trabalhadores novos diretos e indiretos que ingressarem no projeto;

- Capacitar os trabalhadores nos procedimentos de resposta a emergência;
- Fazer uma orientação aos visitantes do projeto com relação aos passos a seguir caso ocorra uma emergência;
- Realizar simulados para atendimento as ameaças específicas identificadas na área de influência do projeto. Os resultados dos simulados deverão ser documentados e fazer parte dos treinamentos; e
- Estabelecer um cronograma para realização dos treinamentos ao longo do ano.

7

## **CONCLUSÃO**

O Estudo Ambiental Complementar do Projeto **PR-401 - Projeto de Pavimentação em Coronel Domingos Soares e Palmas** apresentou uma análise crítica dos riscos ambientais e sociais relacionados no estudo ambiental apresentado para fins de licenciamento e identificou algumas oportunidades de melhoria.

Na avaliação de impactos no Meio Físico foram identificadas lacunas com relação à avaliação de ruídos, análise da qualidade das águas e da qualidade do ar.

Na avaliação de impactos no Meio Biótico identificou-se a necessidade de um levantamento detalhado dos remanescentes florestais para possibilitar a identificação ou não da presença de habitats críticos na AID.

Na avaliação de impactos incidentes no Meio Socioeconômico, existem oportunidades relacionadas às expectativas na população quanto às obras, também quanto à especulação imobiliária, em relação aos impactos no cotidiano da população e na otimização do escoamento de produção e do deslocamento de pessoas.

Complementarmente, foram realizadas consultas públicas para auxiliar na construção da linha de base social que deverá ser atualizada através de um acompanhamento periódico dos seus componentes.

Os Programas Ambientais previstos no Estudo Ambiental abrangem uma série de medidas mitigadoras para atender as diversas fases das obras e necessitam de um detalhamento executivo dessas medidas para implantação.

Além dos Programas Ambientais, foram propostos outros instrumentos de gestão de impactos e riscos, direcionados a questões de gênero, reassentamento, e desastres naturais. Esses instrumentos estão sistematizados no formato de Planos de Ação, foram elaborados de acordo com as políticas operacionais do BID e devem ser, portanto, adotados para garantir o

atendimento a todos os requisitos do BID no que se refere à gestão de impactos, e o pleno desenvolvimento do Projeto.

*PRELIMINAR*

Anexo A

## Relatório das Consultas



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



# PROGRAMA ESTRATÉGICO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA ( BR-L1434 )

BID I - INTEGRAÇÃO



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



## PROGRAMA BID I - Integração

### Datas Relevantes

08/11/2016 – Aprovação COFIEX (Governo Federal)

07/03/2017 – Aprovação Perfil Programa (Diretório BID)

08 a 10/02/2017 – Missão de Identificação

03 a 07/03/2017 – Missão de Orientação

15 a 19/05/2017 – Missão de Análise

#### Estimativas:

Final de Agosto/2017 – Aprovação Minuta Diretório BID

Final de Setembro/2017 – Assinatura Contrato Empréstimo



### CATEGORIAS DE INVERSÃO

#### 1. ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO

##### 1.1. ESTUDOS E PROJETOS

- 1.1.1 Projetos de Engenharia Rodoviária
- 1.1.2 Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental de Rodovias

##### 1.2. ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

- 1.2.1 Apoio Técnico à Preparação e ao Gerenciamento do Programa
- 1.2.2 Auditorias, Avaliação e Monitoramento do Programa

### Carteira de Projetos



### CATEGORIAS DE INVERSÃO

#### 2. CUSTOS DIRETOS

##### 2.1 AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE RODO E FERROVIÁRIA

- 2.1.1 Reabilitação e Ampliação Capacidade de Rodovias
- 2.1.2 Tratamento de Pontos Críticos em Rodovias
- 2.1.3 Tratamento de Pontos Críticos na Linha Ferrea - FERROESTE

##### 2.2. PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

- 2.2.1 Pavimentação de Rodovias

##### 2.3. CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

- 2.3.1 Construção de Contornos de Cidades

##### 2.4 OBRAS DE REPO TENCIALIZAÇÃO DE TERMINAIS DE CARGAS

- 2.4.1 Acessos Internos
- 2.4.2 Construção Silo

##### 2.5. SUPERVISÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS

### Obras Rodoviárias (89%)



### CATEGORIAS DE INVERSÃO

#### 3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

##### 3.1. SISTEMAS DE PLANEJAMENTO MULTIMODAL

- 3.1.1 Plano Diretor Rodoviário
- 3.1.2 Planos Diretores Aeroportuários
- 3.1.3 Estudos de Viabilidade - Modal Aquaviário
- 3.1.4 Estudo de Viabilidade dos Centros Logísticos Potenciais
- 3.1.5 Plano Estratégico de Logística e Transportes

##### 3.2. APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO DER

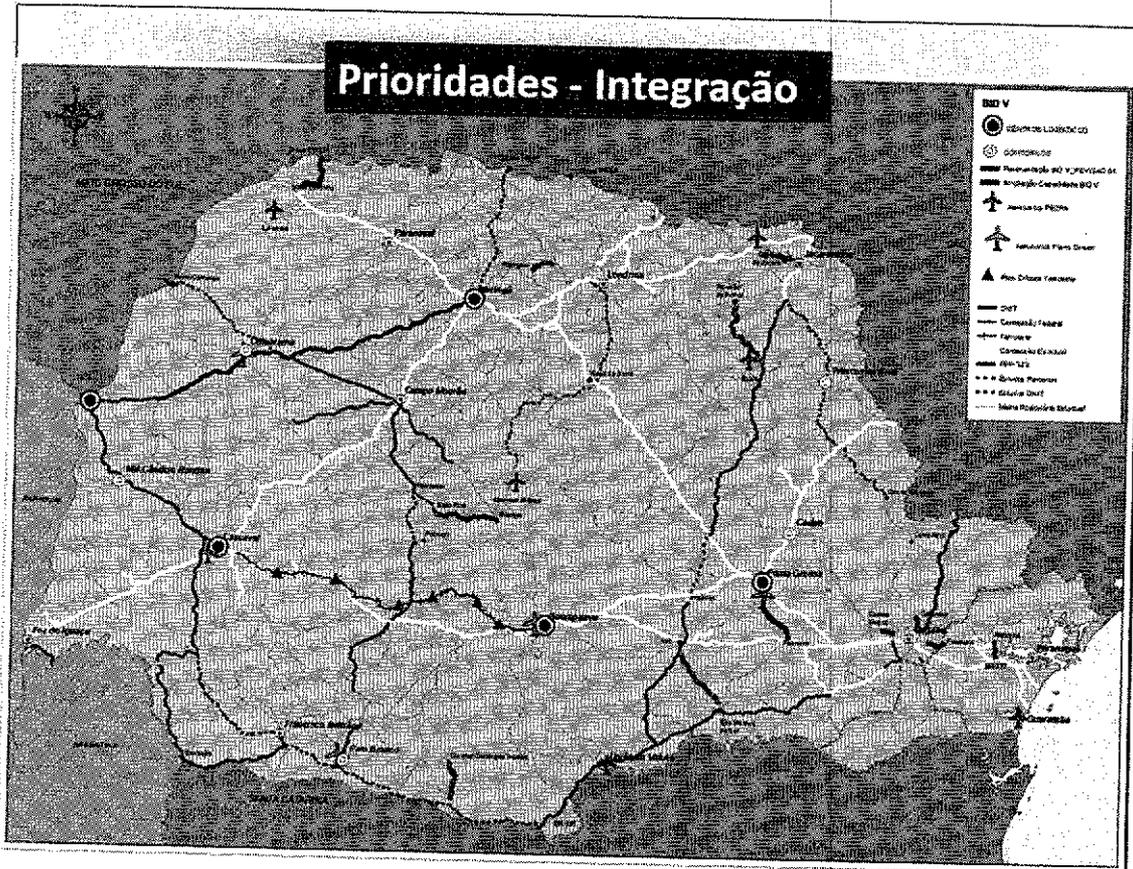
- 3.2.1 Sistemas Informatizados p/ Gestão Sócio-Amb, Projetos Eng. e Prog. Especias
- 3.2.2 Reestruturação e Padronização de Documentos de Licitações
- 3.3.1 Reestruturação das Diretrizes Sócio-Ambientais

### Sistemas de Planejamento



BID I - Integração	BID		ESTADO		TOTAL	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%
TOTAL DO PROGRAMA	235.000.000	54,0	200.000.000	46,0	435.000.000	100,0

### VALORES GLOBAIS DO PROGRAMA



**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**



## Obras Rodoviárias

### AMOSTRA REPRESENTATIVA

RODOVIA	OBRAS CONSTRUÇÃO	EXT. (km)
CONTORNO	Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	6,00
CONTORNO	Pavimentação: Contorno de Castro (Lote 2)	2,65
CONTORNO	Construção: Contorno Pato Branco	19,28
PR-912	Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	28,00
PR-364	Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	47,71
PR-417	Amp. Cap.: Curitiba - Colombo (Lote 1)	4,24
		<b>107,88</b>



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



**Preparação do Programa -> SEIL/DER**

**Execução do Programa -> DER**

**Valor Global -> U\$ 435 Milhões**

**Valor Empréstimo -> U\$ 235 Milhões**

**Prazo de Execução -> 5 anos**



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



**Canais de Comunicação Permanentes**

**Ouvidoria**

**[www.der.pr.gov.br](http://www.der.pr.gov.br)**

**Fale Conosco**

**Escritório Regional Vale do Chopim**

**Av. Sete de Setembro, 363 – Pato Branco**

**Fone: (46) 3220-7200**



## MEMÓRIA DE REUNIÃO

**Nome da Reunião:** CONSULTA PÚBLICA – Pavimentação ENTR. PR – 449 – Coronel Domingos Soares

### 1. Dados da Reunião

Data	Hora inicial	Hora final	Local
26/04/2017	16h15	18:03	Câmara de Vereadores – Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Cel. Domingos Soares.

### 2. Participantes

Vide lista de presença anexa.

### 3. Pauta

Item	Descrição
1	CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - Este evento realizado no âmbito do Programa BID I – Integração que trata da realização de Consulta Pública Presencial para a discussão e publicidade do empreendimento rodoviário “Pavimentação do Entr. PR – 449 – Coronel Domingos Soares”, obra integrante do referido Programa de financiamento externo.

### 4. Relato da reunião

Cerimonial

**Josil Voidela Baptista:** Coordenadora de Planejamento da SEIL apresentou os objetivos da Reunião, destacando que o evento atendia a uma política do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Expôs que o principal objetivo era o de abrir um canal de comunicação com a população para dirimir dúvidas e esclarecer acerca da possível execução da obra de pavimentação Entr. PR – 449 – Coronel Domingos Soares. Esclareceu sobre a programação da Reunião, alertando que havia a disponibilidade de participação por meio de inscrição junto às atendentes, utilizando-se de fichas para manifestação escrita ou verbal. Alertou sobre a importância de assinatura das listas de presença e esclareceu que a Consulta teria a duração de uma hora e trinta minutos (1h30). Enfatizou que todas as contribuições seriam respondidas pelo contato indicado na ficha de perguntas, a despeito da disponibilidade de tempo.

Apresentou o link da SEIL e do DER no qual seria possível a comunicação com a comunidade pós Consulta Presencial, alertando que o material de consulta (Síntese do Projeto e Estudo Ambiental) estará disponível por trinta dias para consulta pública e apresentou também o link da OUVIDORIA do DER, argumentando que o mesmo se constitui em canal permanente de comunicação com a população.

**Glauco Tavares Luiz Lobo:** Coordenador Técnico do DER apresentou as diretrizes do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística - BID I – Integração. Destacou um cronograma apresentando as datas mais relevantes para a efetivação do Programa, ressaltando que há uma estimativa de Assinatura do Contrato de Financiamento para o mês de Setembro de 2017. Apresentou os quadros com as componentes de categorias de inversão na qual destaca a concentração do Programa (89%) em Obras Rodoviárias mas argumenta que há importantes componentes de fortalecimento institucional e de estudos e ações multimodais a serem executadas no Programa. Revelou os valores globais do Programa, o qual totaliza US\$ 435 milhões, sendo US\$ 235 milhões oriundos de financiamento e US\$ 200 de recursos de contrapartidas do Estado. Destaca, por meio de mapa, as obras a serem executadas pelo Programa, destacando a sua abrangência. Destaca que a pavimentação Entr. PR – 449 – Coronel Domingos Soares integra um rol de outras seis obras selecionadas como amostra representativa do Programa e finalmente enfatiza que o prazo de execução do programa é de no máximo cinco anos, podendo ser executado em



### MEMÓRIA DE REUNIÃO

**Nome da Reunião:** CONSULTA PÚBLICA – Pavimentação ENTR. PR – 449 – Coronel Domingos Soares

menor tempo.

**Paulo Roberto Melani:** Gerente de Operações da Sup. Regional Oeste do DER e Engenheiro Fiscal do Projeto “pavimentação do Entr. PR – 449 – Coronel Domingos Soares” apresentou os aspectos técnicos mais relevantes do empreendimento. Destacou a sua localização, objetivos e principais características técnicas do empreendimento. Demonstrou por meio de imagens as intervenções a serem executadas e ressaltou os principais benefícios do empreendimento: redução considerável do tempo de viagem, melhoria do acesso aos serviços de saúde e educação, redução da poeira e adores no perímetro urbano dentre outros. Alertou, ainda, a população quanto às possíveis interferências durante a execução da obra: vibração dos equipamentos, poeira e ruídos, desvio de tráfego.

**DEBATES:** Foram inscritas quatro (04) perguntas escritas e quatro (04) inscritos para uso da palavra. De acordo com o critério de inscrição e, intercalando-se as duas modalidades, foram estas as intervenções:

- 1) Sra. Maria Antonieta Prefeita de Coronel Domingos Soares – fez uso da palavra salientou a importância do asfalto a população de Coronel Domingos Soares como grande fator indutor de desenvolvimento do município.
- 2) Sr. Celso Souza – Presidente da Câmara de Coronel Domingos Soares pergunta: “A obra vai começar de Cel. Domingos Soares para Palmas ou de Palmas par Coronel”  
Resposta: O DER informou que o local de onde inicia a obra é definido pela empresa contratada em acordo com um Plano de Trabalho aprovado pelo DER.
- 3) Dr. Kosmos Nicolau, Prefeito de Palmas, fez uso da palavra dizendo que a asfalto trará maior união entre as cidades de Palmas e Coronel Domingos Soares.
- 4) Sr. Leocil Galvan, Vereador de Cel. Domingos Soares pergunta: “Quando vão começar os asfaltos? Qual a data concreta?”  
Resposta: Foi informada a previsão de setembro de 2017.
- 5) Sr Anderson, Vereador de Palmas, fez uso da palavra e citou a expectativa de início de uma obra que é muito aguardada pela população.
- 6) Sr. Joel Fagundes, Gerente na Ind. Estrela pergunta: “Na Comunidade do Chopim vai ser construída uma passarela para pedestres, ou vai ser utilizada a ponte antiga?”  
Resposta: O DER informou que a nova ponte a ser construída já tem previsão de passagem de pedestres.
- 7) Sr. Valdir Castanho, Professor do Colégio Santa Catarina em Cel. Domingos Soares, fez uso da palavra e citou a dificuldade dos professores que ingressam no estado por meio de concurso público e tem dificuldade de chegar até Coronel Domingos Soares devido à dificuldade de acesso e concluiu que os maiores penalizados são os próprios alunos.
- 8) Sra Miriam Lucia Lazzaretti, Produtora rural, pergunta: “Existe alguma possibilidade desta obra não acontecer, ou já podemos dar como certa?”  
Resposta: O DER deixou claro que a Consulta Pública é uma forma de construir um processo participativo com a população afetada pela obra. E existe o risco de não acontecer, mas o estado tem atuado para viabilizar o empreendimento.



Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL  
Departamento de Estradas de Rodagem- DER  
Banco Interamericano de Desenvolvimento



### MEMÓRIA DE REUNIÃO

**Nome da Reunião:** CONSULTA PÚBLICA – Pavimentação ENTR. PR – 449 – Coronel Domingos Soares

Às **16:03**, perguntou-se se algum dos presentes tinha mais alguma manifestação.

Às **18:03**, a Senhora Josil Voidela Baptista agradeceu, em nome do Governo do Estado do Paraná, a presença e participação de todos, declarando encerrada a sessão de Consulta Pública Presencial em Coronel Domingos Soares.

#### 5. Responsável pela Ata

## Aprovação popular marca consultas públicas em Coronel Domingos Soares e Pato Branco

A aprovação da sociedade deu o tom de duas consultas públicas promovidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Coronel Domingos Soares, região Centro-Sul, e Pato Branco, Sudoeste.

As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos em todo Paraná.

Em Coronel Domingos Soares a consulta mostrou à população o projeto de pavimentação de 28 quilômetros da PR-912, ligando o município à vizinha Palmas. Coronel Domingos Soares é um dos quatro municípios paranaenses que não possui acesso asfaltado. A pavimentação foi um compromisso assumido pelo governador Beto Richa e pelo secretário estadual de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, com a população da cidade.

Na tarde de quarta-feira (26), cerca de 100 moradores lotaram a Câmara Municipal para acompanhar a consulta. Rafael Serpa, gerente de uma cooperativa de crédito no município, foi um dos que acompanhou o processo. “É uma obra fundamental que vai trazer empresas e empregos para nossa cidade. É o carro-chefe do nosso desenvolvimento”, afirmou.

O produtor rural Roque Ferronato é outro que comemora a obra. “Isso aí é o desenvolvimento. Facilita para puxar a soja. É uma melhoria para todas as fazendas porque o transporte vai sair mais barato”, disse.

**CONTORNO NOROESTE** - Em Pato Branco, cerca de 120 pessoas acompanharam a consulta na sede da Associação Comercial e Empresarial na manhã de quinta-feira (27) para debater as obras do Contorno Noroeste do município. Com 19,2 quilômetros de extensão, o novo contorno irá desviar o tráfego pesado oriundo da BR-158 do perímetro urbano da cidade, fazendo a ligação com a PR-158.

O presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Oradi Caldato, afirma que a obra traz muitos benefícios para o município. “Nós estamos de parabéns. Em um momento difícil que o país atravessa nós estamos recebendo essa obra que é tão importante. Esse contorno vai desafogar o trânsito, vai unir a cidade e transformar a rodovia atual em uma avenida urbana”.

O presidente da ACEPB, Luiz Antunes, é outro que destaca o impacto urbanístico da obra. “O contorno é fundamental já que estamos crescendo cada vez mais naquela direção [Noroeste]. A tendência é que com a construção do contorno, o atual trajeto se transforme em uma avenida urbana e amplie o centro da cidade”, disse.

### BOX

#### OBRAS PREVEEM NOVAS PONTES E MELHORIAS

As obras previstas para Coronel Domingos Soares e Palmas preveem a reforma de pontes e outras melhorias. De acordo com o engenheiro Paulo Melani, gerente de operações da Superintendência Oeste do DER, na PR-912 será construída uma nova ponte, de 120 metros, sobre o Rio Chopim. “Também faremos um acesso para a comunidade Ponte do Chopim, uma interseção com rotatória fechada na PR-449 e ciclovia, do início da estrada, no perímetro urbano de Coronel Domingos Soares, até a entrada da Cooperativa Coamo”, disse.

Em Pato Branco, também está prevista a construção de uma ponte sobre o Rio Ligeiro, com 50 metros de comprimento e 14 metros de largura. “Também estão previstas uma rotatória para o acesso a PR-493 e uma rotatória alongada para organizar o trânsito entre o Contorno e a estrada municipal Irineu Bertami, que é via de acesso ao aeroporto”, explicou o engenheiro e chefe do escritório do DER em Pato Branco, Marcos Vinícius Talamini.

Regional

## População aprova consulta pública para asfalto em Coronel Domingos Soares

Projeto de pavimentação prevê asfaltamento de 28 quilômetros na PR-912, até Palmas.

DA ASSESSORIA



Publicação: 02-05-2017, 14:34



Asfalto será conexão entre os municípios de Coronel Domingos Soares e Palmas.

PR-912, ligando o município à vizinha Palmas. Coronel Domingos Soares é um dos quatro municípios paranaenses que não possui acesso asfaltado. A pavimentação foi um compromisso assumido pelo Governo do Estado. Cerca de 100 moradores estiveram na Câmara Municipal, dia 26, para acompanhar a consulta. Rafael Serpa, gerente de uma cooperativa de crédito no município, foi um dos que acompanhou o processo. "É uma obra fundamental que vai trazer empresas e empregos para nossa cidade. É o carro-chefe do nosso desenvolvimento", afirmou. O produtor rural Roque Ferronato também comemora a obra. "Isso aí é o desenvolvimento. Facilita para puxar a soja. É uma melhoria para todas as fazendas porque o transporte vai sair mais barato", disse.

A aprovação da sociedade deu o tom da consulta pública promovida pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Coronel Domingos Soares. As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos em todo Paraná. Em Coronel Domingos Soares a consulta mostrou à população o projeto de pavimentação de 28 quilômetros da



**Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná**

Publicado por Henrick Loyola Porzycki [?] · 27 de abril às 13:02 ·

As obras de pavimentação do entroncamento da PR-449, em Coronel Domingos Soares, foi tema de debate da segunda audiência pública promovida pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Técnicos da SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER/PR) apresentaram para a população o projeto da obra que integra o programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado.



517 pessoas alcançadas

[Impulsionar publicação](#)

28/04/2017

## Aprovação popular marca consultas públicas em Coronel Domingos Soares e Pato Branco

A aprovação da sociedade deu o tom de duas consultas públicas promovidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Coronel Domingos Soares, região Centro-Sul, e Pato Branco, Sudoeste.

As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos em todo Paraná.

Em Coronel Domingos Soares a consulta mostrou à população o projeto de pavimentação de 28 quilômetros da PR-912, ligando o município à vizinha Palmas. Coronel Domingos Soares é um dos quatro municípios paranaenses que não possui acesso asfaltado. A pavimentação foi um compromisso assumido pelo governador Beto Richa e pelo secretário estadual de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, com a população da cidade.

Na tarde de quarta-feira (26), cerca de 100 moradores lotaram a Câmara Municipal para acompanhar a consulta. Rafael Serpa, gerente de uma cooperativa de crédito no município, foi um dos que acompanhou o processo. “É uma obra fundamental que vai trazer empresas e empregos para nossa cidade. É o carro-chefe do nosso desenvolvimento”, afirmou.

O produtor rural Roque Ferronato é outro que comemora a obra. “Isso aí é o desenvolvimento. Facilita para puxar a soja. É uma melhoria para todas as fazendas porque o transporte vai sair mais barato”, disse.

**CONTORNO NOROESTE** - Em Pato Branco, cerca de 120 pessoas acompanharam a consulta na sede da Associação Comercial e Empresarial na manhã de quinta-feira (27) para debater as obras do Contorno Noroeste do município. Com 19,2 quilômetros de extensão, o novo contorno irá desviar o tráfego pesado oriundo da BR-158 do perímetro urbano da cidade, fazendo a ligação com a PR-158.

O presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Oradi Caldato, afirma que a obra traz muitos benefícios para o município. “Nós estamos de parabéns. Em um momento difícil que o país atravessa nós estamos recebendo essa obra que é tão importante. Esse contorno vai desafogar o trânsito, vai unir a cidade e transformar a rodovia atual em uma avenida urbana”.

O presidente da ACEPB, Luiz Antunes, é outro que destaca o impacto urbanístico da obra. “O contorno é fundamental já que estamos crescendo cada vez mais naquela direção [Noroeste]. A tendência é que com a construção do contorno, o atual trajeto se transforme em uma avenida urbana e amplie o centro da cidade”, disse.

BOX

### OBRAS PREVEEM NOVAS PONTES E MELHORIAS

As obras previstas para Coronel Domingos Soares e Palmas preveem a reforma de pontes e outras melhorias. De acordo com o engenheiro Paulo Melani, gerente de operações da Superintendência Oeste do DER, na PR-912 será construída uma nova ponte, de 120 metros, sobre o Rio Chopim. “Também faremos um acesso para a comunidade Ponte do Chopim, uma interseção com rotatória fechada na PR-449 e ciclovia, do início da estrada, no perímetro urbano de Coronel Domingos Soares, até a entrada da Cooperativa Coamo”, disse.

Em Pato Branco, também está prevista a construção de uma ponte sobre o Rio Ligeiro, com 50 metros de comprimento e 14 metros de largura. “Também estão previstas uma rotatória para o acesso a PR-493 e uma rotatória alongada para organizar o trânsito entre o Contorno e a estrada municipal Irineu Bertami, que é via de acesso ao aeroporto”, explicou o engenheiro e chefe do escritório do DER em Pato Branco, Marcos Vinícius Talamini.

### **Aprovação popular marca consultas públicas em Coronel Domingos Soares e Pato Branco**

A aprovação da sociedade deu o tom de duas consultas públicas promovidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Coronel Domingos Soares, região Centro-Sul, e Pato Branco, Sudoeste. Foto: Jorge Woll/DER

A aprovação da sociedade deu o tom de duas consultas públicas promovidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Coronel Domingos Soares, região Centro-Sul, e Pato Branco, Sudoeste.

As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos em todo Paraná.

Em Coronel Domingos Soares a consulta mostrou à população o projeto de pavimentação de 28 quilômetros da PR-912, ligando o município à vizinha Palmas. Coronel Domingos Soares é um dos quatro municípios paranaenses que não possui acesso asfaltado. A pavimentação foi um compromisso assumido pelo governador Beto Richa e pelo secretário estadual de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho, com a população da cidade.

Na tarde de quarta-feira (26), cerca de 100 moradores lotaram a Câmara Municipal para acompanhar a consulta. Rafael Serpa, gerente de uma cooperativa de crédito no município, foi um dos que acompanhou o processo. “É uma obra fundamental que vai trazer empresas e empregos para nossa cidade. É o carro-chefe do nosso desenvolvimento”, afirmou.

O produtor rural Roque Ferronato é outro que comemora a obra. “Isso aí é o desenvolvimento. Facilita para puxar a soja. É uma melhoria para todas as fazendas porque o transporte vai sair mais barato”, disse.

**CONTORNO NOROESTE** - Em Pato Branco, cerca de 120 pessoas acompanharam a consulta na sede da Associação Comercial e Empresaria na manhã de quinta-feira (27) para debater as obras do Contorno Noroeste do município. Com 19,2 quilômetros de extensão, o novo contorno irá desviar o tráfego pesado oriundo da BR-158 do perímetro urbano da cidade, fazendo a ligação com a PR-158.

O presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, Oradi Caldato, afirma que a obra traz muitos benefícios para o município. “Nós estamos de parabéns. Em um momento difícil que o país atravessa nós estamos recebendo essa obra que é tão importante. Esse contorno vai desafogar o trânsito, vai unir a cidade e transformar a rodovia atual em uma avenida urbana”.

O presidente da ACEPB, Luiz Antunes, é outro que destaca o impacto urbanístico da obra. “O contorno é fundamental já que estamos crescendo cada vez mais naquela direção [Noroeste]. A tendência é que com a construção do contorno, o atual trajeto se transforme em uma avenida urbana e amplie o centro da cidade”, disse.

### **BOX**

#### **OBRAS PREVEEM NOVAS PONTES E MELHORIAS**

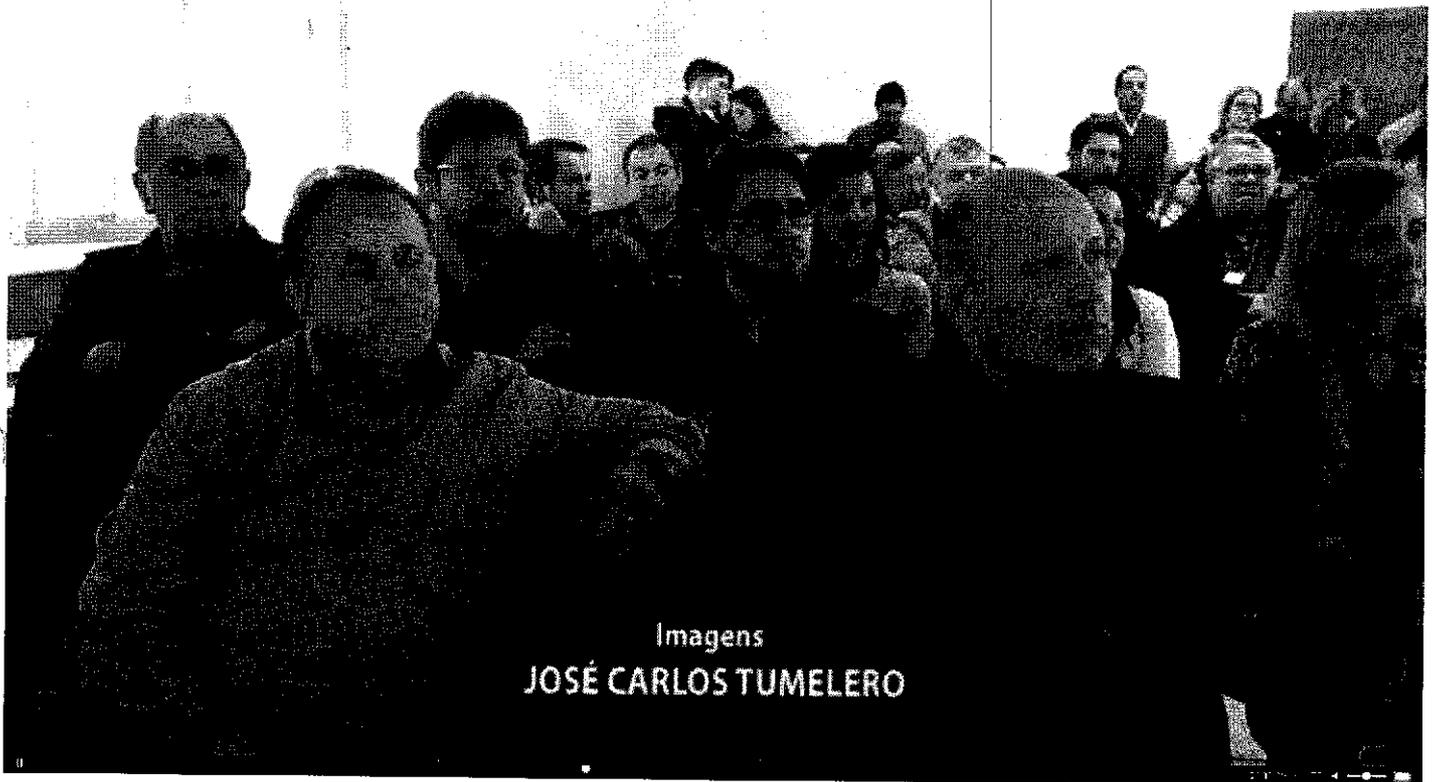
As obras previstas para Coronel Domingos Soares e Palmas preveem a reforma de pontes e outras melhorias. De acordo com o engenheiro Paulo Melani, gerente de operações da Superintendência Oeste do DER, na PR-912 será construída uma nova ponte, de 120 metros, sobre o Rio Chopim. “Também faremos um acesso para a comunidade Ponte do Chopim, uma interseção com rotatória fechada na PR-449 e ciclovia, do início da estrada, no perímetro urbano de Coronel Domingos Soares, até a entrada da Cooperativa Coamo”, disse.

Em Pato Branco, também está prevista a construção de uma ponte sobre o Rio Ligeiro, com 50 metros de comprimento e 14 metros de largura. “Também estão previstas uma rotatória para o acesso a PR-493 e uma rotatória alongada para organizar o trânsito entre o Contorno e a estrada municipal Irineu Bertami, que é via de acesso ao aeroporto”, explicou o engenheiro e chefe do escritório do DER em Pato Branco, Marcos Vinícius Talamini.

<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=93655&tit=Aprovacao-popular-marca-consultas-publicas-em-Coronel-Domingos-Soares-e-Pato-Branco>

## Contorno Norte terá investimentos de R\$ 120 milhões em Pato Branco

A audiência pública realizada pela prefeitura de Pato Branco foi utilizada para uma demonstração do projeto do traçado do trecho de 21 KM do contorno, que exigirá investimentos de R\$ 120 milhões.



Imagens  
JOSÉ CARLOS TUMELERO

CONFIRA MATERIA ACESSANDO O LINK:  
[goo.gl/xP1egj](http://goo.gl/xP1egj)

<http://www.portal1010.com.br/site/noticia/contorno-norte-tera-investimentos-de-r-120-milhoes-em-pato-branco>

## Pato-branquenses participam de consulta pública sobre o Contorno Norte

Por Franciane Fruch sexta-feira, 28 abr 2017 15:44 PM

Fonte: Assessoria Prefeitura PB



Foto: Assessoria Prefeitura PB

O investimento em Pato Branco, de acordo com a SEIL, será de aproximadamente R\$ 122 milhões para construção do contorno, que ligará a BR-158, junto à Patoagro, passando pela PR-493, na Comunidade São Brás, até a BR-148, próximo a ponte do Rio Caçadorzinho, em direção a Vitorino. Os recursos provêm de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartida do Governo do Estado do Paraná.

O chefe regional do Departamento de Estrada de Rodagem (DER), Marcus Vinícius Talamini, explicou que a construção do contorno objetiva solucionar os problemas ocasionados pelo tráfego na BR-158 dentro do perímetro urbano de Pato Branco, especialmente em horários de pico, dando mais segurança e rapidez no deslocamento entre bairros e aumentando a capacidade de escoamento da safra de produção, entre outros benefícios ligados à mobilidade.

“Queremos fazer uma obra de primeiro mundo, por isso desenvolvemos um projeto que traz o que há de melhor em segurança rodoviária, técnica e qualidade, tudo de acordo com os preceitos ambientais. Nossa meta é diminuir o tempo de viagem, evitar acidentes e, ainda, oportunizar o crescimento de toda a região”, explicou Talamini.

O prefeito de Pato Branco, Augustinho Zucchi, afirmou que a obra é muito esperada para Pato Branco, pois dará início a uma nova fase no desenvolvimento para a cidade. “O contorno representa planejamento, oportunizando que Pato Branco cresça de forma ordenada e organizada, expandindo sua estrutura com coerência. Outra vantagem é que iremos integrar a cidade, tirando o fluxo de caminhões pesados que divide nossos bairros. Também poderemos projetar novas áreas industriais e residenciais”, ressaltou Zucchi.

Após a explanação, a reunião foi aberta para que os presentes pudessem fazer seus questionamentos. A reunião em Pato Branco faz parte do cronograma que compreende uma série de consultas públicas que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estão promovendo em todo o Estado nas próximas semanas. As consultas têm objetivo de divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos no estado.

PB 3

## **Contorno Norte terá R\$ 120 milhões de investimento**

O Contorno Norte está dividido em duas partes. A primeira vai da BR 158, nas imediações do trevo da Patoagro até a PR-493 no Passo da Pedra, onde será construído um viaduto e abrange um trecho de 4 km e terá um custo de R\$ 20 milhões. A segunda parte vai do Passo da Pedra até a ponte do rio Caçadorzinho em Vitorino, um trecho de 15,3 km e terá um custo de R\$ 100 milhões. As maiores obras nesse contorno serão um viaduto, duas galerias pluviais e a ponte sobre o rio Ligeiro a um custo de R\$ 35 milhões. O contorno terá as características de uma rodovia com todas as qualidades técnicas e possibilidade futura de duplicação que poderá permitir o fluxo de 20 mil veículos por hora em sua capacidade final. Segundo o DER, é possível que em setembro seja assinado o empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e terá prazo de 5 anos para a conclusão das obras.

## Pato-branquenses participam de consulta pública sobre o Contorno Norte

Uma equipe da Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEIL) do Governo do Estado do Paraná esteve em Pato Branco na manhã desta quinta-feira, dia 27, realizando uma consulta pública sobre a construção do Contorno Norte. Cerca de 150 empresários, produtores rurais, autoridades e comunidade em geral participaram do encontro, que contou com a organização do Município de Pato Branco, em parceria com a Associação Empresarial de Pato Branco (ACEPB). O encontro teve o objetivo de apresentar a obra, ouvir opiniões, sugestões e, ainda, esclarecer dúvidas, buscando a transparência do processo.

O investimento em Pato Branco, de acordo com a SEIL, será de aproximadamente R\$ 122 milhões para construção do contorno, que ligará a BR-158, junto à Patoagro, passando pela PR-493, na Comunidade São Brás, até a BR-148, próximo a ponte do Rio Caçadorzinho, em direção a Vitorino. Os recursos provêm de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartida do Governo do Estado do Paraná.

O chefe regional do Departamento de Estrada de Rodagem (DER), Marcus Vinícius Talamini, explicou que a construção do contorno objetiva solucionar os problemas ocasionados pelo tráfego na BR-158 dentro do perímetro urbano de Pato Branco, especialmente em horários de pico, dando mais segurança e rapidez no deslocamento entre bairros e aumentando a capacidade de escoamento da safra de produção, entre outros benefícios ligados à mobilidade.

“Queremos fazer uma obra de primeiro mundo, por isso desenvolvemos um projeto que traz o que há de melhor em segurança rodoviária, técnica e qualidade, tudo de acordo com os preceitos ambientais. Nossa meta é diminuir o tempo de viagem, evitar acidentes e, ainda, oportunizar o crescimento de toda a região”, explicou Talamini.

O prefeito de Pato Branco, Augustinho Zucchi, afirmou que a obra é muito esperada para Pato Branco, pois dará início a uma nova fase no desenvolvimento para a cidade. “O contorno representa planejamento, oportunizando que Pato Branco cresça de forma ordenada e organizada, expandindo sua estrutura com coerência. Outra vantagem é que iremos integrar a cidade, tirando o fluxo de caminhões pesados que divide nossos bairros. Também poderemos projetar novas áreas industriais e residenciais”, ressaltou Zucchi.

Após a explanação, a reunião foi aberta para que os presentes pudessem fazer seus questionamentos. A reunião em Pato Branco faz parte do cronograma que compreende uma série de consultas públicas que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estão promovendo em todo o Estado nas próximas semanas. As consultas têm objetivo de divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos no estado.

## **Convênio com o BID prevendo financiamento para o Contorno Norte poderá ser assinado em setembro**

Segundo informações prestadas pelo coordenador técnico do DER, Glauco Tavares Lobo, por ocasião da consulta pública, realizada na sede da Associação Comercial, o convênio entre o Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para a liberação de empréstico de 3435 milhões de dólares para o Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transporte do Paraná, sendo 235 milhões de dólares para o contorno norte, poderá ser assinado em setembro e as obras poderiam ter início nos primeiros meses de 2018. O Estado tem prazo de 5 anos para a realização de várias obras viárias em decorrência do convênio com o BID. O Contorno Norte, com 19,3 km terá toda a infraestrutura de uma rodovia de qualidade técnica, com pista, acostamento, faixa de reserva que poderá futuramente receber duplicação. A estimativa do projeto é que o Contorno Norte receba diariamente 2.488 veículos por dia e previsão para 2.025 de 3.247 veículos por dia.

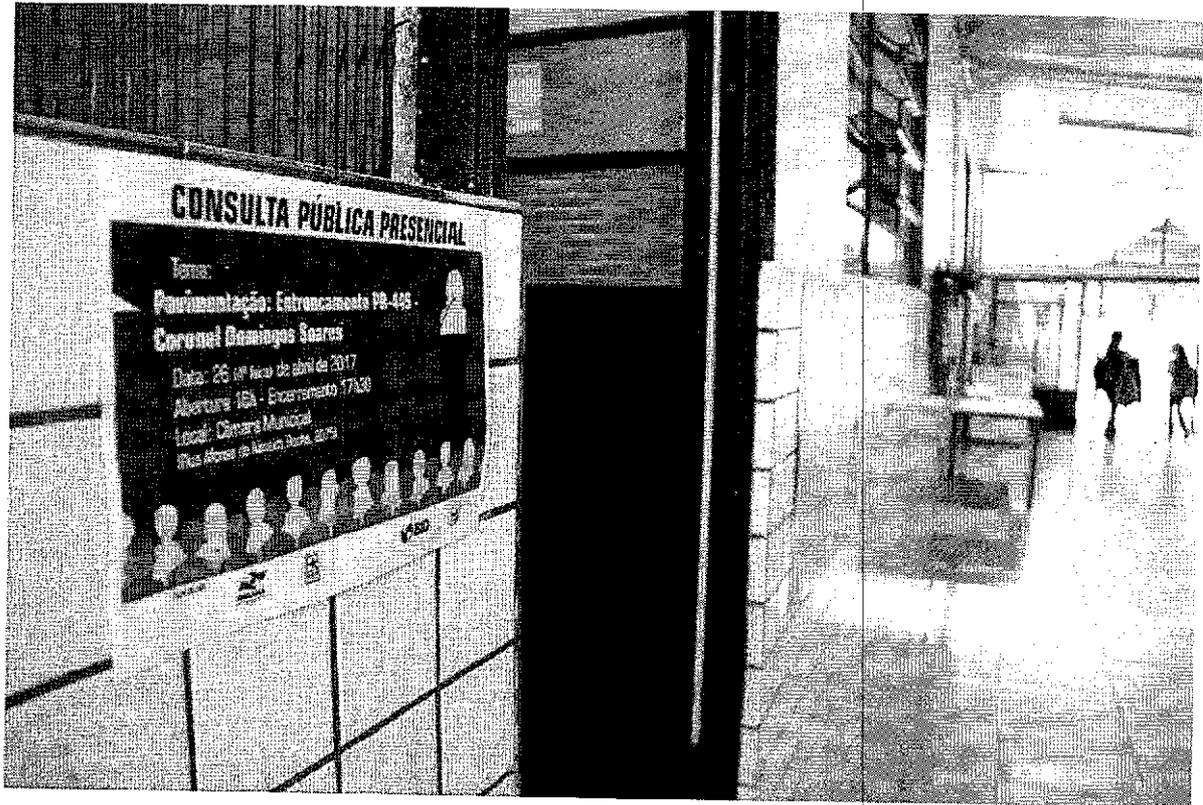
**CORONEL  
DOMINGOS SOARES**

**CARTAZES FIXADOS**

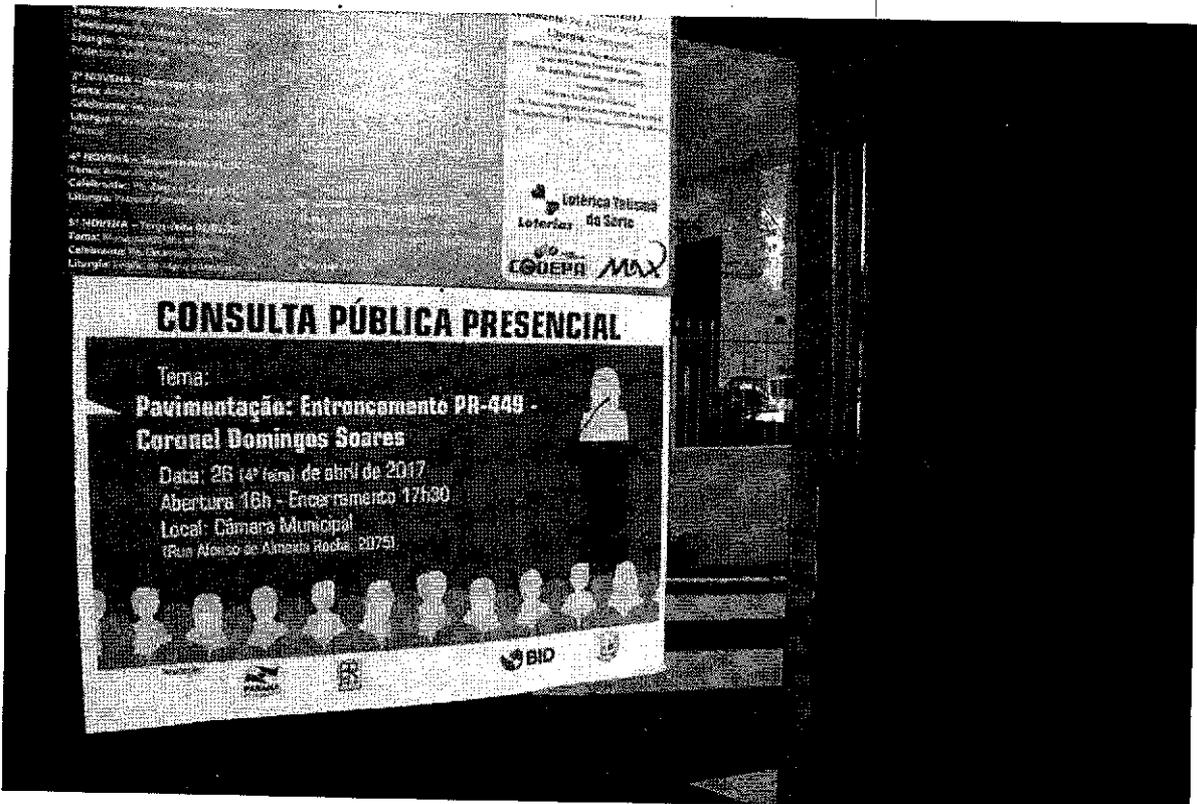
CEL. DOMINGOS SOARES - AGROPECUÁRIA CODEPA



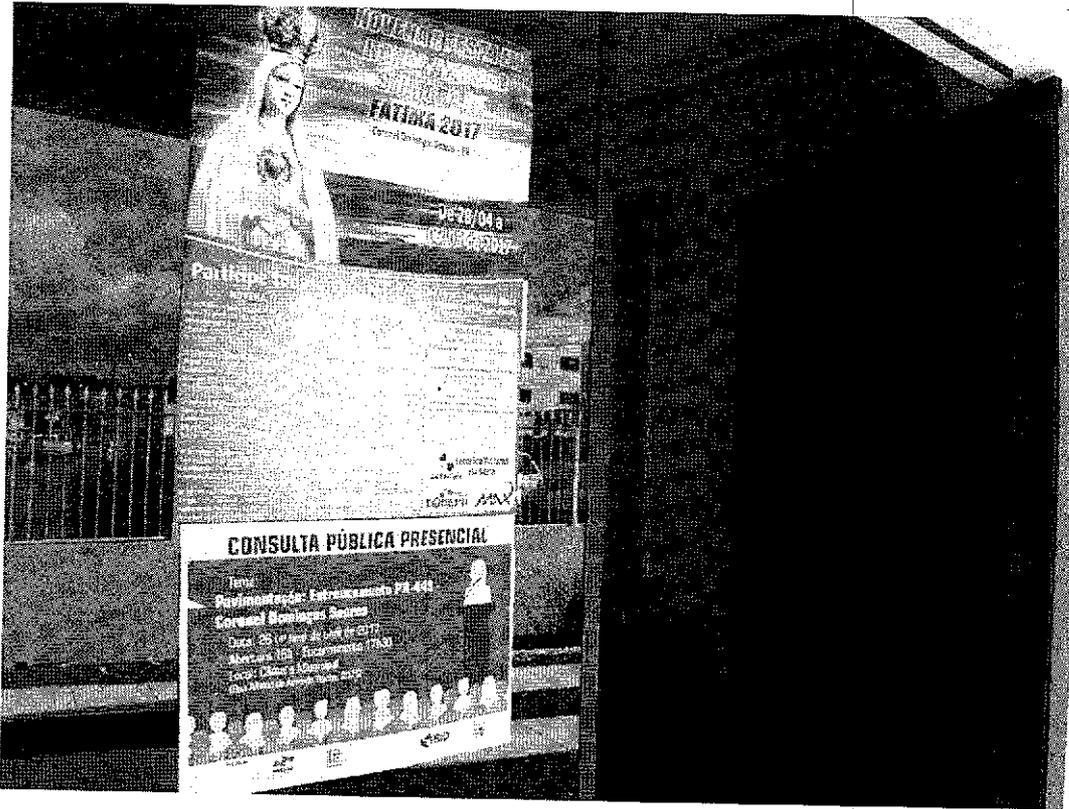
**CEL. DOMINGOS SOARES - ESCOLA**



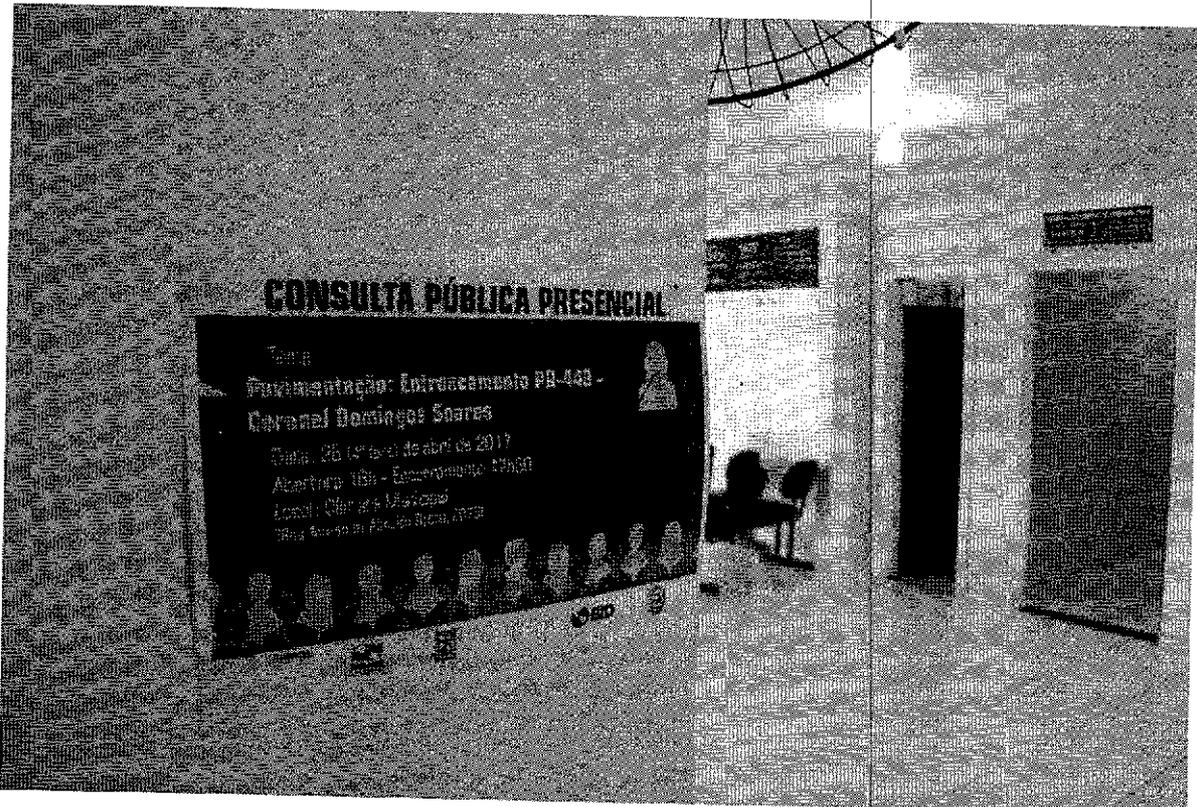
**CEL. DOMINGOS SOARES - IGREJA**



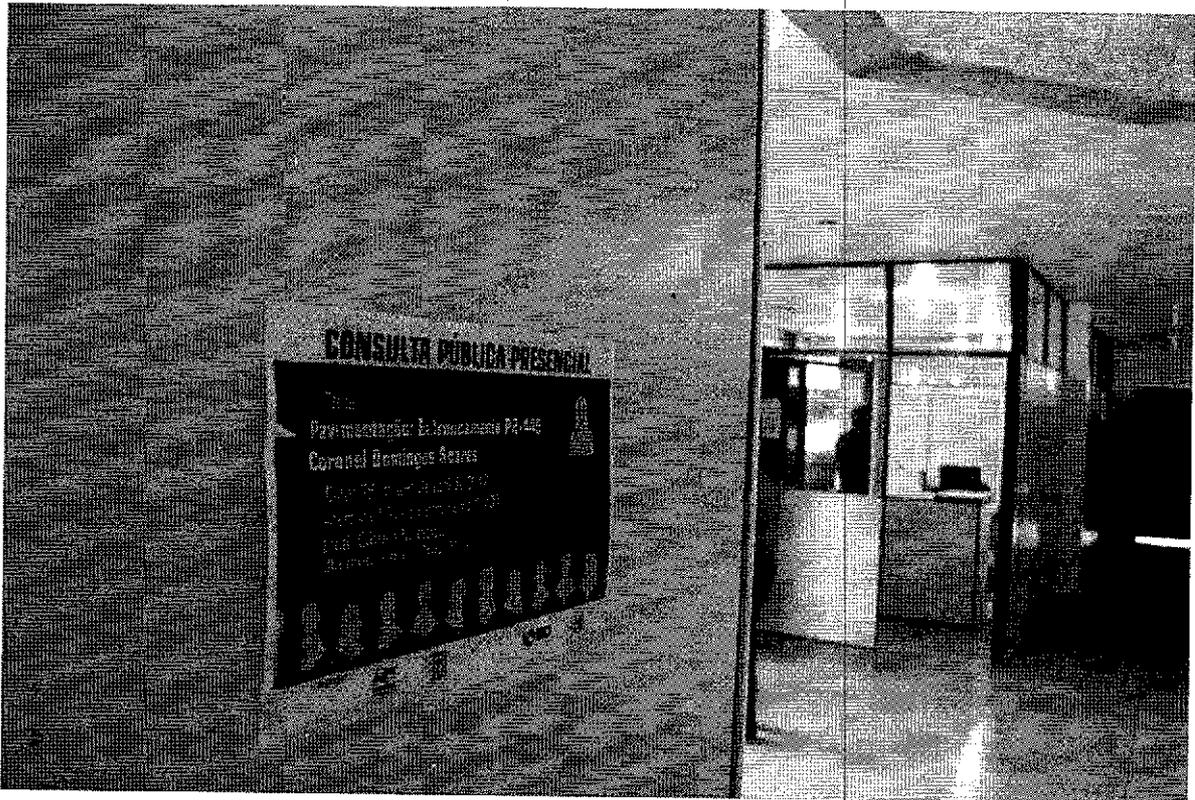
**CEL. DOMINGOS SOARES - IGREJA**



**CEL. DOMINGOS SOARES - POSTO DE SAÚDE**



**CEL. DOMINGOS SOARES - PREFEITURA**



**CORONEL  
DOMINGOS SOARES**

**DIVULGAÇÃO  
PRÉ-EVENTO**



**Prefeitura de Coronel Domingos Soares Gestão  
2017-2020**

26 de abril às 15:17 · 🌐

É daqui a pouco, às 16 horas. Participe! Sua presença é muito importante!

## CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema:

**Pavimentação: Entroncamento PR-449 -  
Coronel Domingos Soares**

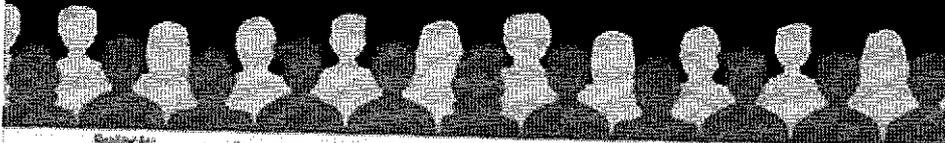


Data: 26 (4ª feira) de abril de 2017

Abertura 16h - Encerramento 17h30

Local: Câmara Municipal

(Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075)



Realização:



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar

# CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema:

**Pavimentação: Entroncamento PR-449 -  
Coronel Domingos Soares**



Data: 26 (4ª feira) de abril de 2017

Abertura 16h - Encerramento 17h30

Local: Câmara Municipal

(Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075)



Realização:



Prefeitura de Coronel Domingos Soares Gestão 2017-2020

Página curtida - 20 de abril

Curta Comente Compartilhe

7 Comentários mais relevantes

3 compartilhamentos 1 comentário

**Prefeitura de Coronel Domingos Soares Gestão 2017-2020** Maria Antonieta De Araújo Almeida Aline Frazatto Perilo Oilson Pires Mauro Correa de Almeida Aline Pires Guaira Favero de Mello Delsi Carlin Lucelia Baldissarelli Leni Badotti Terezinha Terezinha Glacornel Dulce Ribas Martins Antonio Costa Cleo Franca Alexandre da Silva Dirceu Nunes Jose Valdevino Fragozo Sebastiao Soares Gracieli da Silva Alisson Tortelli Lillian Bringhamti Tonin

Curta Responder 1 - 20 de abril às 18:06



Escreva um comentário...

## Consulta Pública discutirá pavimentação da PR-912

A Secretaria de Infraestrutura do Paraná (Seil), atendendo à exigências do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realiza nesta quarta-feira (26), a partir das 16h, na Câmara de Vereadores de Coronel Domingos Soares, a consulta pública sobre a PR-912 – Rodovia Dom Agostinho José Sartori, entre o município domingossoarense e Palmas, Sul do Paraná.

Conforme a Secretaria, o objetivo é apresentar e discutir com a comunidade, a sociedade civil organizada e demais representantes dos municípios, informações sobre a pavimentação da estrada, obra que será executada com recursos emprestados pelo BID.

O empreendimento abrangerá todos os 28 km da rodovia, com o asfaltamento dos 19 km entre a Ponte do Chopim e a sede do município domingossoarense e a construção de um novo pavimento no trecho entre a PR-449 e a localidade do Chopim.

O projeto da PR-912 foi realizado entre julho de 2013 e março de 2014, pela empresa Astec Engenharia. Na época, a obra foi orçada em R\$ 49,5 milhões. De acordo com a SEIL, com base em dados deste ano, a pavimentação da PR-912 deverá custar R\$ 73,5 milhões.

Conforme o secretário-chefe da Casa Civil do Estado, Valdir Rossoni, o contrato de empréstimo junto ao BID será assinado no dia 21 de junho. Após a assinatura do documento, há um prazo de 120 dias para que se proceda a licitação para contratação da obra, por tratar-se de um empreendimento de concorrência internacional.

### CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema:

**Pavimentação: Entroncamento PR-449 -  
Coronel Domingos Soares**



Data: 26 (4ª feira) de abril de 2017

Abertura 16h - Encerramento 17h30

Local: Câmara Municipal

(Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075)

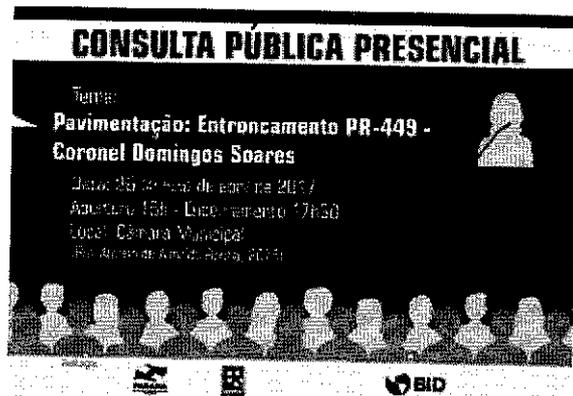


Realização:



# Consulta Pública discutirá pavimentação da PR-912

Por Guilherme Zimmermann segunda-feira, 24 abr 2017 09:39 AM



A Secretaria de Infraestrutura do Paraná (Seil), atendendo à exigências do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realiza nesta quarta-feira (26), a partir das 16h, na Câmara de Vereadores de Coronel Domingos Soares, a consulta pública sobre a PR-912 – Rodovia Dom Agostinho José Sartori, entre o município domingossoarense e Palmas, Sul do Paraná.

Conforme a Secretaria, o objetivo é apresentar e discutir com a comunidade, a sociedade civil organizada e demais representantes dos municípios, informações sobre a pavimentação da estrada, obra que será executada com recursos emprestados pelo BID.

O empreendimento abrangerá todos os 28 km da rodovia, com o asfaltamento dos 19 km entre a Ponte do Chopim e a sede do município domingossoarense e a construção de um novo pavimento no trecho entre a PR-449 e a localidade do Chopim.

O projeto da PR-912 foi realizado entre julho de 2013 e março de 2014, pela empresa Astec Engenharia. Na época, a obra foi orçada em R\$ 49,5 milhões. De acordo com a SEIL, com base em dados deste ano, a pavimentação da PR-912 deverá custar R\$ 73,5 milhões.

Conforme o secretário-chefe da Casa Civil do Estado, Valdir Rossoni, o contrato de empréstimo junto ao BID será assinado no dia 21 de junho. Após a assinatura do documento, há um prazo de 120 dias para que se proceda a licitação para contratação da obra, por tratar-se de um empreendimento de concorrência internacional.

## **Contrato de empréstimo para pavimentação da PR 912 será assinado em Junho, anuncia Rossoni**

Está marcada para o dia 21 de Junho a assinatura do contrato entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Governo do Paraná, que garantirá os R\$ 60 milhões para a pavimentação da estrada que liga Palmas a Coronel Domingos Soares. A informação foi dada pelo Chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, em sua visita ao município, no último final de semana. Na oportunidade anunciou que para garantir trafegabilidade momentânea no trecho o governo com tratou serviços de readequações.

Explicou longamente, durante programação da Rádio Club AM, que após a assinatura do documento com a instituição financeira internacional, há um prazo de 120 dias para que se proceda a licitação para contratação da obra. “Não vim aqui prometer a estrada, mas sim, informar como está a situação”, disse, durante um encontro com lideranças políticas e empresariais de ambos municípios. Esclareceu que quanto a antecipação de R\$ 7 milhões pelo governo do Estado, como contrapartida ao empréstimo, para iniciar a obra até meados deste ano, a possibilidade foi negada pelo BID.

Projetou que se tudo correr conforme cronograma do governo do Paraná, e nenhum fato ocasionado pela instabilidade política nacional interferir no processo, entre o final deste ano e início de 2018, já será possível iniciar a pavimentação do trecho entre a Ponte do Chopim e a sede de Cel. Domingos Soares. “Nós nunca estivemos tão perto de termos concretizado esse projeto”, disse ele.

Conforme Rossoni, com os recursos internacionais serão contempladas seis rodovias em todo o Estado e que seu esforço foi para garantir a inclusão da PR 912 no plano de aplicação da verba. (Dom Agostinho José Sartori). “Quem trabalhou em cima desta obra até agora foi o Rossoni. Eu conheço, sou da região, sou daqui e sei da importância da para o crescimento e desenvolvimento desta região de Palmas e Coronel Domingos Soares”, argumentou.

### **MELHORIA EMERGENCIAL**

Já foi assinada a ordem de serviço para readequação de 16 km da PR 912 a ser executada empresa RMDK Construção Civil, que terá 90 dias para fazer os reparos. Com investimentos de R\$ 1 milhão, pelo governo do Estado, será feito um revestimento com saibro e pedra brita entre Ponte do Chopim a sede de Coronel Domingos Soares.

<http://www.rbj.com.br/sem-categoria/contrato-de-emprestimo-para-pavimentacao-da-pr-912-sera-assinado-em-junho-anuncia-rossoni-4632.html>

**CORONEL  
DOMINGOS SOARES**

**DIVULGAÇÃO  
PÓS-EVENTO**

## Público conheceu projeto de asfaltamento da estrada Cel. Domingos Soares/Palmas

Por Ivan Cezar Fochzato quinta-feira, 27 abr 2017 10:16 AM

Foi realizada na tarde de quarta-feira(26) na Câmara de Vereadores de Coronel Domingos Soares, a consulta pública para apresentar o Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado, que inclui a pavimentação da estrada que liga a sede do município a Palmas/PR – Rodovia Dom Agostinho José Sartori(PR 912)

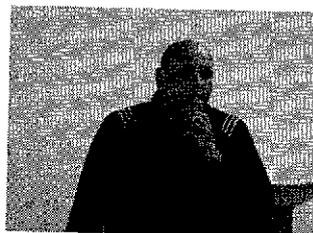
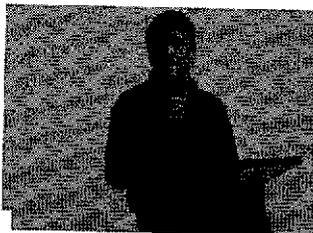


O ato público é uma das exigências do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) previsto nos procedimentos para liberação de empréstimo ao Paraná para a execução do programa. A consulta teve por objetivo informar, divulgar e tirar dúvidas da população sobre a obra de pavimentação de 28 quilômetros, com valor máximo para licitação de R\$ 73, 5 milhões.



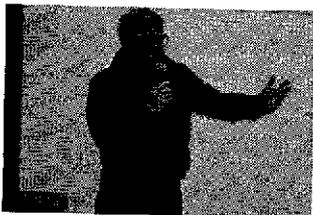
A audiência contou com a presença de lideranças políticas e sociais de ambos municípios, incluindo os prefeitos, Dona Maria Antonieta e Dr. Kosmos; vereadores, lideranças políticas e sociais e populares. A proposta de construção da estrada, promessa de campanha do atual governo do PR, é uma reivindicação de aproximadamente 20 anos e que só agora saiu da dimensão do planejamento para a fase de projetos e encaminhamentos técnicos e de viabilidade.

Inicialmente, o Coordenador Técnico do Departamento de Estradas de Rodagem(DER), Glaucio Tavares Luis Lobo, projetou que numa perspectiva otimista, as obras poderão iniciar no final de 2017 e, numa posição realista, no início de 2018. "Os procedimentos do contrato com o BID devem estar concretizados até o mês de setembro, mas não impede que a obra possa ser licitada em período anterior", disse ele.



O Superintendente da Regional Oeste do DER – Paulo Roberto Melani, explicou que será aproveitado o atual traçado estrada de terra, com algumas correções de trechos sinuosos. As pistas terão 3,5 metros de largura, mais acostamentos de 1,5 metros. Será construída uma nova ponte sobre o rio Chopim; uma rotatória fechada na PR 449, em Palmas. O projeto também prevê a construção de via dupla na avenida de acesso a Coronel Domingos Soares, numa extensão de 2,5 Km. Quanto ao ponto de início da obra, é uma escolha da empresa vencedora da licitação, que deverá levar em conta questões de logística. O prazo para a conclusão das obras é de um ano e meio.

A prefeita, Dona Maria, depositou confiança de que agora o sonho irá se tornar realidade. "A pavimentação é uma grande obra, sem a qual o município terá dificuldade de crescer", disse ela, acrescentando que a rodovia PR 912 pavimentada atrairá investimentos de todo o Brasil e irá melhorar a qualidade de vida da população.



O Prefeito de Palmas, Dr Kosmos, disse que as populações são coirmãs e, igualmente à prefeita Dona Maria, tem buscado juntos aos representantes do município governo do estado a concretização deste projeto fundamental para o desenvolvimento desta região. "Ao longo de 20 anos, todos vislumbram a estrada, que agora já está se encaminhando, pois há o comprometimento de um banco internacional e do governo do Estado, isso deixa de ser apenas um sonho e de promessa de campanha política.

A obra vai sair", disse o prefeito palmense.



Início

O Município

Departamentos

Licitações

Notícias

Contato

O que procura?



Onde Estamos: Início > Notícias

## Consulta Pública apresenta projeto da ligação asfáltica à população domingosoarense



**Legenda:** População Totou a Câmara para ouvir as apresentações

Cumprindo exigência do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, a SEIL – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e o DER – Departamento de Estradas de Rodagem promoveram Consulta Pública Presencial na tarde de quarta-feira (26) na Câmara Municipal de Coronel Domingos Soares para tratar da pavimentação asfáltica da PR-912, estrada hoje de terra que liga o município a Palmas, com a apresentação do projeto e do programa de financiamento. Inúmeras autoridades estiveram presentes dando seu apoio.

Conforme a prefeita domingosoarense, Maria Antonieta de Araújo Almeida, esta pavimentação é a obra mais esperada pelos munícipes desde que Coronel Domingos Soares se emancipou de Palmas, há 21 anos. “Todos os prefeitos que passaram tentaram conseguir essa obra e acho que agora vai sair do papel e vamos concretizar esse sonho. O nosso município depende desse asfalto para o desenvolvimento, senão não conseguimos trazer indústrias ou melhorar as condições do comércio, porque o acesso é muito difícil”, explica a administradora municipal, comentando que quando chove há muito barro e quando não chove

muita poeira, impedindo que, hoje, a estrada permaneça em boas condições. Ao fazer uso da palavra o prefeito de Palmas, Kosmos Nicolaou, também falou da importância da obra para ambos os municípios, especialmente para Coronel Domingos Soares.

O cerimonial foi conduzido pela SEIL, sendo as apresentações feitas pelos engenheiros do DER, de forma clara, objetiva e sucinta, mostrando e explicando a todos os presentes o projeto de execução da obra, previsão de início, prazo para conclusão, valores e todos os passos e procedimentos. De acordo com o coordenador técnico do grupo de trabalho do BIM – Building Information Modeling – DER, Glauco Lobo, há cinco anos o Governo do Estado vem buscando a liberação do financiamento junto ao BID. “Do ano passado para cá tivemos uma evolução muito grande e com esse desenrolar vários projetos e obras estão mais perto de sair do papel. Esse projeto para a cidade de Coronel Domingos Soares é muito importante”, destaca Lobo, contando que o valor total do financiamento é de \$ 435 milhões de dólares, sendo \$ 235 milhões financiados pelo BID e \$ 200 milhões a contrapartida do Estado.

### Projeto

A apresentação do projeto de pavimentação foi feita pelo diretor de operações do DER, Paulo Roberto Melani, o qual enfatizou que o objetivo maior da Consulta Pública foi mostrar todo o processo à população beneficiada para que, quando da execução da obra já se saiba o que estará acontecendo. A elaboração e aprovação do projeto, pela Astec Engenharia, levou cerca de oito meses. Das características do projeto vale destacar que será aproveitada a estrada atual; o trecho contará com 1,30m de acostamento; será construída uma nova ponte sobre o Rio Chopim, com 120m de comprimento, pista dupla e para pedestres; 2,35km no perímetro urbano, sendo 900m com passeios e o restante com ciclovia; melhoria do acesso à comunidade Ponte do Chopim; interseção com rotatória fechada na PR-449, entre outras. Melani apresentou, também, alguns benefícios da obra; como a redução do tempo de viagem; aumento do conforto ao usuário; redução do custo operacional dos veículos; indução ao desenvolvimento econômico do município; facilidade de escoamento da produção; melhoria no acesso aos serviços de saúde e educação e a redução de poeira no perímetro urbano.

Para o empresário e produtor rural Roque Ferronato, a pavimentação asfáltica vai ajudar a baratear bens de consumo e produtos em Coronel Domingos Soares, revertendo em lucro aos produtores locais. “Hoje, uma carga de soja eu levo três horas para fazer; com o asfalto vai ser uma hora ida e volta, sem chover. Isso é uma economia de cerca de 80% pra nós, em tudo”, comenta o produtor. O orçamento atualizado da pavimentação para a data-base de março de 2017 é de aproximadamente R\$ 73.500 milhões.

### Previsões

Conforme os engenheiros da SEIL, a previsão atual para início das obras é em janeiro de 2016 e a conclusão em meados de 2019. Fica à administração municipal e à população domingosoarense a expectativa de que esta obra, que é considerada “o estopim” do desenvolvimento econômico do município, verdadeiramente se concretize. “O acesso é péssimo; são 28 km de estradas de chão, praticamente. Isso é uma reivindicação antiga de todos os domingosoarenses e estamos agora muito esperançosos de que este sonho vai se realizar”, conclui a prefeita Maria Antonieta.



Prefeitura de Coronel Domingos Soares Gestão 2017-2020  
adicionou 5 novas fotos.  
27 de abril às 10:43 · 🌐

### Consulta Pública apresenta projeto da ligação asfáltica à população domingosoarense

Cumprindo exigência do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, a, SEIL – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e o DER – Departamento de Estradas de Rodagem promoveram Consulta Pública Presencial na tarde de quarta-feira (26) na Câmara Municipal de Coronel Domingos Soares para tratar da pavimentação asfáltica da PR-912, estrada hoje de terra que liga o município a Palmas, com a apresentação do projeto e do programa de financiamento. Inúmeras autoridades estiveram presentes dando seu apoio.

Conforme a prefeita domingosoarense, Maria Antonieta de Araújo Almeida, esta pavimentação é a obra mais esperada pelos munícipes desde que Coronel Domingos Soares se emancipou de Palmas, há 21 anos. “Todos os prefeitos que passaram tentaram conseguir essa obra e acho que agora vai sair do papel e vamos concretizar esse sonho. O nosso município depende desse asfalto para o desenvolvimento, senão não conseguimos trazer indústrias ou melhorar as condições do comércio, porque o acesso é muito difícil”, explica a administradora municipal, comentando que quando chove há muito barro e quando não chove muita poeira, impedindo que, hoje, a estrada permaneça em boas condições. Ao fazer uso da palavra o prefeito de Palmas, Kosmos Nicolaou, também falou da importância da obra para ambos os municípios, especialmente para Coronel Domingos Soares.

O cerimonial foi conduzido pela SEIL, sendo as apresentações feitas pelos engenheiros do DER, de forma clara, objetiva e sucinta, mostrando e explicando a todos os presentes o projeto de execução da obra, previsão de início, prazo para conclusão, valores e todos os passos e procedimentos. De acordo com o coordenador técnico do grupo de trabalho do BIM – Building Information Modeling – DER, Glauco Lobo, há cinco anos o Governo do Estado vem buscando a liberação do financiamento junto ao BID. “Do ano passado para cá tivemos uma evolução muito grande e com esse desenrolar vários projetos e obras estão mais perto de sair do papel. Esse projeto para a cidade de Coronel Domingos Soares é muito importante”, destaca Lobo, contando que o valor total do financiamento é de \$ 435 milhões de dólares, sendo \$ 235 milhões financiados pelo BID e \$ 200 milhões a contrapartida do Estado.

Projeto

A apresentação do projeto de pavimentação foi feita pelo diretor de operações do DER, Paulo Roberto Melani, o qual enfatizou que o objetivo maior da Consulta Pública foi mostrar todo o processo à população beneficiada para que, quando dá execução da obra já se saiba o que estará acontecendo. A elaboração e aprovação do projeto, pela Astec Engenharia, levou cerca de oito meses. Das características do projeto vale destacar que será aproveitada a estrada atual; o trecho contará com 1,30m de acostamento; será construída uma nova ponte sobre o Rio Chopim, com 120m de comprimento, pista dupla e para pedestres; 2,35km no perímetro urbano, sendo 900m com passeios e o restante com ciclovia; melhoria do acesso à comunidade Ponte do Chopim; interseção com rotatória fechada na PR-449, entre outras. Melani apresentou, também, alguns benefícios da obra, como a redução do tempo de viagem; aumento do conforto ao usuário; redução do custo operacional dos veículos; indução ao desenvolvimento econômico do município; facilidade de escoamento da produção; melhoria no acesso aos serviços de saúde e educação e a redução de poeira no perímetro urbano.

Para o empresário e produtor rural Roque Ferronato, a pavimentação asfáltica vai ajudar a baratear bens de consumo e produtos em Coronel Domingos Soares, revertendo em lucro aos produtores locais. “Hoje, uma carga de soja eu levo três horas para fazer; com o asfalto vai ser uma hora ida e volta, sem chover. Isso é uma economia de cerca de 80% pra nós, em tudo”, comenta o produtor. O orçamento atualizado da pavimentação para a data-base de março de 2017 é de aproximadamente R\$ 73.500 milhões.

#### Previsões

Conforme os engenheiros da SEIL, a previsão atual para início das obras é em janeiro de 2018 e a conclusão em meados de 2019. Fica à administração municipal e à população domingosoarense a expectativa de que esta obra, que é considerada “o estopim” do desenvolvimento econômico do município, verdadeiramente se concretize. “O acesso é péssimo; são 28 km de estradas de chão, praticamente. Isso é uma reivindicação antiga de todos os domingosoarenses e estamos agora muito esperançosos de que este sonho vai se realizar”, conclui a prefeita Maria Antonieta.





CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES

Data: 26/04/2017

Horário: 16:00

Local: Câmara de Vereadores

Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Cel. Domingos Soares

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Luiz Carlos Fagundes	Prof. COS	019.485.418-53	46-984009362	Luiz Fagundes
Bejano Dias Melo	Ação Social	86583010	46-3254-1159	[Assinatura]
Carla Berrig	Dep. Esporte COS	09830770	46-988926003	[Assinatura]
João Gomes Ferreira	Estrela Ind	4769262-9	46.	[Assinatura]
José Antonio Belo	Dep. Interinstitucional	300707098	46-99956262	[Assinatura]
Raul Antonio Ribas	Coluna M. Constru	2.020867-8	988238407	[Assinatura]
Janilson Taques	Prof. COS	0583193909	46-984027386	[Assinatura]
Raldir Cristek	Comunidade 2	917409	46-988017565	[Assinatura]
Belinda da Cruz Beira	Comunidade	03721567978	46-984033774	[Assinatura]
Edilson F. de Oliveira	Escola. Coopim	75839758	46-984050591	[Assinatura]
Roselina Bedin	CAS	1878025	46-99712725	[Assinatura]
Graceli da Silva	Prof. COS	078.31054952	46-984047329	[Assinatura]
Orival Carlos A. Pedrosa	Comunidade		46-984125075	[Assinatura]
Edipo Felipe Schiogenet	Comunidade	87301611	46-91054801	[Assinatura]
Noogil Guat Batista	Comunidade		46-984075772	[Assinatura]



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES

Data: 26/04/2017

Horário: 16:00

Local: Câmara de Vereadores

Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Cel. Domingos Soares

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Wilson R. Pires	pref. cds	78818431	46-984054203	
Ragner Farias	pref. cds	074.270.12984	46-984054453	
Ducelia Baldissarelli	pref. cds	029 531 4860	46-984152883	
Jonas dos Santos Bueno	pref. cds	037.960.72938	46-984218240	
Cristian Hilario	pref. cds	89002177	46-99327717	
Anderson Guimaraes	com. cds	103138230	46-984005471	
Marcus Vinicius Taques	CA. municipal	041.536.38960	46-999183180	
Pe. Ademir Tricheit	Paroquia	828.729.9999	46-999286222	
Jelson Carraro	ind. estrela	262251-8	46-999722332	
José Carlos Ferreira	comunidade	1520514	46-984080574	
Gilberto S. de Oliveira	comunidade	8.957.0356	46-984215821	
Bianca Bachembach	comunidade	07101153933	46-984009204	
Jose Lemrchner	Palmas	07644671900	46-32623260	
Jandir Oliveira	comunidade	1129302	46-984040546	
Gilmar Rose	pref. cds	39600950	46-984043135	



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES

Data: 26/04/2017

Horário: 16:00

Local: Câmara de Vereadores

Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Cel. Domingos Soares

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Nilma Joaquina Jorneio	Dep. Educação	081062539-37	46-984192977	Joaquina
Marcio alias Graf	Dep. Educação	08045637994	46-984082655	Marcio D. Graf
Paulo Barrake	Samara Ver. Palm	00347932086	46-99151712	Paulo
Luiz Gnesser	Vereador Palmas	527534427339-87	46-99131603	Luiz
Maxes Antonio S. Gomes	Vereador Palmas	6940318-2	46-99752211	Maxes
Pezzi Wilson de Almeida	Vereador Palmas	45664821	46-988157202	Pezzi
Edson Muller Graeno	Pres. Fel. Soares	3516704-8	46-984158432	Edson
Marcia Andrade F. Burtosa	Dep. Educação		46-984042657	Marcia Burtosa
Mauro Jorneio de Almeida	Dir. Dep. Fel. Soares	925511-7	46-984050050	Mauro
Jean Carlo Salduga	Dep. Engenharia	03732867719	46-999160350	Jean
Anderson Matias	Dir. de Contabilidade	12531582-8	46-984095883	Anderson
Dilvana Goncalves Oliveira	População		46-984155735	Dilvana
Imarilda Fontana	Vereador Fel. S.	589360179-34	46-984009609	Imarilda
Ediseu Samargo Nunes	Vereador Fel. S.	94628246904	46-984139445	Ediseu
Dirceu Samargo Nunes	Dep. Planejamento	91125855991	46-984021471	Dirceu



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES

Data: 26/04/2017

Horário: 16:00

Local: Câmara de Vereadores

Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Cel. Domingos Soares

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Jose Carlos Ferreira de Azevedo	Prefeitura P.D.S	04347078994	46 984197192	
Marlene de Jesus Satani	Prefeitura P.D.S		46.984145139	Marlene Satani
Elza Dora Farias	Prefeitura P.D.S		46.984214045	ELZADORA
Danieli P. Brinquetti	Prefeitura P.D.S	84000104934	46.984125356	Brinquetti
Jose de Augustinho Hilario	Hilario	21427887934	46.32631802	
Rafael Bosco de Souza	Presidente Comarca M. Palmas	073324.03994	46 999228714	
Miriam Lucia Dazzaretti	Comunidade	734.026.649.68	46 997353434	Miriam Lucia Dazzaretti
Jose Maria dos Santos	Comunidade	01649979982	46.984002784	
Francisco Luton	Chico Eletro	21428030949	46.99721795	
Sebastião Osni Brasil	Prefeitura P.D.S	57535949991	46.984064498	
Jaldir Castanha	P. Es. Sta. Catarina	7.096.5020	46.984046962	
Antonio Marcos Costa	Prof. P.D.S	62189738	46.984046069	
Josei Bastista S. Lima	Prof. P.D.S.		46.984133824	Josei Bastista S. Lima
Marcelo Pennlochner	Agricultor	04252877938	46.99729077	Marcelo
Maria Jeroni S. Formigoni	Prof. P.D. Soares		46.99363312	



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES

Data: 26/04/2017

Horário: 16:00

Local: Câmara de Vereadores

Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Cel. Domingos Soares

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
José M. Favalheiro Farias	Pref. C.D. Soares		984214045	
Leoni Ribeiro da Silva	Pref. C.D. Soares	511.383.01849	984215393	
Ailton Paulo Machado	Pref. C.D. Soares		984051197	
Odete A. Cruz da Silva	População	9745073734	9.84216826	
Jessica Muller	Pref. C.D. Soares	92859479	9.99079608	
Rafael Espindola Alves	ARCOROS	9222651-4	9.84074462	
Kermes P. Nicolau	Befito Almas	45735150	999721505	
Josar Pacheco Baptista	Lice p. Palmas	30275632	984139442	
José Valdivino Fregoso	Pref. C.D. Soares	52840930978	9.84213963	
Denise Brasil de Mello	Pref. C.D. Soares	98365699	46.984024340	
Sonia Costanha	Comunidade	91809	46.99730345	
Baerzio Sasagrande de Cruz	Pref. C.D. Soares	108190833	46.984194913	
Pacifico Evangelista de Jesus	Pref. C.D. Soares	4.213.103-2	46.984091399	
Karolline Paim	IV. Sudoeste	06395307967	46.988019194	
José Pedro de Souza	Comercio		46.984061704	



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES

Data: 26/04/2017

Horário: 16:00

Local: Câmara de Vereadores

Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Cel. Domingos Soares

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Sebastião Soares O	Junta Muletan	897449699-20	46-984083906	
Francisco Orlando Ribeiro	Radio Club	44176333984	46-999113223	
Tuaco Lopes Soares	Rep. Compas	048.165.679-88	46-984129479	
Nilson Bitner	Proprietario	027.240.099-83	46-999148060	
Aleamar Santos Mendes	Proprietario	452032969-87	46-988222577	
Luiz Antonio Brazil M.	Rep. Meio Ambiente	020.547.239-75	46-984007626	LUIZ A. BRAZIL
Quiana Latina F. Nello	Conto de cidade	024126309-33	46-984032276	Quiana Nello
Admir Donner	Vereador	8899440-9	46-984049159	
Ernesto Francisco R. Fonseca	Rep. Obras Urbanas	2103819-5	46-984096909	
Alison Cardoso	Estrela do Rapel	47116559	46-3263-1116	
Jackson Cardoso	Estrela	5322625-6	46-999720697	
Alessandra Lozaretto	Produtora	81314641987	46-999424884	
Elon Tibes	Empresario		46-3254-1154	
Augusto Franca	Rep. Oigalmeia	037228519-30	46-984040698	
Romulo Duarte	Empresario	266.394.51844	46-984129336	



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES

Data: 26/04/2017

Horário: 16:00

Local: Câmara de Vereadores

Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Cel. Domingos Soares

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Antonio Bylo Martins	APAE	452.034.239-2	46 - 984115221	Antonio C de Jesus
Emilia Lago Almeida	Proprietario	936.284-6	46 - 3262-3318	Emilia Lago Almeida
Andreia Taques	Adm. escola	053.404.599-50	46 - 984002245	Andreia Taques
Joao Francisco G. Tonial	Dep. Agricultura	37250050-4	46 - 984099591	Joao Francisco G. Tonial
Adilson Blasius	Dep. Agricultura	000.259.389-08	46 - 984034034	Adilson Blasius
Cliton B. Reis	Proprietario		46 - 984027391	Cliton B. Reis
Paulo Sergio Fiesco	Dep. Obras		46 - 984091394	Paulo Sergio Fiesco
Ivo Pagliosa	Proprietario	150.653.169-53	46 - 3262-2358	Ivo Pagliosa
Angelo Tobias Pagliosa	Proprietario	10692113-0	46 - 999753353	Angelo Tobias Pagliosa
Ana Cecilia Tortelli Bosdan	Dep. Apoio Social		46 - 984094388	Ana Cecilia Tortelli Bosdan
Joel Waldin Sagundes	Proprietario	3222212-9	46 - 3262-2739	Joel Waldin Sagundes
Nelson Antonio Damier	Proprietario	8009.140-0	46 - 988295993	Nelson Antonio Damier
Paulo Henrique Barbosa	Proprietario	7918852-2	46 - 988196342	Paulo Henrique Barbosa
Lucimar Brizola	Proprietario	7109263-4	46 - 984219375	Lucimar Brizola
Alex Sandro Carvalho	Proprietario	7229004-5	46 - 984044269	Alex Sandro Carvalho



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES

Data: 26/04/2017

Horário: 16:00

Local: Câmara de Vereadores

Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Cel. Domingos Soares

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Leocil Galyan	Proprietario	4.478.924-8	46-984006277	
Flávia de Lima	Dep. Educação	8917004-4	46-984000305	
Elbo Sibrino de Souza	creador	025.266.929-03	46-984044835	
Crustiane Pires	Dep. Educação	022.985.759-08	46-999175319	
Dulce Ribas Martins	Dep. Educação	900539909-00	46-984052562	
Elizane Bez Texeira	Dep. Educação	028.861.779-12	46-984057225	
Rafael Serra	Si. Credi	057.561.279-40	46-984043679	
Ruiz Tortelli	Si. Credi	107.428.288-28	46-984214048	
Roque Ferronato	Proprietario	285.287.009-68	46-999723232	
João Franklin	Si. Rural	025.613.639-38	46-999150153	
Muciano Pacheco Tommer	Sind. Rural	070.183.459-52	46-988112653	
Micaron Teller	Proprietario	214.277.399-00	46-984143563	
Expandro Luztoza	Dep. Obras	7540461-1	46-984042657	
Leonildo Bastista Reis	Proprietario	6212254-4	46-984124571	
Wilson Tiques de Santos	Proprietario	338.247.209-06	46-984653868	





À SENHORA  
MARIA ANTONIETA DE ARAÚJO ALMEIDA  
PREFEITA  
AVENIDA ARAUCÁRIA, 3120



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=353>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

**José Richa Filho**  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

**Nelson Leal Júnior**  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

LAVRADORA RACIONAL DE MADEIRAS LAVRAMA S.A.  
PRES. JACOB REICHER  
DISTRITO DE UBALDINO TAQUES



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=533>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

**José Richa Filho**  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

**Nelson Leal Junior**  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

INDÚSTRIA DE COMPENSADOS CDS  
PRES. VOLNEI BARBIERI  
AVENIDA ANTÔNIO LUCIDORO FERREIRA



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Enir. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

**José Richa Filho**  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

**Nelson Leal Junior**  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas e Rodagem

COLÉGIO ESTADUAL SANTA CATARINA  
DIR. ANDRÉIA BRANDELERO E  
VALDIR CASTANHA  
AVENIDA ARAUCÁRIA



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

**José Richa Filho**  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

**Nelson Leal Junior**  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

COL. EST. DO CAMPO CÂNDIDO ROSSONI  
DIR. LUZIA ESCONGISKI  
COMUNIDADE PONTE DO IRATIM



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

**José Richa Filho**  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

**Nelson Leal Junior**  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

COAMO AGROINDUSTRIAL  
UNIDADE CEL. DOMINGOS SOARES  
GER. CLEILTON PEDROSO  
AVENIDA ARAUCÁRIA, ENTRADA DA CIDADE



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

**José Richa Filho**  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

**Nelson Leal Junior**  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS  
DE CORONEL DOMINGOS SOARES  
PRES. CRISTIANE DAS GRAÇAS MACHADO PIRES  
AVENIDA ARAUCÁRIA, 3120 (PREFEITURA)



Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 15 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

**José Richa Filho**  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

**Nelson Leal Junior**  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE  
CORONEL DOMINGOS SOARES  
PRES. RAFAEL ESPÍNDOLA DE ABREU  
AVENIDA ARAUCÁRIA



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

CODEPA – COOPERATIVA DE DESENV. E  
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA  
PRES. NELSON KONZEN  
RUA AFONSO DE ALMEIDA ROCHA



Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

**José Richa Filho**  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

**Nelson Leal Junior**  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

COL. EST. DO CAMPO MONTEIRO LOBATO  
DIR. JOCELITA RODRIGUES  
LINHA PEDREGULHO



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

COLÉGIO EST. DO CAMPO ANTÔNIO  
ARTÊMIO FRANÇA  
DIR. ILSON FRANCISCO DE OLIVEIRA  
COMUNIDADE PONTE DO CHOPIM



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL**, para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

ESCOLA ESPECIAL ELENITA ALMEIDA  
FERREIRA – APAE PRIMEIROS PASSOS  
PRES. JAIME LAZZARETTI  
DIR. NEIVA DE FÁTIMA SUCHOW  
RUA AFONSO ALMEIDA ROCHA, 1853



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

Data: 26 de abril de 2017

Horário: Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

Local: Câmara de Vereadores

Endereço: Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conterco=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas e Rodagem

SEMENTES FERRONATO  
PRES. ROQUE FERRONATO  
RODOVIA PRT 280 - S/N KM 64  
PALMAS - PR, 85555-000



Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Às 09h30min  
**Encerramento:** 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

**José Richa Filho**  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

**Nelson Leal Junior**  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

AO SENHOR  
RAFAEL PERIOLO  
VICE-PREFEITO  
AVENIDA ARAUCÁRIA, 3120



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(z) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas e Rodagem

UNIDADE DE ATENDIMENTO BANCO BRADESCO  
GER. DEIVID BALDISSARELLI  
AVENIDA ARAUCÁRIA



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 15 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conceudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

**José Richa Filho**  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

**Nelson Leal Junior**  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

CONSELHO TUTELAR  
PRES. ROSE CORTES  
RUA JOSÉ SALVADOR



Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 15 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

AUTOPOSTO RETIRO  
DIR. FLORIMAR BOLZAN  
AVENIDA ARAUCÁRIA



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

CAPELA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA  
PÁROCO: PADRE ADEMIR WICKERT  
AVENIDA ARAUCÁRIA



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Exatidão para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 10 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41. 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas e Rodagem

MERCADO SANTA FÉ / SANTA FÉ MATERIAIS DE  
CONSTRUÇÃO  
DIR. ERIBERTO ROTAVA / ANDERSON ROTAVA  
AVENIDA ARAUCÁRIA



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL TRÊS  
PINHEIROS  
PRES. EBERTON OLIVEIRA DOS SANTOS  
AVENIDA ARAUCÁRIA



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL para apresentação do PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

Data: 26 de abril de 2017

Horário: Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

Local: Câmara de Vereadores

Endereço: Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=353>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI  
GER. RAFAEL JOAQUIM SERPA DOS SANTOS  
AVENIDA ARAUCÁRIA



Of. Circular nº 006/SS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL para apresentação do PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

Data: 26 de abril de 2017

Horário: Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

Local: Câmara de Vereadores

Endereço: Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41. 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Riche Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

POSTO CORONEL DOMINGOS SOARES  
AVENIDA ARAUCÁRIA



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

**Assunto:** Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

**Data:** 26 de abril de 2017

**Horário:** Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

**Local:** Câmara de Vereadores

**Endereço:** Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS  
PRES. PASTOR OTTI FERNANDES  
AVENIDA ARAUCÁRIA



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 005/33

Curitiba, 11 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BLD, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL para apresentação do PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

Data: 26 de abril de 2017

Horário: Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

Local: Câmara de Vereadores

Endereço: Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modulos/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

VILA NOVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO  
DIR. RENI BUENO  
AVENIDA ARAUCÁRIA



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Secretaria de Infraestrutura  
e Logística

Of. Circular nº 006/CS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

Data: 26 de abril de 2017

Horário: Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

Local: Câmara de Vereadores

Endereço: Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – **SEIL/PR** e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – **DER/PR** por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Riche Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas e Rodagens



Of. Circular nº 005/GS

Curitiba, 11 de abril de 2017.

Assunto: Consulta Pública para apresentação do Projeto de Pavimentação Entr. PR-449 – Coronel Domingos Soares, no âmbito do Programa BID, nesse município, no Estado do Paraná

Prezado(a) Senhor(a),

Convidamos Vossa Senhoria para participar de **CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL** para apresentação do **PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 – CORONEL DOMINGOS SOARES**, no município de Coronel Domingos Soares, no Estado do Paraná, conforme segue:

Data: 26 de abril de 2017

Horário: Abertura: 16 horas  
Encerramento: 17h30

Local: Câmara de Vereadores

Endereço: Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro – Coronel Domingos Soares

O referido Projeto encontra-se disponível para consulta na página inicial dos sites das instituições: Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná – SEIL/PR e Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná – DER/PR por meio do link: <http://www.infraestrutura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=553>

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, por meio do telefone 41 3304-8536, com Rejane Karam/Josil Baptista.

Atenciosamente,

José Richa Filho  
Secretário de Estado de Infraestrutura  
e Logística

Nelson Leal Junior  
Diretor-Geral do Departamento  
de Estradas de Rodagem

# PERGUNTAS ESCRITAS

					
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES					
Local: Câmara de Vereadores					
Data: 26/04/2017 Horário: 16h					
NOME	Kézia Souza		RG/CPF		
ENTIDADE	Presidente Câmara de V. d. S.		CONTATO		
PERGUNTAS					
ESCRITA			ORAL		
Se obra vai começar de cel. D Soares p Palmas ou Palmas p Coronel					

					
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES					
Local: Câmara de Vereadores					
Data: 26/04/2017 Horário: 16h					
NOME	Késia Galvan		RG/CPF		
ENTIDADE	Vereador Cel. Dom.		CONTATO		
PERGUNTAS					
ESCRITA			ORAL		
X Quando vai começar os trabalhos? Qual a data concreta?					



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES  
Local: Câmara de Vereadores

Data: 26/04/2017 Horário: 16h

NOME	<i>Isel Jacques</i>	RG/CPF	
ENTIDADE	<i>Grêmio na ind. Estrela</i>	CONTATO	
PERGUNTAS			
<input checked="" type="checkbox"/>	ESCRITA		ORAL
<i>Se na comunidade do Osipim vai ser construída uma passarela p/ pedestres? Ou vai ser usada a ponte antiga?</i>			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES  
Local: Câmara de Vereadores

Data: 26/04/2017 Horário: 16h

NOME	<i>Houam Lazzaratti</i>	RG/CPF	
ENTIDADE	<i>produtores rural</i>	CONTATO	
PERGUNTAS			
	ESCRITA		ORAL
<i>Existe alguma possibilidade desta obra não acontecer ou já podemos dar como certa</i>			

# PERGUNTAS ORAIS

		
<b>CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES</b> Local: Câmara de Vereadores Data: 26/04/2017      Horário: 16h		
NOME	M. DEAS ANTONIETA	RG/CPF ALMEIDA
ENTIDADE	PREFEIT. CEL. DOMINGOS	CONTATO RANGEL
<b>PERGUNTAS</b>		
ESCRITA	<input checked="" type="checkbox"/>	ORAL

		
<b>CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES</b> Local: Câmara de Vereadores Data: 26/04/2017      Horário: 16h		
NOME	Da. Kermes Nicolau	RG/CPF
ENTIDADE	Prefeitura de Palmas	CONTATO
<b>PERGUNTAS</b>		
ESCRITA	<input checked="" type="checkbox"/>	ORAL

					
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES					
Local: Câmara de Vereadores					
Data: 26/04/2017		Horário: 16h			
NOME	<i>Andréson</i>	RG/CPF			
ENTIDADE	<i>Vereador ECL</i>	CONTATO			
PERGUNTAS					
	ESCRITA	<input checked="" type="checkbox"/>		ORAL	

					
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - PAVIMENTAÇÃO ENTR. PR-449 - CORONEL DOMINGOS SOARES					
Local: Câmara de Vereadores					
Data: 26/04/2017		Horário: 16h			
NOME	<i>Prof. Váldir Castanho</i>	RG/CPF			
ENTIDADE	<i>Colégio Sta. Catarina</i>	CONTATO	<i>L.d.S.</i>		
PERGUNTAS					
	ESCRITA	<input checked="" type="checkbox"/>		ORAL	



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



***PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO***

***CONSULTAS PÚBLICAS***

***RELATÓRIO SÍNTESE***

***Maio/2017***

## **1 - APRESENTAÇÃO**

O presente relatório tem como objetivo descrever as atividades relacionadas às Consultas Públicas realizadas no âmbito do Programa BID I – Integração, compreendendo as etapas pré-consultas (divulgação e organização), realização das Consultas (registros audiovisuais) e pós-consultas (Memória de Reunião e site).

As mesmas foram realizadas pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER em atendimento às Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, visando apresentar e discutir com a comunidade, a sociedade civil organizada e demais representantes das regiões envolvidas, informações sobre os empreendimentos rodoviários a serem executados em parceria com este Banco.

O principal propósito foi divulgar e colher opiniões e sugestões, além de dirimir dúvidas e oportunizar o amplo conhecimento das obras a serem realizadas, dando transparência a todo processo.

As consultas de que trata esta etapa referem-se à amostra representativa de cada tipo de obra que será realizada ao longo do Programa, conforme cronograma destacado abaixo, sendo que o presente Relatório Preliminar apresenta a documentação e os resultados das sete Consultas Presenciais até então realizadas, as quais seguiram a mesma metodologia quanto às formas de divulgação e na sua realização.

O Relatório estrutura-se da seguinte forma: na primeira seção apresenta-se um Relatório Síntese das Consultas Públicas por meio do qual se descrevem o público alvo, os principais processos de divulgação (anterior, durante e posterior) à realização das mesmas, bem como a execução das Consultas públicas.

Em anexo apresentam-se os Relatórios de cada Consulta Pública da amostra, na seguinte sequência: Marechal Cândido Rondon, Coronel Domingos Soares, São Mateus do Sul, Irati, Mato Rico, Castro e Colombo.

Cada Relatório contém, em arquivos distintos:

- ✓ Memória (ata) da Reunião da Consulta Pública,
- ✓ Lista de convidados;
- ✓ Convites (ofícios) enviados e recebidos;
- ✓ Divulgação - cartazes e fotos de divulgação (pré e pós evento);



- ✓ Roteiro da Consulta Pública;
- ✓ Slides (apresentação do Programa BID)
- ✓ Slides (apresentação Projeto)
- ✓ Lista de presença,
- ✓ Fichas de pergunta.

## **2 – CONSULTAS PÚBLICAS**

O público alvo das Consultas Públicas foi a população diretamente afetada pelo Projeto (proprietários de áreas a serem desapropriadas) ou indiretamente afetada pelo projeto, entidades e associações representativas de diferentes grupos e setores, os quais foram descritos pelo poder público municipal e pelos escritórios regionais do DER.

Compuseram a lista de convidados as instituições representativas dos municípios diretamente e indiretamente envolvidos, bem como os proprietários de áreas e ou edificações que serão desapropriadas.

Estes atores foram caracterizados em planilha de linha de base social.

### **2.1 Divulgação**

As Consultas Públicas foram divulgadas através de convites nominais (Ofício Circular) direcionados às autoridades e representantes da sociedade nos municípios e também através de cartazes, spots de rádio e publicações em jornais regionais.

#### **2.1.1. Convites**

Foram enviados convites nominais aos proprietários das áreas afetadas do projeto. Outros foram direcionados às autoridades e representantes da sociedade civil organizada conforme apresenta a tabela a seguir.

#### **2.1.2. Cartazes**

Os cartazes de divulgação das Consultas foram fixados em pontos estratégicos dos municípios, priorizando locais com maior concentração e trânsito de pessoas a pedestres, aumentando assim a eficiência na divulgação.

Os cartazes foram fixados em supermercados, lojas e outros locais de grande circulação de pessoas em pontos estratégicos dos dois municípios.

### **2.1.3. Rádio**

A divulgação das Consultas ocorreu também por meio de *spots* de rádios locais com maior audiência nos municípios.

### **2.1.4. Publicações em jornais**

As Consultas foram divulgadas por meio de publicações em jornais de maior circulação nas áreas de influência do empreendimento, os quais encontram-se destacados nos relatórios individuais de cada Consulta em anexo.

### **2.1.5. Publicações em sites Pós Consulta**

Outro meio de divulgação foi o digital, por meio dos SITES da SEIL e do DER e da Rede Social (Facebook).

Neste veículo disponibilizaram-se, para CONSULTA, os links contendo os seguintes documentos: SÍNTESE DO PROJETO e ESTUDO AMBIENTAL dos Projetos, os quais estarão disponíveis por trinta (30) dias a partir da data de realização da respectiva Consulta Pública Presencial:

Disponibilizou-se também um link que remete ao e-mail da OUVIDORIA do DERE da SEIL, bem como o número de telefone 0800-410111, como garantia da permanência do processo de participação da população nos processos, no período pós Consultas Presenciais, por meio dos quais a população poderá recorrer para dirimir dúvidas, críticas e ou sugestões.

## **2.2 Realização das Consultas Públicas Presenciais**

As Consultas Públicas Presenciais ocorreram no período de 24 de abril a 22 de maio de 2017, sendo realizadas nos municípios onde os empreendimentos integrantes da amostra representativa do Programa BID I – Integração serão amis ão determinantes.

O critério da escolha do município a sediar a realização das Consultas levou em conta a maior interferência ou impacto do empreendimento, ou seja, a realização deu-se no município a ser mais beneficiado com a obra.

No caso do empreendimento em São Mateus-Irati, optou-se por realizar duas Consultas (em São Mateus do Sul e Irati) tendo em vista que ambos os municípios serão beneficiados diretamente pela intervenção rodoviária.

<b>PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO</b>				
<b>CRONOGRAMA DE CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS</b>				
<b>OBRAS</b>	<b>Município</b>	<b>DATA</b>	<b>HORÁRIO</b>	<b>LOCAL</b>
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	24/4/2017	Das 14 hs às 15h30	ACIMACAR -- Associação Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon (Av. Rio Grande do Sul, 2700 - Loteamento Acimacar - Mal. Cândido Rondon – PR).
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	CEL. DOMINGOS SOARES	26/4/2017	Das 16 hs às 17h30	Câmara de Vereadores (Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro - Cel Domingos Soares)
Construção: Contorno Pato Branco	PATO BRANCO	27/4/2017	Das 10 hs às 11h30	ACEPB - Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco (Rua Xavantes, 315 - Pato Branco)
Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	SÃO MATEUS DO SUL	3/5/2017	10 hs às 11h30	Centro da Juventude ( Rua João Bettega, nº 2263 - Vila Buaski - São Mateus do Sul)
	IRATI	3/5/2017	16h30 hs às 18h	Auditório da 4ª Regional de Saúde (Rua Dr Munhoz da Rocha, nº 244 - Centro - Irati)
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	MATO RICO	4/5/2017	17 hs às 18:30	Centro Poliesportivo (Av das Araucárias sn Centro)
Pavimentação do Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR	CASTRO	5/5/2017	Das 16 hs às 17h30	Centro da Juventude de Castro, Rua Raimundo F Gaião, 359 – Vila Rio Branco, Castro
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	COLOMBO	22/5/2017	19 hs	Câmara Municipal de Colombo - Rua Francisco Busato, 8005 - Centro, Colombo

### **2.2.1 Estrutura local para os eventos**

Os locais utilizados para a realização dos eventos foram sugeridos pelos atores locais (Prefeituras Municipais e Regionais do DER), os quais se encarregaram da logística e apoio operacional.

No *hall* de entrada dos auditórios foram montadas as recepções do evento contendo a mesa de preenchimento da lista de presença e um espaço para café e água. O acesso aos auditórios foi liberado somente após o preenchimento da lista de presença, para melhor controle dos participantes.



Foram utilizados sistemas de som e projeção em telão ao fundo do palco para a realização das apresentações.

### **2.2.2 Consultas Públicas Presenciais**

Compareceram aos eventos representantes das Prefeituras, das Câmaras de Vereadores dos municípios envolvidos diretamente com o empreendimento e de municípios vizinhos, representantes do Ministério Público, de ONGS, de associações e cooperativas, de escolas, hospitais, comerciantes, proprietários das áreas afetadas pelos empreendimentos, representantes de instituições públicas, privadas e para públicas e proprietários de áreas a serem afetadas, além de vários outros interessados da região.

O quadro abaixo apresenta o horário de início e término, bem como o número exato de participantes em cada uma das Consultas Públicas.



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA BID			
CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS			
OBRAS	DATA	HORÁRIO	Nº DE PARTICIPANTES
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	24/4/2017	Início: 14h15 Término: 15h20	163
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	26/4/2017	Início: 16h12 Término: 17h22	136
Construção: Contorno Pato Branco	27/4/2017	Início: 10h09 Término: 11h24	79
Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	3/5/2017	Início: 10h22 Término: 12h05	148
	3/5/2017	Início: 16h40 Término: 18h05	103
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	4/5/2017	Início: 17h27 Término: 19h	341
Implantação do Contorno Norte de Castro/PR	5/5/2017	Início: 16h20 Término: 17h15	58
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	22/05/2017	Início: 19h08 Término: 20h52	183



Em todas as Consultas Públicas seguiu-se um mesmo ROTEIRO no qual inicialmente o cerimonial apresentava os objetivos e a programação do evento, dando ênfase aos canais de participação pós consulta presencial.

Na sequência ocorria uma apresentação das principais diretrizes do PROGRAMA BID I – INTEGRAÇÃO. Esta apresentação era realizada por membros da equipe de Coordenação do Programa BID, pela SEIL ou pelo DER

Logo após o(a) Engenheiro(a) - Gerente responsável (Fiscal do Projeto), pelo DER, apresentava os aspectos técnicos mais relevantes do empreendimento (apresentações em anexo)

O quadro abaixo apresenta os respectivos palestrantes responsáveis pelas apresentações nas Consultas Públicas Presenciais:



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO			
APRESENTAÇÕES - CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS			
OBRAS	LOCAL	RESPONSÁVEL	
		Diretrizes do Programa BID	Projeto de Engenharia (DER)
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Marechal Cândido Rondon	<b>Rejane Karam</b> (Chefe de Coordenação de Planejamento da SEIL)	<b>Renata Juliana Bertol</b> (Gerente Técnica da Sup. Regional Oeste do DER)
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Coronel Domingos Soares	<b>Glauco Lobo</b> (Coordenador Técnico do DER)	<b>Paulo Roberto Melani</b> (Gerente de Operações da Sup. Regional Oeste do DER)
Construção: Contorno Pato Branco	Pato Branco	<b>Glauco Lobo</b> (Coordenador Técnico do DER)	<b>Marcus Vinicius Talamini</b> (Gerente do Escritório Vale do Chopin do DER)
Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	São Mateus do Sul	<b>Rejane Karam</b> (Chefe de Coordenação de Planejamento da SEIL)	<b>Glauco Lobo</b> (Coordenador Técnico do DER)
	Irati	<b>Rejane Karam</b> (Chefe de Coordenação de Planejamento da SEIL)	<b>Glauco Lobo</b> (Coordenador Técnico do DER)
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	Mato Rico	<b>Glauco Lobo</b> (Coordenador Técnico do DER)	<b>Eleandro Campos Pereira</b> (Engenheiro – Fiscal do Projeto)
Pavimentação do Acesso ao Contorno de Castro (PR-090)	Castro	<b>Glauco Lobo</b> (Coordenador Técnico do DER)	<b>Eleandro Campos Pereira</b> (Engenheiro – Fiscal do Projeto)
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Colombo	<b>Glauco Lobo</b> (Coordenador Técnico do DER)	<b>Jefferson Kuster</b> (Engenheiro – Coordenador do Projeto)

E, finalmente, partia-se para a etapa final de debates onde ocorria a participação efetiva da comunidade.

Esta participação foi oportunizada por meio da disponibilidade de FICHAS DE PERGUNTAS por meio da qual o participante inscrevia-se para a manifestação verbal ou escrita.

O quadro abaixo apresenta os resultados das manifestações da plateia, estando as mesmas anexadas a este Relatório.



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA BID			
DEBATES - CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS			
OBRAS	LOCAL	PERGUNTAS	
		VERBAIS	ESCRITAS
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Marechal Cândido Rondon	7	4
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Coronel Domingos Soares	5	4
Construção: Contorno Pato Branco	Pato Branco	2	4
Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	São Mateus do Sul	3	10
	Irati	4	17
Pavimentação: Pitanga - Mato Rico PR-239	Mato Rico	14	0
Pavimentação do Acesso ao Contorno de Castro (PR-090)	Castro	1	4
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Colombo	6	15



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das Consultas Públicas permitiu uma primeira aproximação com a comunidade e com atores diretamente afetados pelos projetos.

Oportunizaram, nesse primeiro contato com os diretamente afetados e com as Prefeituras e agentes locais, a possibilidade de atualização das listas e tabelas de desapropriações, tendo em vista que muitas delas foram originárias de projetos de engenharia elaborados há algum tempo atrás.

Os contatos pré-estabelecidos com os proprietários que participaram das Consultas, facilitaram a identificação e aproximação como preparação aos encontros específicos (Consultas) que serão realizadas até meados de julho, entre os proprietários de cada trecho da amostra.

A partir das Consultas foi possível identificar a necessidade de ajuste de alguns projetos de engenharia, com a colaboração daqueles que vivem e conhecem a realidade de seu entorno.

A população e a suas lideranças apontaram, seja na forma escrita ou verbal, suas preocupações e anseios em torno da execução dos projetos.

Os relatórios específicos de cada trecho evidenciam que a população, uma vez conhecedora dos projetos, apontou inúmeras sugestões e até alternativas de engenharia, as quais foram tecnicamente debatidas do ponto de vista técnico, econômico e ambiental com o corpo técnico presente.

Embora esteja apresentado o detalhamento da Consulta Pública realizada em Pato Branco, referente à construção do Contorno daquela cidade, esta obra foi retirada do Programa, durante a Missão de Orientação Estendida, tendo em vista não ter atingido a viabilidade econômica, tornando-se inelegível.

**PR-912**  
**ACESSO A CORONEL**  
**DOMINGOS SOARES**

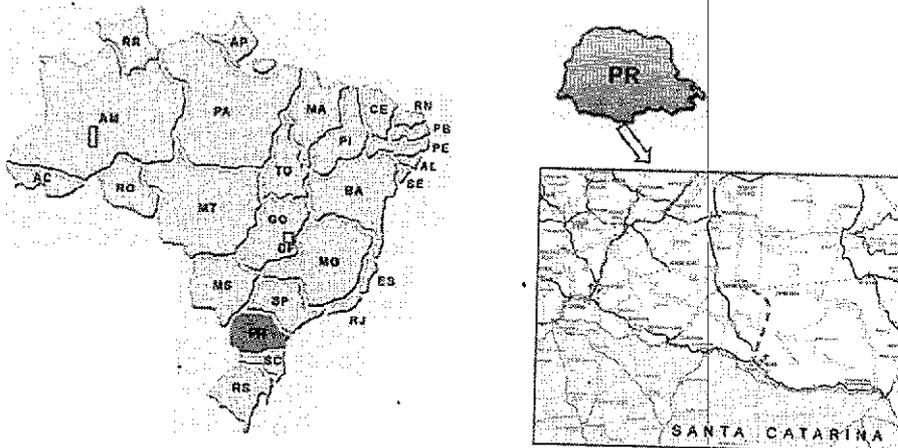
**LOCALIZAÇÃO**

**INÍCIO: Coronel Domingos Soares**  
**(final do pavimento)**

**FINAL: PR-449, próximo a Palmas**

**EXTENSÃO: 28,00KM**

## LOCALIZAÇÃO



## OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO

- Melhoria do acesso a Coronel Domingos Soares com a pavimentação da PR-912, oportunizando melhoria no acesso aos serviços, tais como saúde e educação, e proporcionando o desenvolvimento do município.

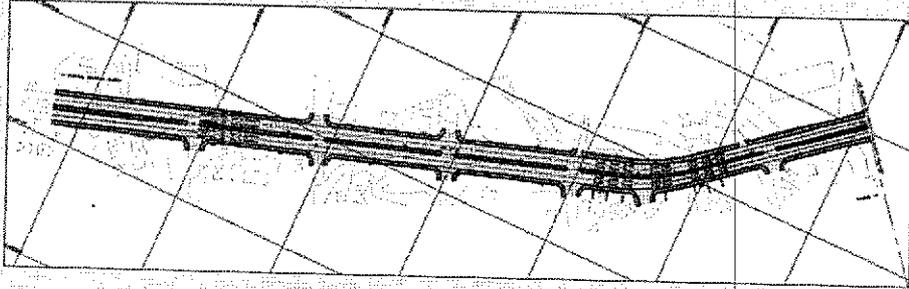
## **CARACTERÍSTICAS DO PROJETO**

- Elaboração do Projeto: Astec Engenharia Ltda.
- Período: 08/07/2013 a 05/03/2014
- Interseção PR-449: nível (rotatória fechada)
- Velocidade diretriz: 80 km/h
- Largura das faixas de rolamento: 3,50m
- Largura dos acostamentos: 1,30m
- Largura da faixa de domínio: 25m
- Pavimento flexível (CBUQ)

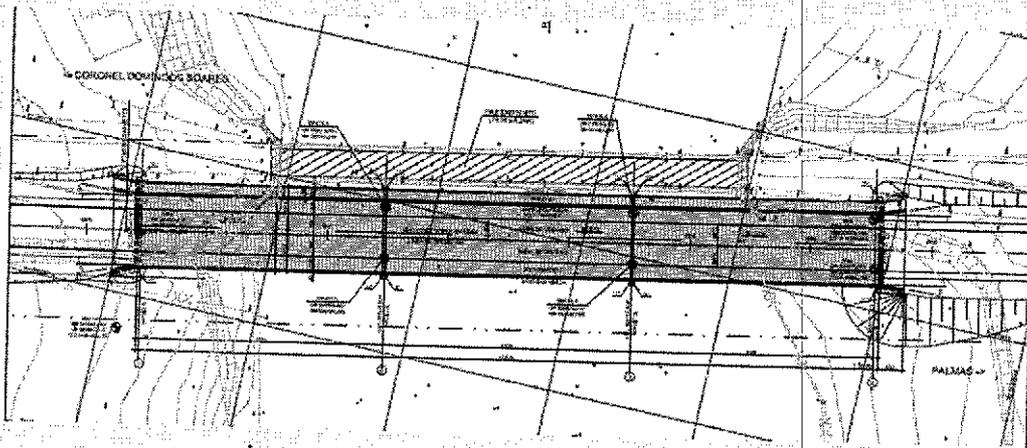
## **CARACTERÍSTICAS DO PROJETO**

- Nova ponte sobre o Rio Chopim: 120m
- Aproveitamento da estrada existente
- Correção geométrica entre as estacas 465 e 490
- Início do trecho no perímetro urbano com pista dupla com 2,35 km de extensão, sendo que 900 m com passeios e o restante com ciclovia
- Melhoria do acesso a comunidade próxima a ponte sobre o Rio Chopim (estaca 845)

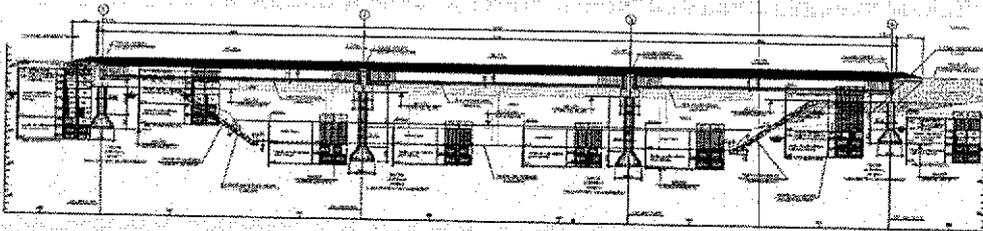
## Coronel Domingos Soares



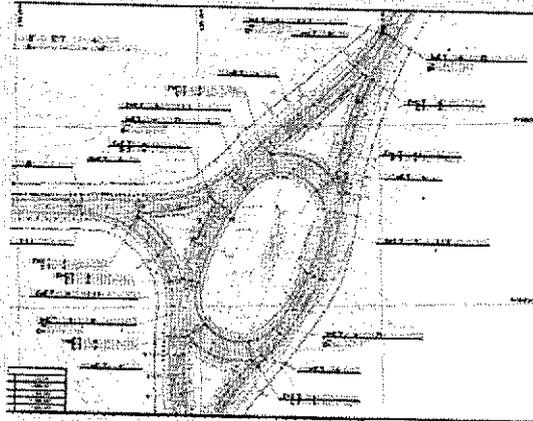
## Ponte sobre o Rio Chopim



## Ponte sobre o Rio Chopim

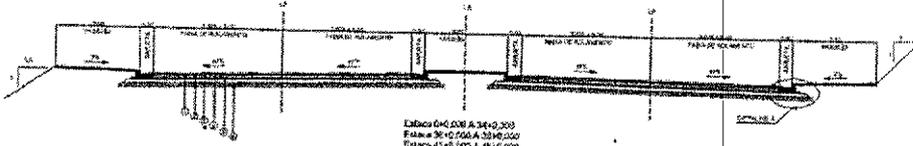


## INTERSEÇÃO PR-449



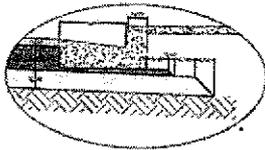
# SEÇÃO TIPO – TRAVESSIA URBANA

PISTA DUPLA COM PASSEROS LEIADOS E CANTEIRO CENTRAL PROJETADO



Estaca 040,000 A 340,000  
 Estaca 360,000 A 380,000  
 Estaca 410,000 A 430,000  
 Estaca 610,000 A 1100,000

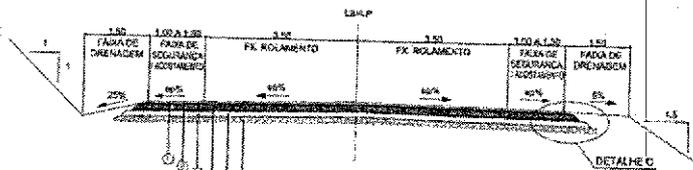
DETALHE A  
 1/200



CAMADA	MATERIAL
1	CONCRETO ARMADO (C.A.) - RIGIDA E P.E. DOP
2	APRIMENTAMENTO INTERMEDIÁRIO (I.D.M.)
3	APRIMENTAMENTO SUPERFICIAL (S.P.)
4	BASE DE BPO
5	SUBLENTO DE BCO
6	REFORÇAMENTO DO SUBLENTO

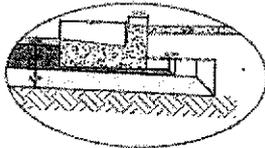
# SEÇÃO TIPO – LINHA GERAL

PISTA DE ROLAMENTO COM FAIXA DE SEGURANÇA LEIADA PROJETADA



Estaca 117+10,000 A 580+13,032  
 Estaca 585+14,435 A 841+2,289  
 Estaca 850+0,000 A 1272+14,140  
 Estaca 1287+11,840 A 1355+0,000  
 Dispositivo Est. 1355+0,000 - RAMO "200"

DETALHE A  
 1/200



CAMADA	MATERIAL
1	CONCRETO ARMADO (C.A.) - RIGIDA E P.E. DOP
2	APRIMENTAMENTO INTERMEDIÁRIO (I.D.M.)
3	APRIMENTAMENTO SUPERFICIAL (S.P.)
4	BASE DE BPO
5	SUBLENTO DE BCO
6	REFORÇAMENTO DO SUBLENTO

## **BENEFÍCIOS DO EMPREENDIMENTO**

- Redução considerável do tempo de viagem;
- Aumento do conforto ao usuário;
- Redução do custo operacional dos veículos;
- Indução ao desenvolvimento econômico do município;
- Facilidade de escoamento da produção;
- Melhoria no acesso aos serviços de saúde e educação;
- Redução de poeira no perímetro urbano.

## **INTERFERÊNCIAS DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA**

- Vibração dos equipamentos;
- Poeira e ruído gerados pela execução da obra;
- Seccionamento de propriedades atingidas;
- Desvio do tráfego para execução da pavimentação.

# CUSTO DA OBRA

O orçamento atualizado para a data base de março de 2017 é de aproximadamente  
R\$73.800.000,00.

Anexo B

Matriz Preliminar de Partes  
Interessadas

CATEGORIA DE PARTE INTERESSADA	PARTE INTERESSADA	CONTATOS (REPRESENTANTE, CARGO, ENDEREÇO E TELEFONE)	BREVE DESCRIÇÃO DA PARTE INTERESSADA	IMPACTOS E RISCOS ASSOCIADOS	HISTÓRICO DE RELACIONAMENTO	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE VULNERABILIDADE	AUTORIDADE	POSICIONAMENTO
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Luiz Alceu Ferreira pires e outros	Proprietário de área atingida	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Município Coronel Domingos Soares	Proprietário de área atingida	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixa	Sim	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Companhia de Habitação do Paraná- COHAPAR	Proprietário de área atingida	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Edson Nei Salvadori Desconci e outros	Proprietário de área atingida	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Aumento da competitividade comercial k) Diminuição de custos de transporte l) Redução dos custos de produtos de consumo m) Melhoria no escoamento de produção	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Coamo Agroindustrial Cooperativa	Proprietário de área atingida	a) Redução de área da propriedade (quando necessário) b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras j) Aumento da competitividade comercial k) Diminuição de custos de transporte l) Redução dos custos de produtos de consumo m) Melhoria no escoamento de produção	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixa	Não	Favorável

Afetado/Beneficiário	Proprietário	Neiva Cassia Carli	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Estrela Agro Florestal Ltda.	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Luciano de Bortoli e s/m	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Média	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Colso Ivan de Bortoli e s/m	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Média	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Delsi Guacira Tibes s/m	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável

Afetado/Beneficiário	Proprietário	Lindaura dos Pasos Pires	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Gideon Mendes de Araújo e outros	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Gilberto Mendes de Araújo e outros	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	José Pernlochner e outros	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Luiza Mara Motta dos Santos e s/m	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável

Afetado/Beneficiário	Proprietário	José Afonso Motta e s/m	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Job Joaquim Rodrigues e s/m	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Dóris de Fátima Marins de Araújo e outros	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Cristiano Andrade Andraschko e outros	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Rogério Stevo Cordeiro e outros	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável

Afetado/Beneficiário	Proprietário	Wilson Almeida Olivo e s/m	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Valdomiro Corrêa de Almeida e s/m	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Luiza Aparecida Corrêa de Almeida	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Aline de Kacia Cordeiro	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Carlos Eduardo Ribas Maciel	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável

Afetado/Beneficiário	Proprietário	Maria Teresinha Fonseca Gomes e outros	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Adenir Carlos Panho e s/m	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Waldomiro Corrêa de Almeida	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Geraldo Luz	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Cleusa Bortoli Panho e outros	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável

Afetado/Beneficiário	Proprietário	Roseblar Serafini e outros	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Edivan César Pereira de Souza e outros	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Clube União Recreativo Palmense	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Afetado/Beneficiário	Proprietário	Chopim Empreendimentos Florestais S/A	Proprietário de área atingida	<p>a) Redução de área da propriedade (quando necessário)</p> <p>b) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação</p> <p>c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores</p> <p>d) Melhoria na qualidade de vida após conclusão da obra devido à redução da emissão de poeiras e poluentes</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade</p> <p>h) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos</p> <p>i) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras</p> <p>j) Aumento da competitividade comercial</p> <p>k) Diminuição de custos de transporte</p> <p>l) Redução dos custos de produtos de consumo</p> <p>m) Melhoria no escoamento de produção</p>	Início de relacionamento em 08/07/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para pavimentação da rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Média	Baixa	Não	Favorável

CATEGORIA DE PARTE INTERESSADA	PARTE INTERESSADA	CONTATOS (REPRESENTANTE, CARGO ENDEREÇO E TELEFONE)	BREVE DESCRIÇÃO DA PARTE INTERESSADA	IMPACTOS E RISCOS ASSOCIADOS	HISTÓRICO DE RELACIONAMENTO	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE VULNERABILIDADE	AUTORIDADE	POSICIONAMENTO
Poder Público	Ação Social	Rejane Dias Meião	Ação Social	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	CRAS	Rosalina Bedin	CRAS	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Dep. Educação	Nilma Jaqueline Correia	Dep. Educação	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Dep. Educação	Marcia Dias Graf	Dep. Educação	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Dep. Educação	Márcia Andrade C. Lustosa	Dep. Educação	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal de Palmas	Rafael Bosco de Souza	Presidente da Câmara Municipal de Palmas	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Aumento do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) que transitarão no município d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) g) Aumento da competitividade econômica municipal h) Atratividade para novos empreendedores (Comércio e indústrias) i) Aumento da qualidade social do município j) Melhoria na trafegabilidade urbana	Início de relacionamento em 2011 quando foi estadualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	José Prentochner	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Palmas	Kosmos P. Nicolau	Prefeito de Palmas	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Aumento do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) que transitarão no município d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) g) Aumento da competitividade econômica municipal h) Atratividade para novos empreendedores (Comércio e indústrias) i) Aumento da qualidade social do município j) Melhoria na trafegabilidade urbana	Início de relacionamento em 2011 quando foi estadualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Palmas	César Pacheco Baptista	Vice-prefeito de Palmas	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Aumento do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) que transitarão no município d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) g) Aumento da competitividade econômica municipal h) Atratividade para novos empreendedores (Comércio e indústrias) i) Aumento da qualidade social do município j) Melhoria na trafegabilidade urbana	Início de relacionamento em 2011 quando foi estadualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixa	Não	Favorável

Poder Público	Junta Militar	Sebastião Soares O.	Junta Militar	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos	Início de relacionamento em 2011 quando foi estadualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Média	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Escola Especial Elenita Almeida Ferreira- APAE primeiros passos	Antônio Carlos Martins	Instituição de ensino	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	Emília Lago Almeida	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	Cleiton B. Reis	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	Angelo Tobias Pagliosa	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares	Ana Cecilia Tortelli Bogdan	Dep. Ação Social	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	Joel Valdir Fagundes	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	Nelson Antônio Donner	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	Paulo Henrique Barbosa	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	Lucimar Brizola	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	Alex Sandro Carvalho	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável

Beneficiário	Morador	Leocli Golvan	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares	Flávia de Lima	Dep. Educação	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal de Coronel Domingos Soares	Celso Silveira de Souza	Presidente da Câmara Municipal de Coronel Domingos Soares	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Aumento do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) que transitarão no município d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) g) Aumento da competitividade econômica municipal h) Atratividade para novos empreendedores (Comércios e indústrias) i) Aumento da qualidade social do município j) Melhoria na trafegabilidade urbana	Início de relacionamento em 2011 quando foi estadualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares	Cristiane Pires	Dep. Educação	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares	Dulce Ribas Martins	Dep. Educação	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares	Elizane Vaz Tosca	Dep. Educação	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	Roque Ferronato	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Sociedade Civil Organizada	Sindicato	João Franklin	Sindicato Rural	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento h) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 2011 quando foi estadualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Média	Baixa	Não	Favorável
Sociedade Civil Organizada	Sindicato	Luciano Pacheco Dommer	Sindicato Rural	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento h) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 2011 quando foi estadualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Média	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	Nicanor Telles	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável

Beneficiário	Morador	Leonildo Batista Reis	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Morador	Wilson Tigres dos Santos	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores g) Redução no tempo de deslocamento h) Transtorno temporário de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares	Terezinha Giacomet	Diretoria de Ação Social	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares	Aparecida	Téc. Ação Social	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares	Diego Argenta	Dir. Comunicação	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto d) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra e) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) f) Aumento da competitividade econômica municipal g) Atratividade para novos empreendedores (Comércio e indústrias) h) Aumento da qualidade social do município	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Prefeitura Municipal de Mato Rico	Marcelo Jairo Mendes	Prefeito de Mato Rico	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Aumento do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) que transitarão no município d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) g) Aumento da competitividade econômica municipal h) Atratividade para novos empreendedores (Comércio e indústrias) i) Aumento da qualidade social do município j) Melhoria na trafegabilidade urbana	Desconhecido	Alta	Baixa	Não	Favorável

CATEGORIA DE PARTE INTERESSADA	PARTE INTERESSADA	CONTATOS (REPRESENTANTE, CARGO ENDEREÇO E TELEFONE)	BREVE DESCRIÇÃO DA PARTE INTERESSADA	IMPACTOS E RISCOS ASSOCIADOS	HISTÓRICO DE RELACIONAMENTO	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE VULNERABILIDADE	AUTORIDADE	POSICIONAMENTO
Poder Público	Prefeitura de Coronel Domingos Soares.	Maria Antonieta de Araújo Almeida. End. Avenida Araucária, 3120	Prefeita de Coronel Domingos Soares.	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a pavimentação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Aumento do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) que transitarão no município d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desproporcionadas em função do projeto e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) g) Aumento da competitividade econômica municipal h) Atratividade para novos empreendedores (Comércio e indústrias) i) Aumento da qualidade social do município j) Melhoria na trafegabilidade urbana	Início de relacionamento em 2011 quando foi atualizada a esta não pavimentada de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixo	Sim	Favorável
Empresa	Lavradora Racional de Madeiras Lavrama S.A.	Pres. Jacob Reicher End. Distrito de Ubaldino Taques	Usuário da rodovia	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Transtorno temporário de deslocamento d) Aumento da competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhoria no escoamento de produção g) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 2011 quando foi atualizada a esta não pavimentada de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixo	Não	Favorável
Empresa/beneficiário	Sementes Ferronato	Pres. Roque Ferronato End. Rodovia PRT 280- s/n Km 64, Palmas-PR, 85555-000	Usuário da rodovia	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Transtorno temporário de deslocamento d) Aumento da competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhoria no escoamento de produção g) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 2011 quando foi atualizada a esta não pavimentada de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Média	Baixo	Não	Favorável
Empresa/beneficiário	Indústria de compensados CDS	Pres. Volnei Barbieri End. Avenida Antônio Lucidoro Ferreira	Usuário da rodovia	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Transtorno temporário de deslocamento d) Aumento da competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhoria no escoamento de produção g) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 2011 quando foi atualizada a esta não pavimentada de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Escola Especial Elenita Almeida Ferreira- APAE primeiros passos	Pres. Jaime Lazaretti Dir. Neiva de Fátima Suchow End. Rua Afonso Almeida Rocha, 1853	Instituição de ensino	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Colégio Estadual Santa Catarina	Dir. Andréia Brandalero e Valdir Castanha End. Avenida Araucária	Instituição de ensino	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Colégio Estadual do Campo Antônio Antônio França	Dir. Ison Francisco de Oliveira End. Comunidade Ponte do Chopim	Instituição de ensino	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Colégio Estadual do Campo Cláudio Rossoni	Dir. Lúzia Escongiski End. Comunidade Ponte do Iratim	Instituição de ensino	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixo	Não	Favorável
Poder Público	Colégio Estadual do Campo Monteiro Lobato	Dir. Jocelita Rodrigues End. Linha Pedregulho	Instituição de ensino	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos d) Redução no tempo de deslocamento e) Aumento da qualidade social do município f) Melhoria na qualidade do transporte escolar	Desconhecido	Média	Baixo	Não	Favorável
Empresa/beneficiário	COAMO Agroindustrial Unidade Cel. Domingos Soares	Ger. Claiton Pedrosa End. Avenida Araucária, entrada da cidade	Cooperativa	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Transtorno temporário de deslocamento d) Aumento da competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhoria no escoamento de produção g) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 2011 quando foi atualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Alta	Baixo	Não	Favorável
Empresa/beneficiário	Codepa- Cooperativa de Desenvolvimento e Produção	Pres. Nelson Konzen End. Rua Afonso de Almeida Rocha	Cooperativa	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Transtorno temporário de deslocamento d) Aumento da competitividade comercial e) Diminuição de custos de transporte f) Melhoria no escoamento de produção g) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 2011 quando foi atualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Média	Baixo	Não	Favorável
Sociedade Civil Organizada	Associação dos servidores Municipais de Coronel Domingos Soares	Pres. Cristiane das Graças Machado Pires End. Avenida Araucária, 3120 (Prefeitura)	Associação	a) Aumento do fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento	Desconhecido	Média	Baixo	Não	Favorável
Sociedade Civil Organizada	Associação Recreativa de Coronel Domingos Soares	Pres. Rafael Espindola de Abreu End. Avenida Araucária	Associação	a) Aumento do fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento h) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixo	Não	Favorável

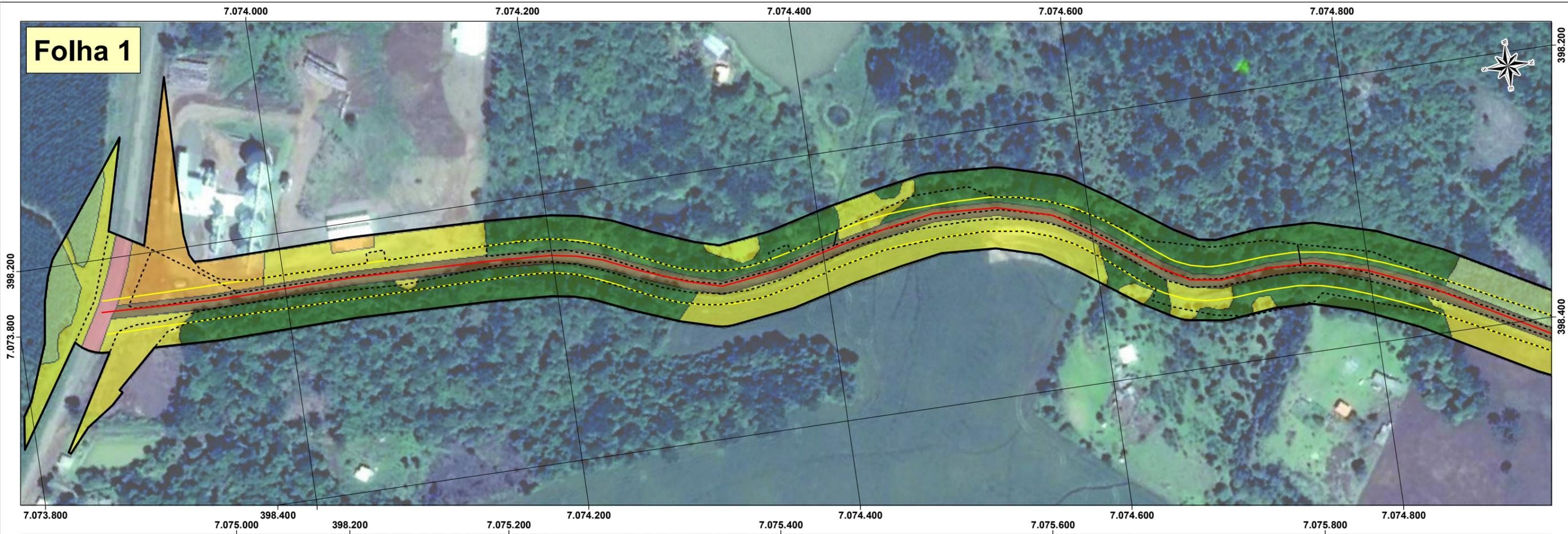
Sociedade Civil Organizada	Associação Desportiva e Cultural Três Pinheiros	Pres. Eberton Oliveira dos Santos End. Avenida Araucária	Associação	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento h) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixo	Não	Favorável
Empresa/beneficiário	Max Supermercado	Dir. Elson Tibes End. Avenida Araucária	Usuário da rodovia	a) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação b) Melhoria na segurança de trafegabilidade c) Redução no tempo de deslocamento d) Transtorno temporário de deslocamento e) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos f) Aumento da competitividade comercial g) Diminuição de custos de transporte h) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 2011 quando foi atualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixo	Não	Favorável
Empresa/beneficiário	Mercado Santa Fé/ Santa Fé Materiais de Construção	Dir. Eriberto Rotave/ Anderson Rotave End. Avenida Araucária	Usuário da rodovia	a) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação b) Melhoria na segurança de trafegabilidade c) Redução no tempo de deslocamento d) Transtorno temporário de deslocamento e) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos f) Aumento da competitividade comercial g) Diminuição de custos de transporte h) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 2011 quando foi atualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixo	Não	Favorável
Empresa/beneficiário	Vila Nova Materiais de Construção	Dir. Reni Bueno End. avenida Araucária	Usuário da rodovia	a) Valorização da propriedade em virtude da pavimentação b) Melhoria na segurança de trafegabilidade c) Redução no tempo de deslocamento d) Transtorno temporário de deslocamento e) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos f) Aumento da competitividade comercial g) Diminuição de custos de transporte h) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 2011 quando foi atualizada a rodovia de acesso ao município de Coronel Domingos Soares.	Baixa	Baixo	Não	Favorável

*PRELIMINAR*

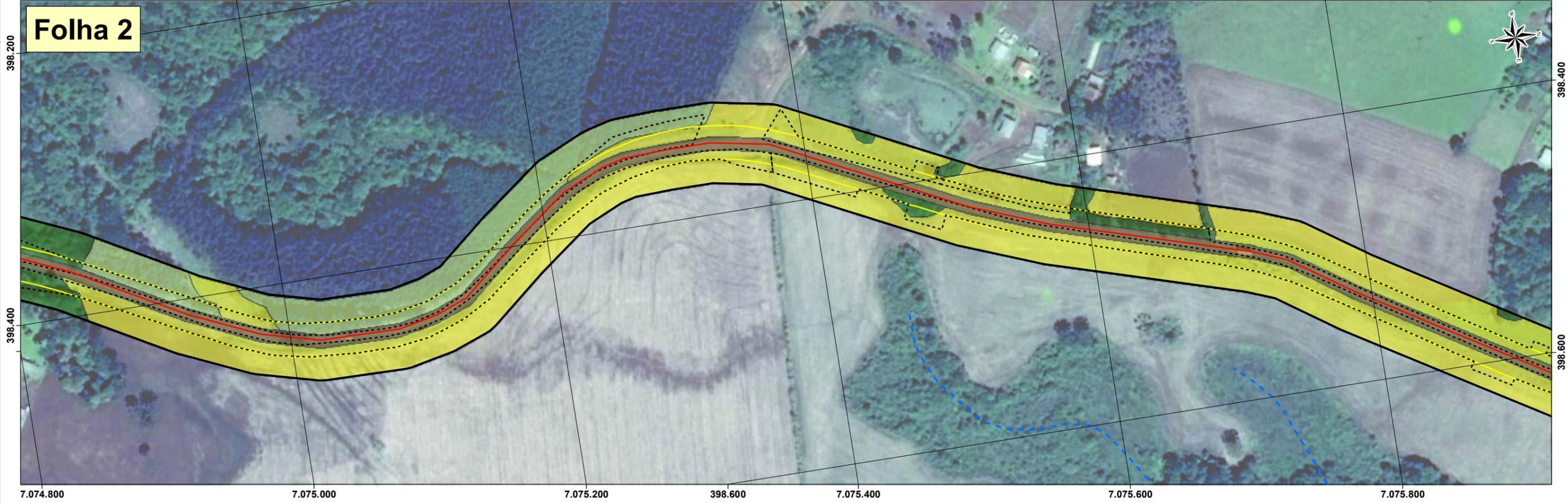
Anexo C

## Mapa de Cobertura Vegetal

# Folha 1

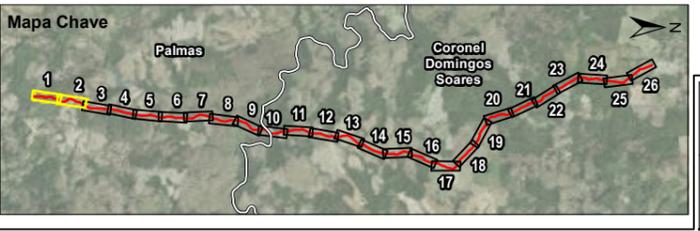


# Folha 2



**Legenda**

Eixo	Curso d'Água	Cobertura Vegetal	Uso do Solo
Faixa de Domínio	Curso d'Água Inferido	Vegetação Nativa	Área Urbana
Desapropriações	Área de Preservação Permanente (APP)	Reflorestamento	Área Rural
Área de Estudo		Campo Antrópico	Estrada de Terra
Limite Municipal		Área Úmida	Rodovia
			Corpo d'Água



0 25 50 75 100 m  
1:3.000

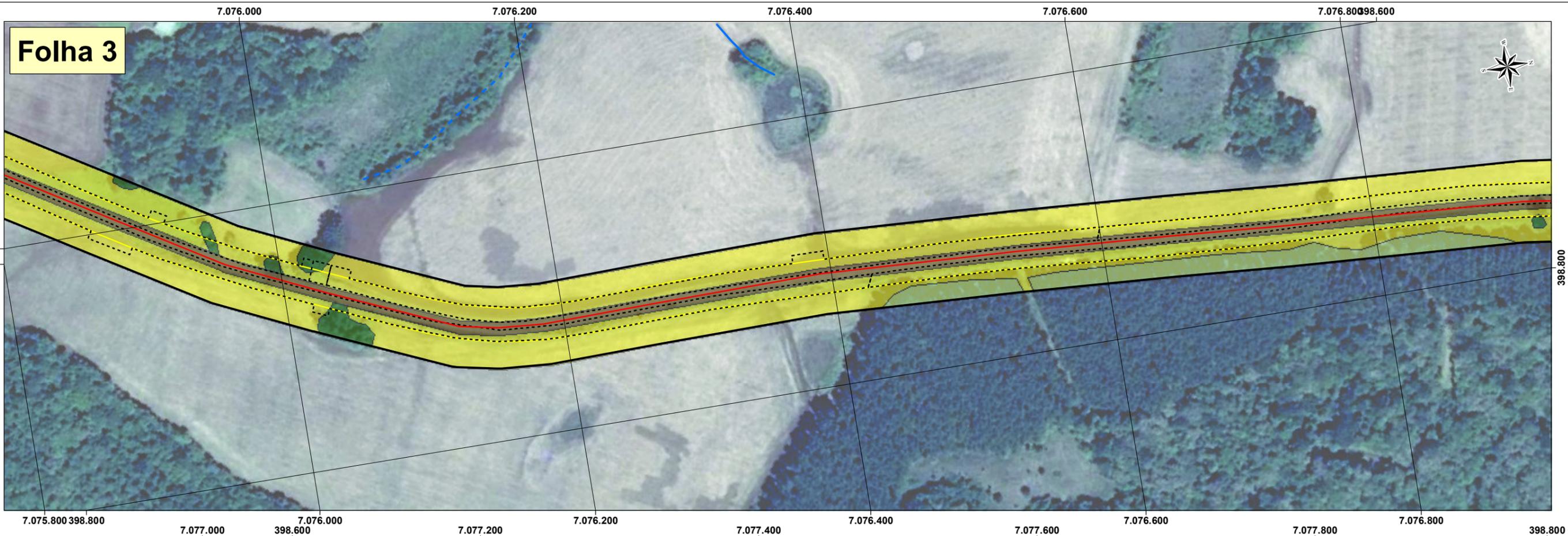
Universal Transversa de Mercator  
Meridiano Central 51° WGr  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
Carta IBGE - Covô - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

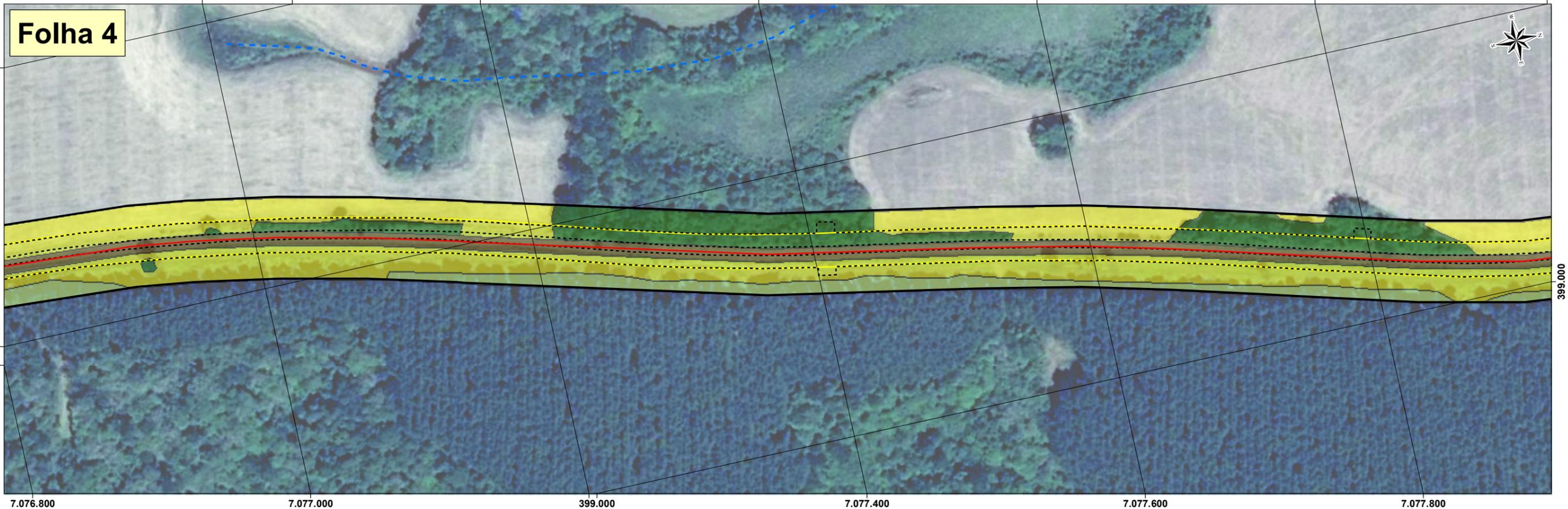
CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	ORDEM DE SERVIÇO
PROJETO	Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares	Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 1 e 2 de 26)	FIGURA/ANEXO Anexo 1
CONTROLE DE EDIÇÃO	29/05/2017 EDIÇÃO	29/05/2017 REVISÃO	ELABORADO POR Enrico Gonzales
			APROVADO POR Guilherme Aguirre

ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPOSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.

# Folha 3

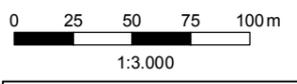
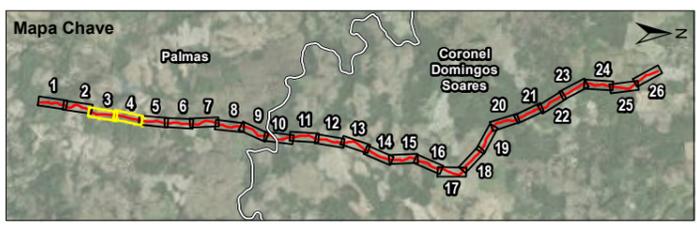


# Folha 4



FORMATO A3 420 x 297 mm

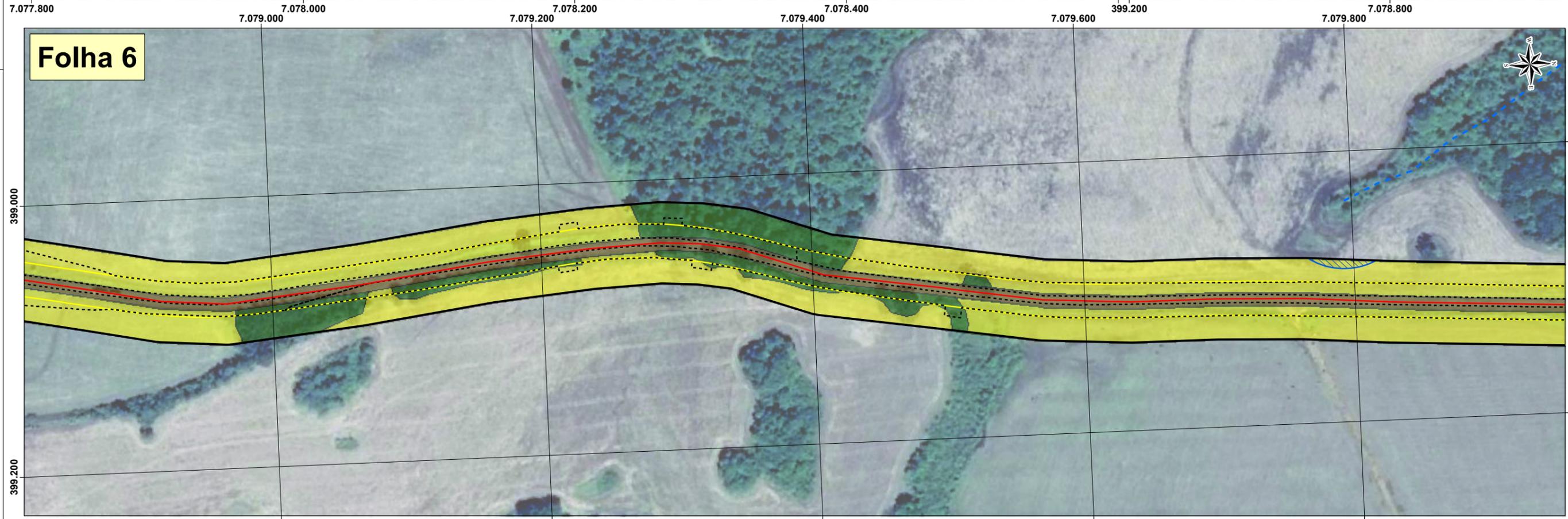
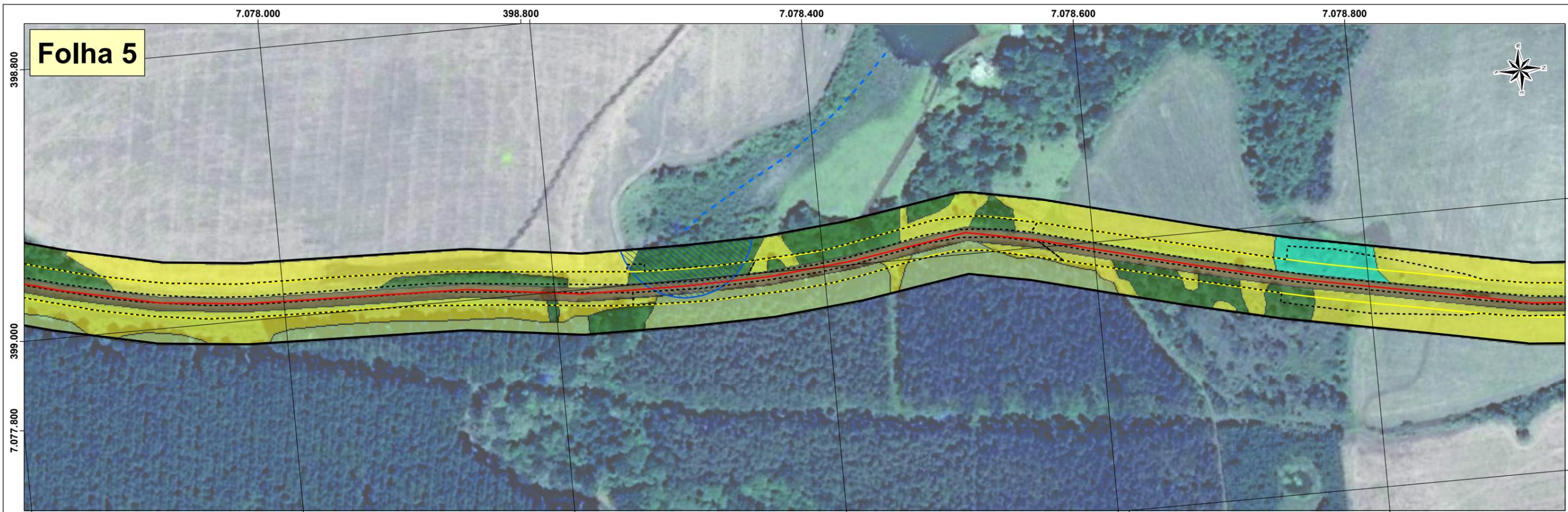
Legenda		Cobertura Vegetal		Uso do Solo	
	Eixo		Vegetação Nativa		Área Urbana
	Faixa de Domínio		Reflorestamento		Área Rural
	Desapropriações		Campo Antrópico		Estrada de Terra
	Área de Estudo		Área Úmida		Rodovia
	Limite Municipal		Curso d'Água		Corpo d'Água
			Curso d'Água Inferido		Área de Preservação Permanente (APP)



Universal Transversa de Mercator  
Meridiano Central 51° WGr  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

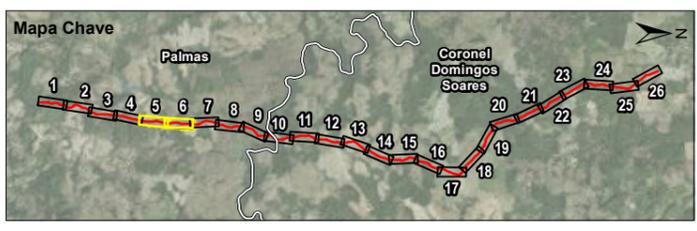
Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
Carta IBGE - Covô - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	<b>Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 3 e 4 de 26)</b>	ORDEM DE SERVIÇO	---
PROJETO	<b>Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares</b>	CONTROLE DE EDIÇÃO	EDIÇÃO / REVISÃO	FIGURA/ANEXO	Anexo 1
		29/05/2017 / 29/05/2017		ELABORADO POR	Enrico Gonzales
				APROVADO POR	Guilherme Aguirre
		ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPÓSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.			



**Legenda**

Eixo	Curso d'Água	Cobertura Vegetal	Uso do Solo
Faixa de Domínio	Curso d'Água Inferido	Vegetação Nativa	Área Urbana
Desapropriações	Área de Preservação Permanente (APP)	Reflorestamento	Área Rural
Área de Estudo		Campo Antrópico	Estrada de Terra
Limite Municipal		Área Úmida	Rodovia
			Corpo d'Água



0 25 50 75 100m  
1:3.000

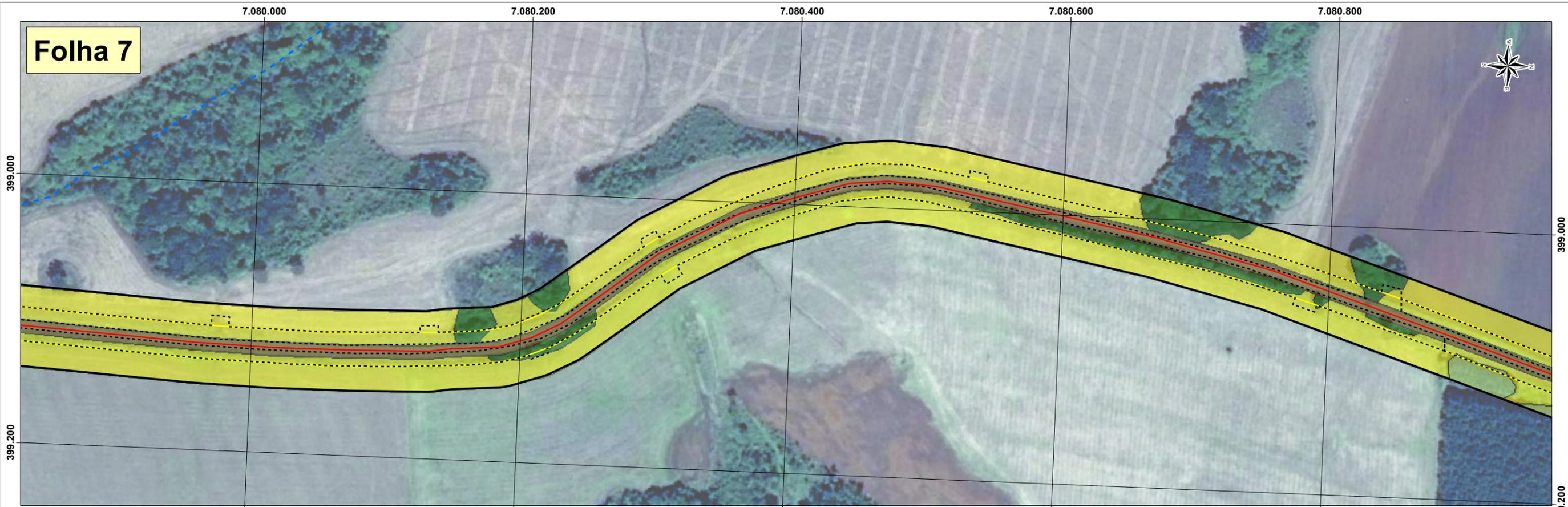
Universal Transversa de Mercator  
Meridiano Central 51° WGr  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
Carta IBGE - Covó - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

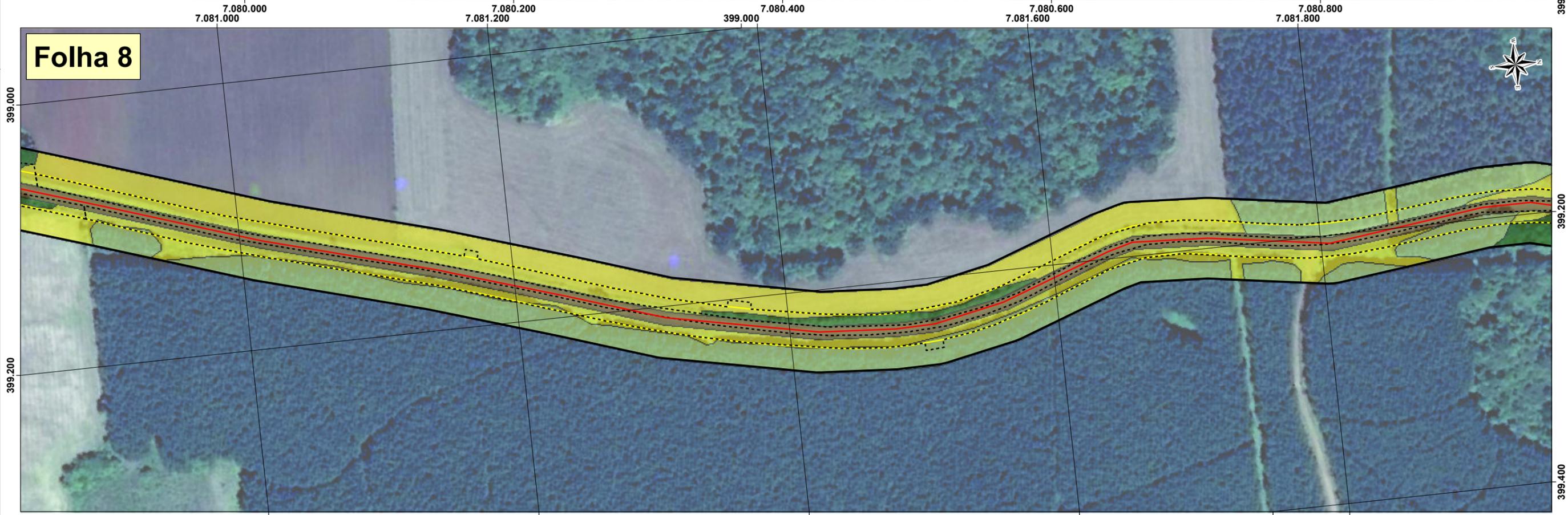
CLIENTE	DESCRIÇÃO	ORDEM DE SERVIÇO	
---	<b>Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 5 e 6 de 26)</b>	---	
PROJETO	CONTROLE DE EDIÇÃO	FIGURA/ANEXO	
<b>Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares</b>	29/05/2017 / 29/05/2017 EDIÇÃO / REVISÃO	Anexo 1	
	ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPÓSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.	ELABORADO POR	
		Enrico Gonzales	
		APROVADO POR	
		Guilherme Aguirre	

FORMATO A3 420 x 297 mm

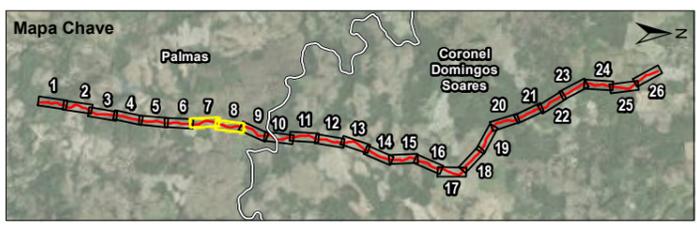
# Folha 7



# Folha 8



Legenda		Cobertura Vegetal		Uso do Solo	
	Eixo		Vegetação Nativa		Área Urbana
	Faixa de Domínio		Reflorestamento		Área Rural
	Desapropriações		Campo Antrópico		Estrada de Terra
	Área de Estudo		Área Úmida		Rodovia
	Limite Municipal		Curso d'Água		Corpo d'Água
	Curso d'Água Inferido		Área de Preservação Permanente (APP)		



0 25 50 75 100m  
1:3.000

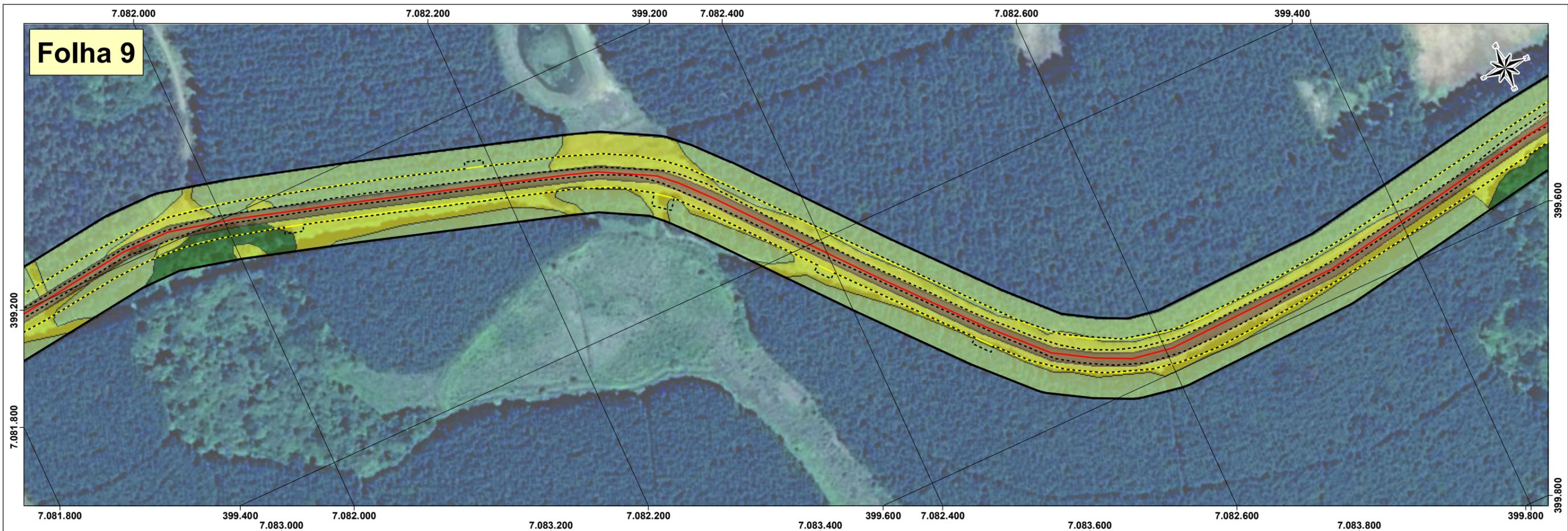
Universal Transversa de Mercator  
Meridiano Central 51° WGr  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
Carta IBGE - Covó - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

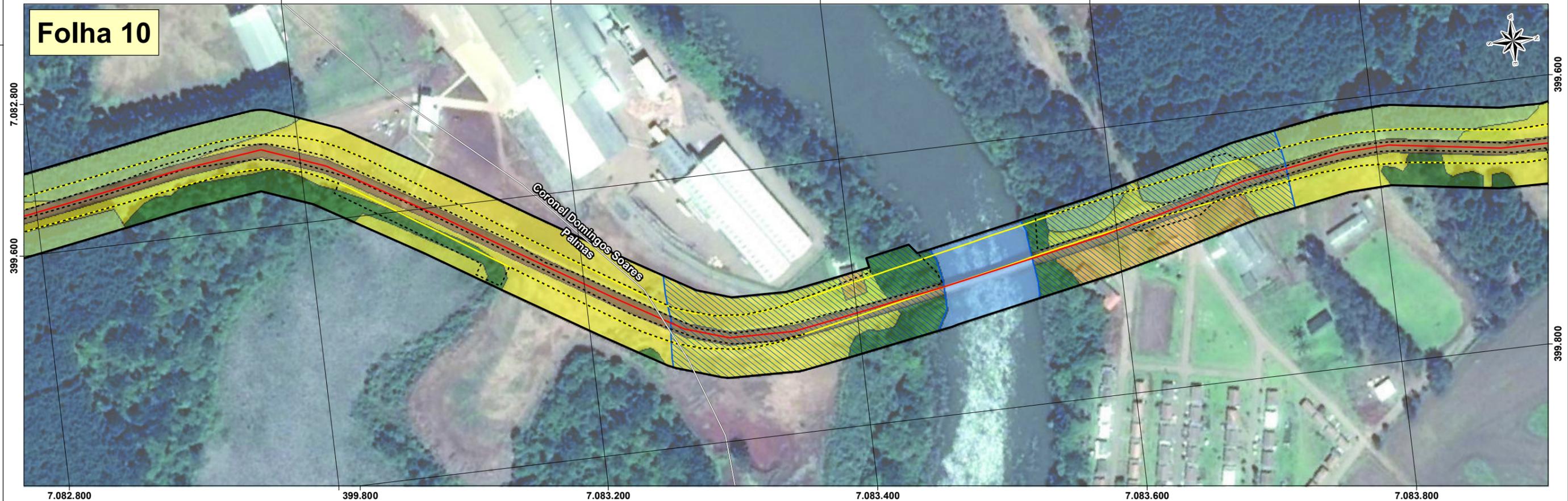
CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	<b>Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 7 e 8 de 26)</b>	ORDEM DE SERVIÇO	---
PROJETO	<b>Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares</b>	CONTROLE DE EDIÇÃO	29/05/2017 / EDIÇÃO	FIGURA/ANEXO	Anexo 1
			29/05/2017 / REVISÃO	ELABORADO POR	Enrico Gonzales
				APROVADO POR	Guilherme Aguirre

FORMATO A3 420 x 297 mm

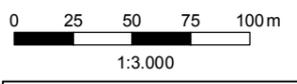
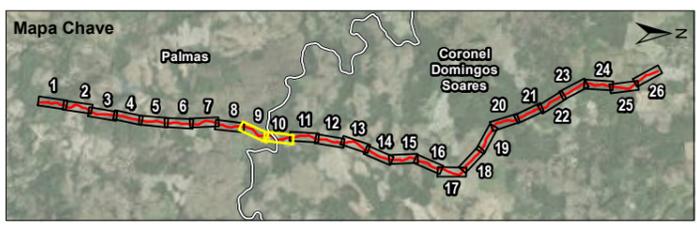
# Folha 9



# Folha 10



Legenda		Cobertura Vegetal		Uso do Solo	
	Eixo		Vegetação Nativa		Área Urbana
	Faixa de Domínio		Reflorestamento		Área Rural
	Desapropriações		Campo Antrópico		Estrada de Terra
	Área de Estudo		Área Úmida		Rodovia
	Limite Municipal		Área de Preservação Permanente (APP)		Corpo d'Água
	Curso d'Água				
	Curso d'Água Inferido				



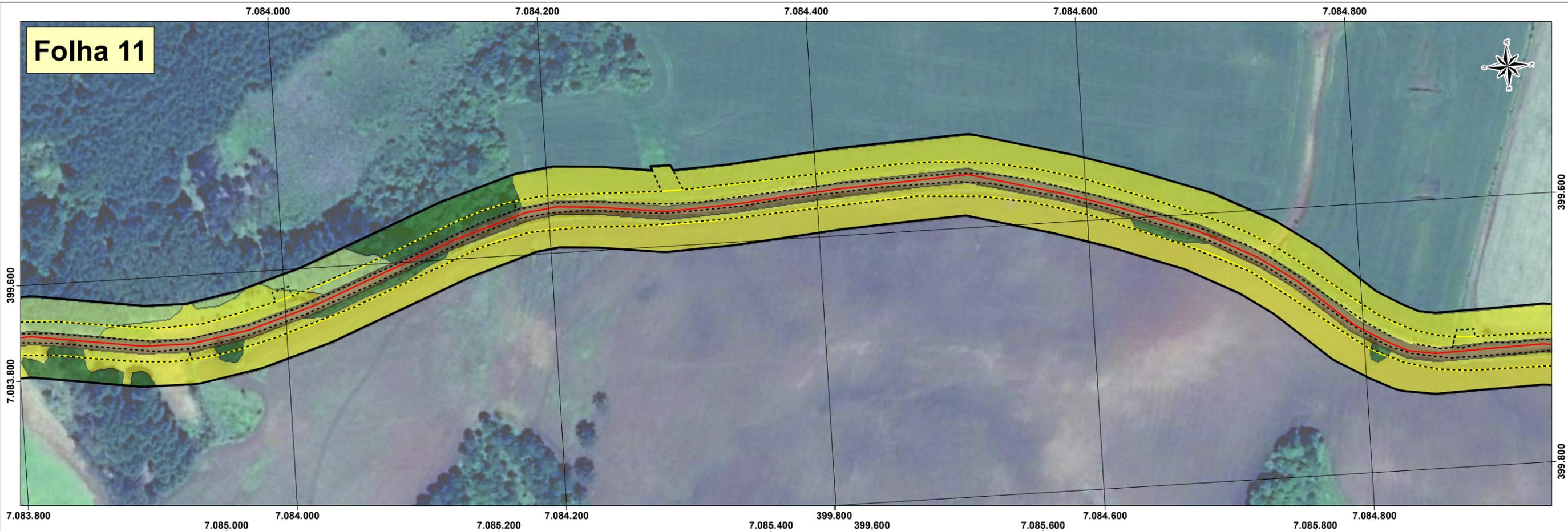
Universal Transversa de Mercator  
 Meridiano Central 51° WGr  
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
 Carta IBGE - Covô - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
 Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
 Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

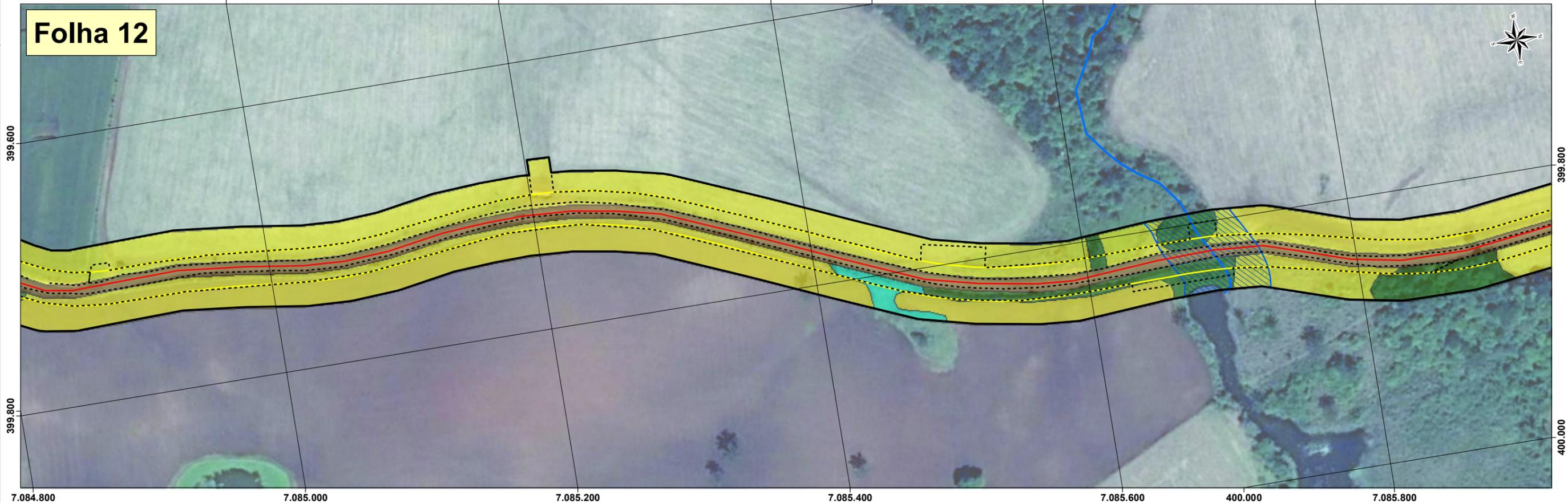
FORMATO A3 420 x 297 mm

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	<b>Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 9 e 10 de 26)</b>	ORDEM DE SERVIÇO	---
PROJETO	<b>Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares</b>	CONTROLE DE EDIÇÃO	29/05/2017 EDIÇÃO	FIGURA/ANEXO	Anexo 1
		REVISÃO	29/05/2017	ELABORADO POR	Enrico Gonzales
				APROVADO POR	Guilherme Aguirre

# Folha 11

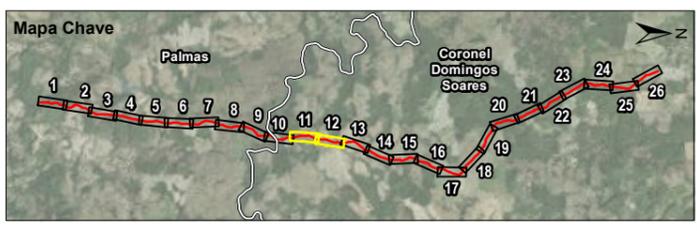


# Folha 12



**Legenda**

Eixo	Curso d'Água	<b>Cobertura Vegetal</b>	<b>Uso do Solo</b>
Faixa de Domínio	Curso d'Água Inferido	Vegetação Nativa	Área Urbana
Desapropriações	Área de Preservação Permanente (APP)	Reflorestamento	Área Rural
Área de Estudo		Campo Antrópico	Estrada de Terra
Limite Municipal		Área Úmida	Rodovia
			Corpo d'Água



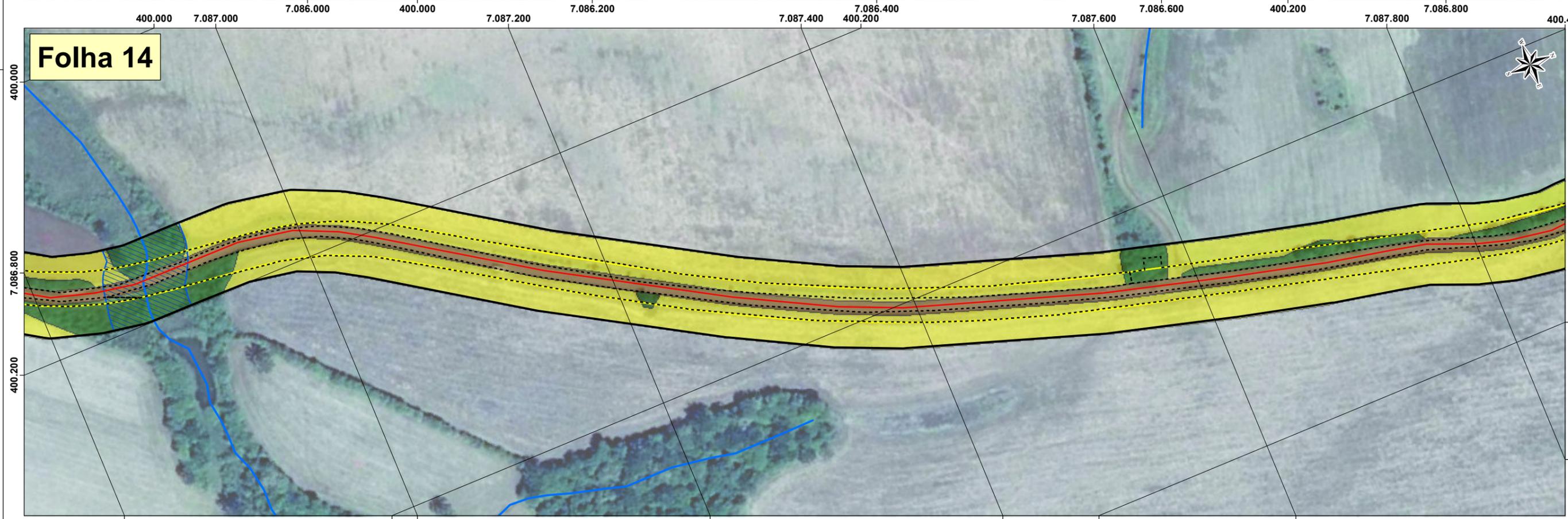
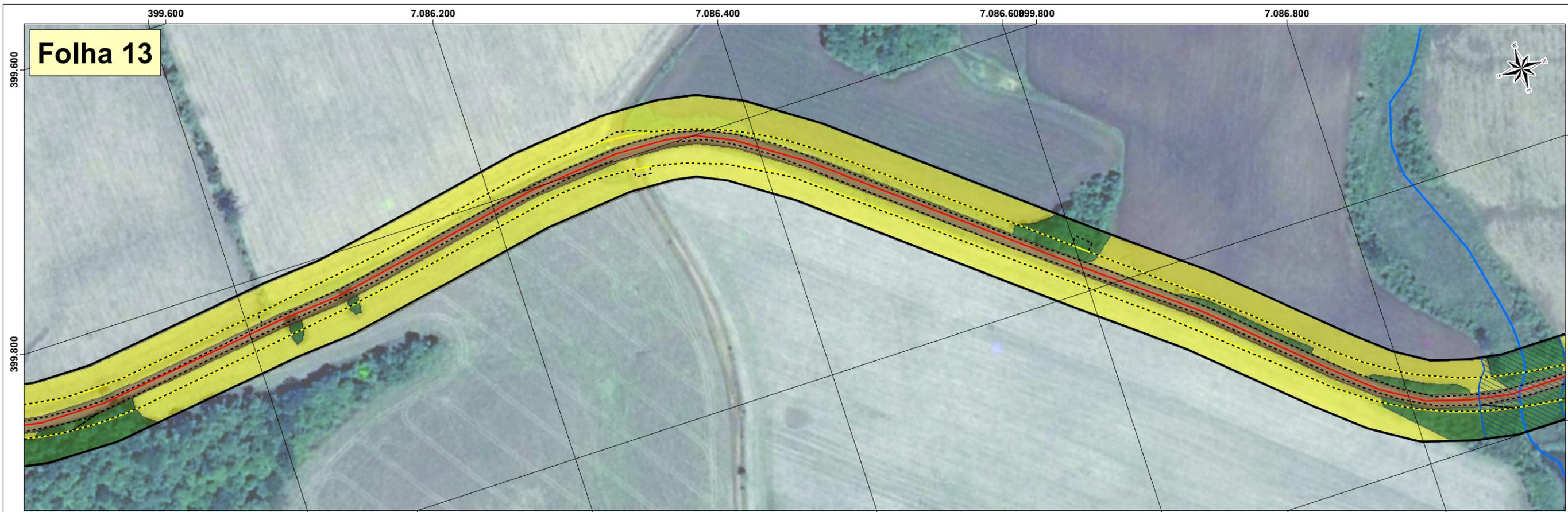
0 25 50 75 100 m  
1:3.000

Universal Transversa de Mercator  
Meridiano Central 51° WGr  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
Carta IBGE - Covô - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

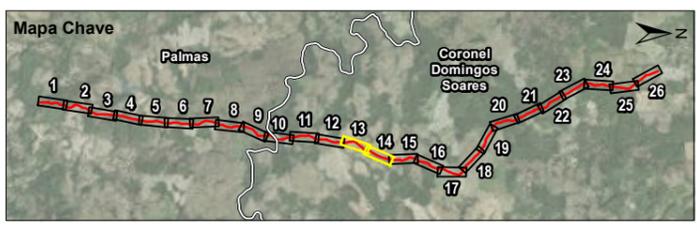
CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	ORDEM DE SERVIÇO
PROJETO	Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares	Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 11 e 12 de 26)	FIGURA/ANEXO Anexo 1
CONTROLE DE EDIÇÃO	29/05/2017 EDIÇÃO	29/05/2017 REVISÃO	ELABORADO POR Enrico Gonzales
			APROVADO POR Guilherme Aguirre
		ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPÓSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.	

FORMATO A3 420 x 297 mm



**Legenda**

Eixo	Curso d'Água	<b>Cobertura Vegetal</b>	<b>Uso do Solo</b>
Faixa de Domínio	Curso d'Água Inferido	Vegetação Nativa	Área Urbana
Desapropriações	Área de Preservação Permanente (APP)	Reflorestamento	Área Rural
Área de Estudo		Campo Antrópico	Estrada de Terra
Limite Municipal		Área Úmida	Rodovia
			Corpo d'Água



0 25 50 75 100m  
1:3.000

Universal Transversa de Mercator  
Meridiano Central 51° WGr  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

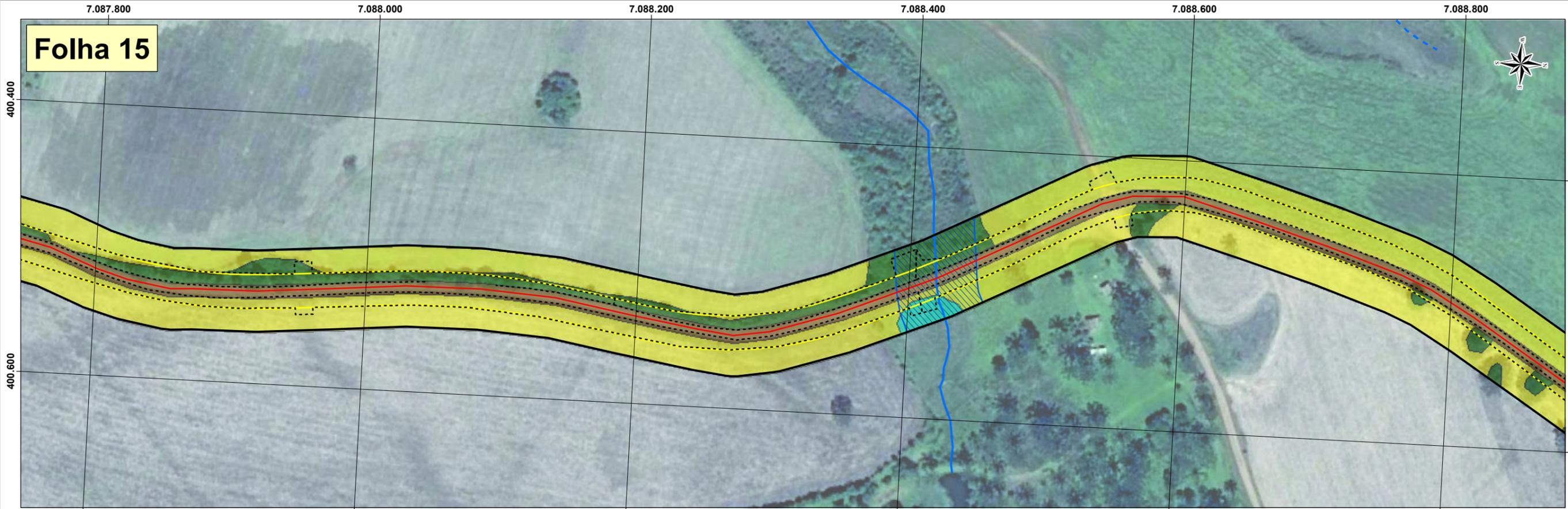
Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
Carta IBGE - Covô - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	ORDEM DE SERVIÇO
PROJETO	Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares	Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 13 e 14 de 26)	FIGURA/ANEXO Anexo 1
CONTROLE DE EDIÇÃO	29/05/2017 EDIÇÃO	ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPÓSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.	ELABORADO POR Enrico Gonzales
	29/05/2017 REVISÃO		APROVADO POR Guilherme Aguirre

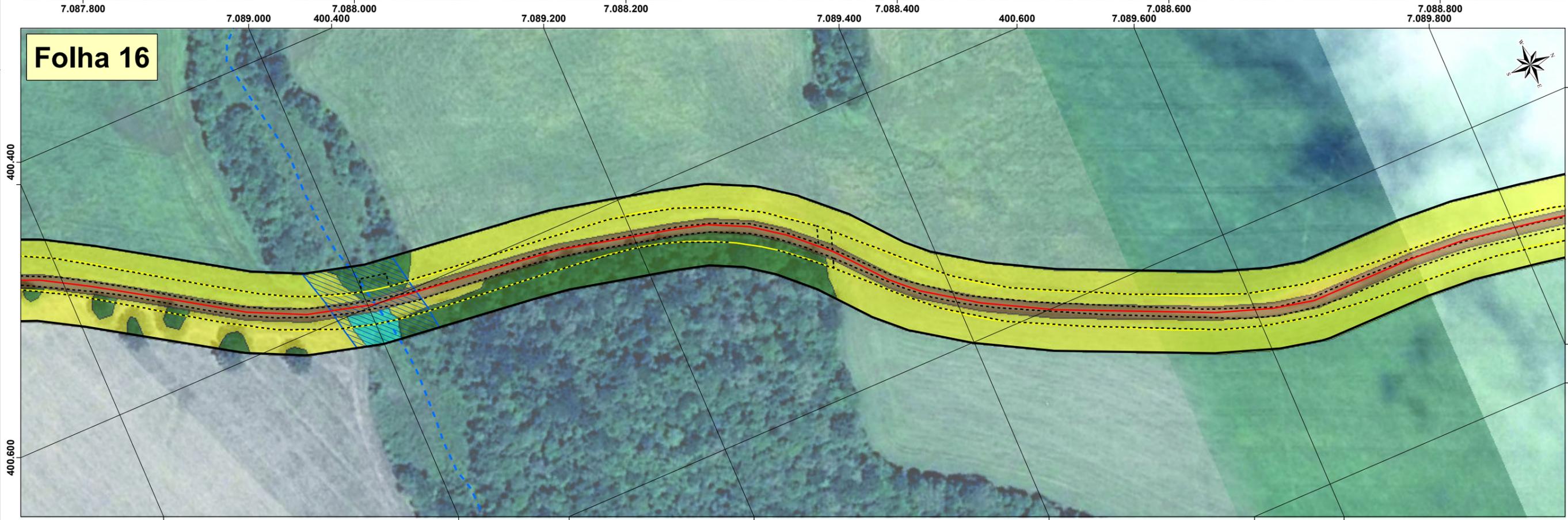
FORMATO A3 420 x 297 mm



# Folha 15



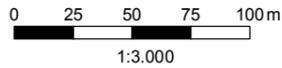
# Folha 16



### Legenda

- Eixo
- Faixa de Domínio
- - - - Desapropriações
- Área de Estudo
- Limite Municipal
- ~ Curso d'Água
- - - Curso d'Água Inferido
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Vegetação Nativa
- Reflorestamento
- Campo Antrópico
- Área Úmida
- Área Urbana
- Área Rural
- Estrada de Terra
- Rodovia
- Corpo d'Água

### Mapa Chave



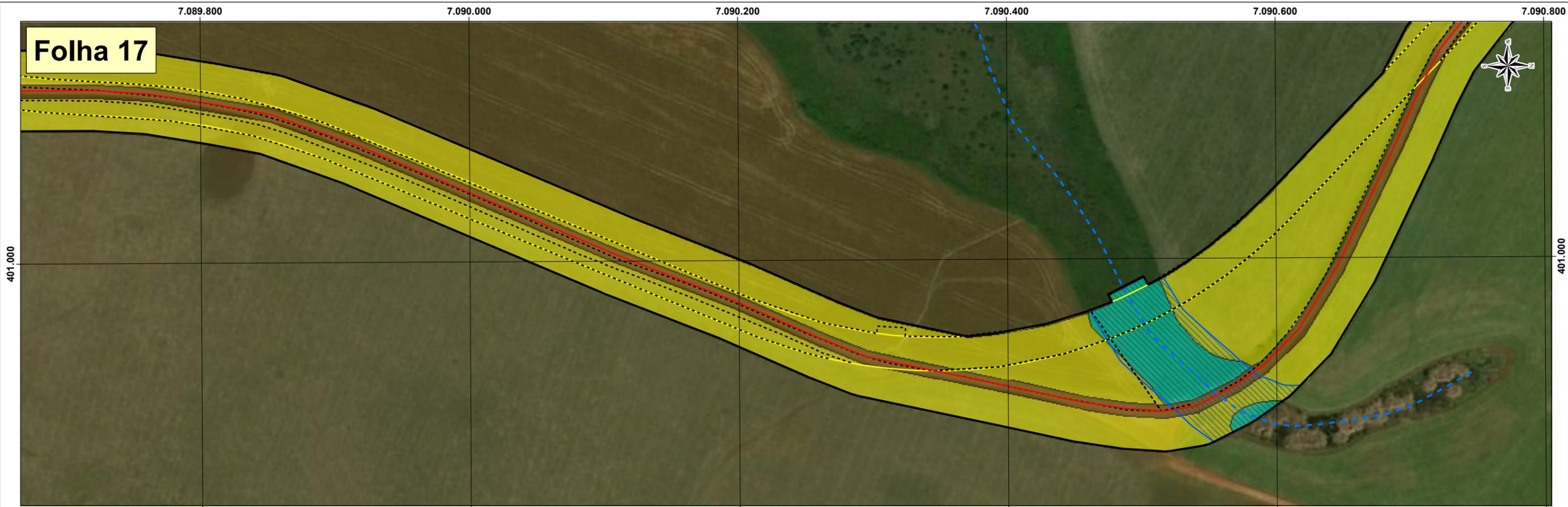
Universal Transversa de Mercator  
Meridiano Central 51° WGr  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
Carta IBGE - Covô - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

FORMATO A3 420 x 297 mm

<p>CLIENTE: -----</p> <p>PROJETO: Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares</p>	<p>DESCRIÇÃO: Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 15 e 16 de 26)</p> <p>CONTROLE DE EDIÇÃO:</p> <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="border: none;">EDIÇÃO</td> <td style="border: none;">REVISÃO</td> </tr> <tr> <td style="border: none;">29/05/2017</td> <td style="border: none;">29/05/2017</td> </tr> </table> <p>ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPOSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.</p>	EDIÇÃO	REVISÃO	29/05/2017	29/05/2017	<p>ORDEM DE SERVIÇO: ---</p> <p>FIGURA/ANEXO: Anexo 1</p> <p>ELABORADO POR: Enrico Gonzales</p> <p>APROVADO POR: Guilherme Aguirre</p>	
EDIÇÃO	REVISÃO						
29/05/2017	29/05/2017						

# Folha 17



# Folha 18



**Legenda**

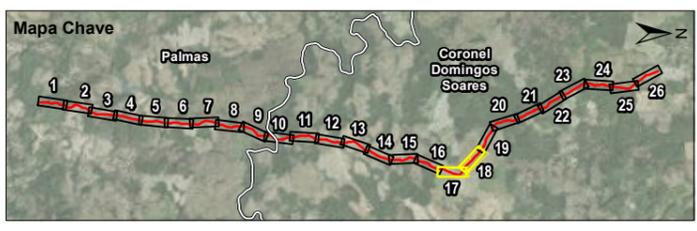
- Eixo
- Faixa de Domínio
- Desapropriações
- Área de Estudo
- Limite Municipal
- Curso d'Água
- Curso d'Água Inferido
- Área de Preservação Permanente (APP)

**Cobertura Vegetal**

- Vegetação Nativa
- Reflorestamento
- Campo Antrópico
- Área Úmida

**Uso do Solo**

- Área Urbana
- Área Rural
- Estrada de Terra
- Rodovia
- Corpo d'Água



0 25 50 75 100 m  
1:3.000

Universal Transversa de Mercator  
Meridiano Central 51° WGr  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

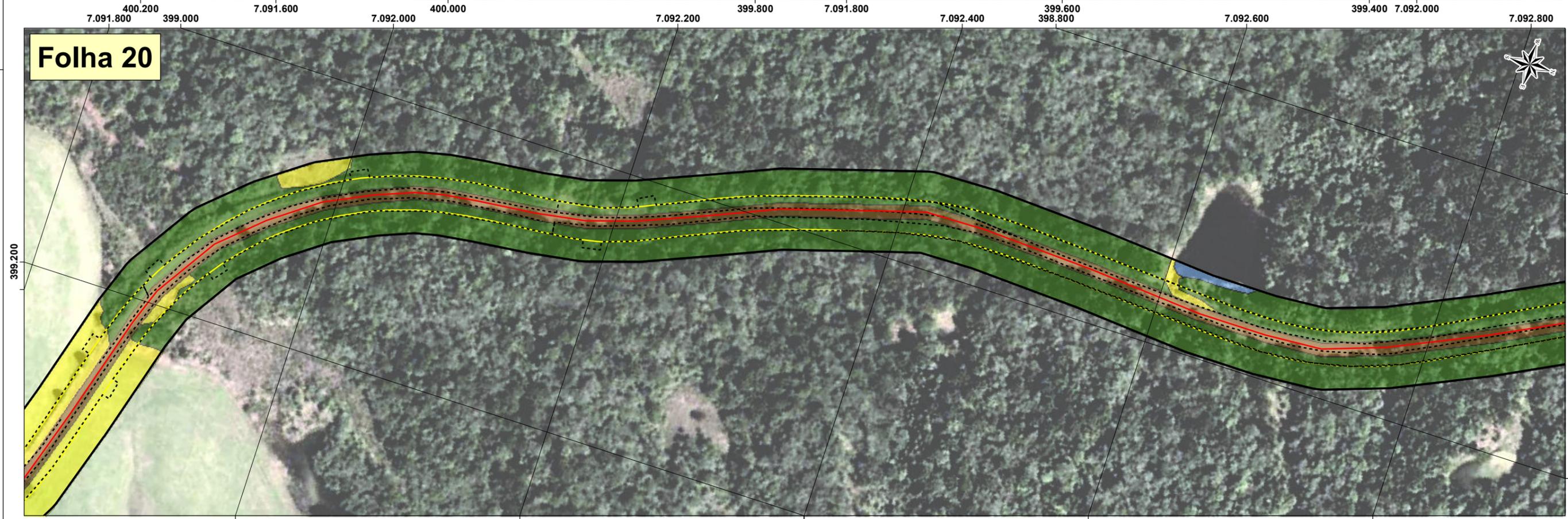
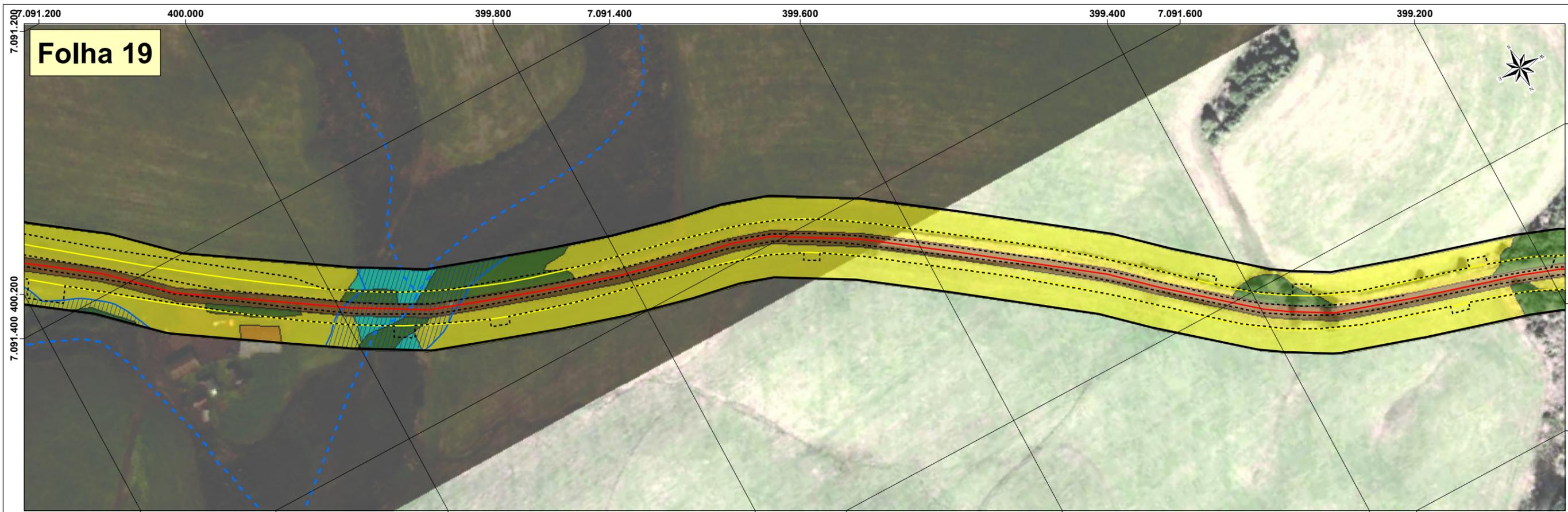
Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
Carta IBGE - Covô - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	ORDEM DE SERVIÇO
PROJETO	Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares	Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 17 e 18 de 26)	FIGURA/ANEXO Anexo 1
CONTROLE DE EDIÇÃO	29/05/2017 EDIÇÃO	29/05/2017 REVISÃO	ELABORADO POR Enrico Gonzales
			APROVADO POR Guilherme Aguirre

ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPÓSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.

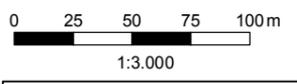
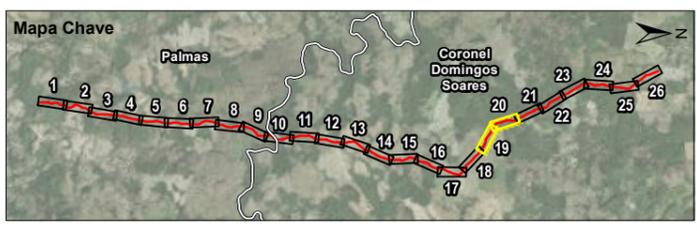


FORMATO A3 420 x 297 mm



**Legenda**

Eixo	Curso d'Água	Cobertura Vegetal	Uso do Solo
Faixa de Domínio	Curso d'Água Inferido	Vegetação Nativa	Área Urbana
Desapropriações	Área de Preservação Permanente (APP)	Reflorestamento	Área Rural
Área de Estudo		Campo Antrópico	Estrada de Terra
Limite Municipal		Área Úmida	Rodovia
		Corpo d'Água	



Universal Transversa de Mercator  
 Carta IBGE - Covô - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
 Carta IBGE - Covô - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
 Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
 Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	ORDEM DE SERVIÇO
PROJETO	Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares	Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 19 e 20 de 26)	FIGURA/ANEXO Anexo 1
CONTROLE DE EDIÇÃO	29/05/2017 EDIÇÃO	29/05/2017 REVISÃO	ELABORADO POR Enrico Gonzales
			APROVADO POR Guilherme Aguirre

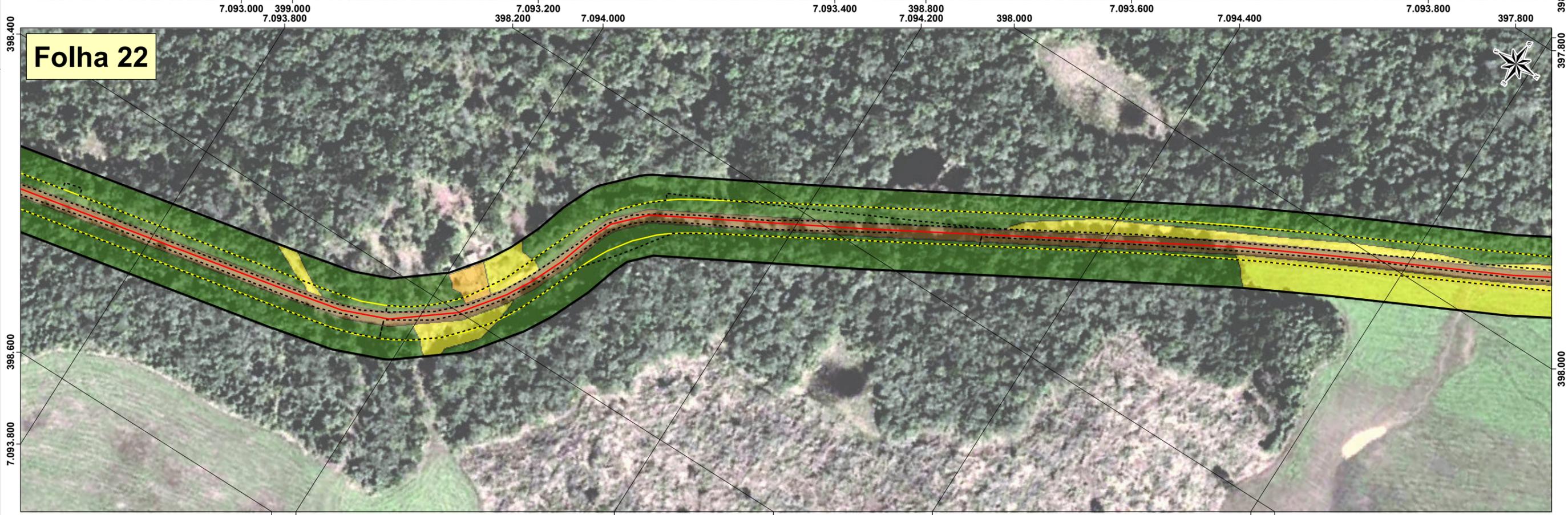


FORMATO A3 420 x 297 mm

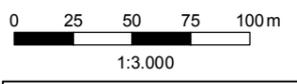
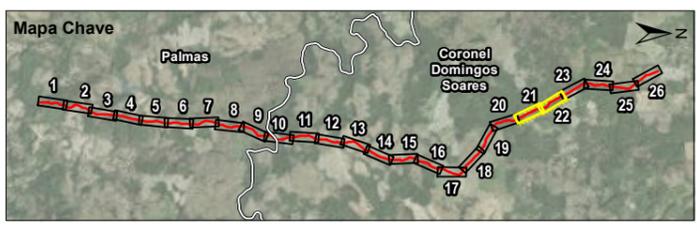
# Folha 21



# Folha 22



Legenda		Cobertura Vegetal		Uso do Solo	
	Eixo		Vegetação Nativa		Área Urbana
	Faixa de Domínio		Reflorestamento		Área Rural
	Desapropriações		Campo Antrópico		Estrada de Terra
	Área de Estudo		Área Úmida		Rodovia
	Limite Municipal				Corpo d'Água
	Curso d'Água				
	Curso d'Água Inferido				
	Área de Preservação Permanente (APP)				



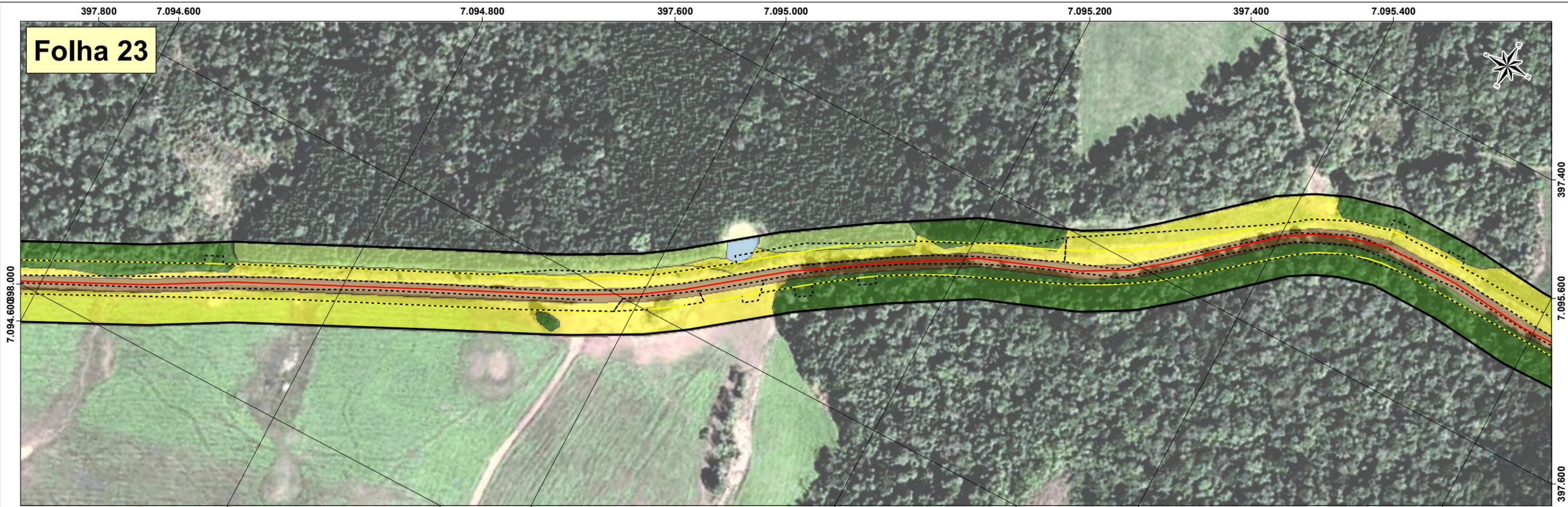
Universal Transversa de Mercator  
 Meridiano Central 51° WGr  
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
 Carta IBGE - Covô - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
 Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
 Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

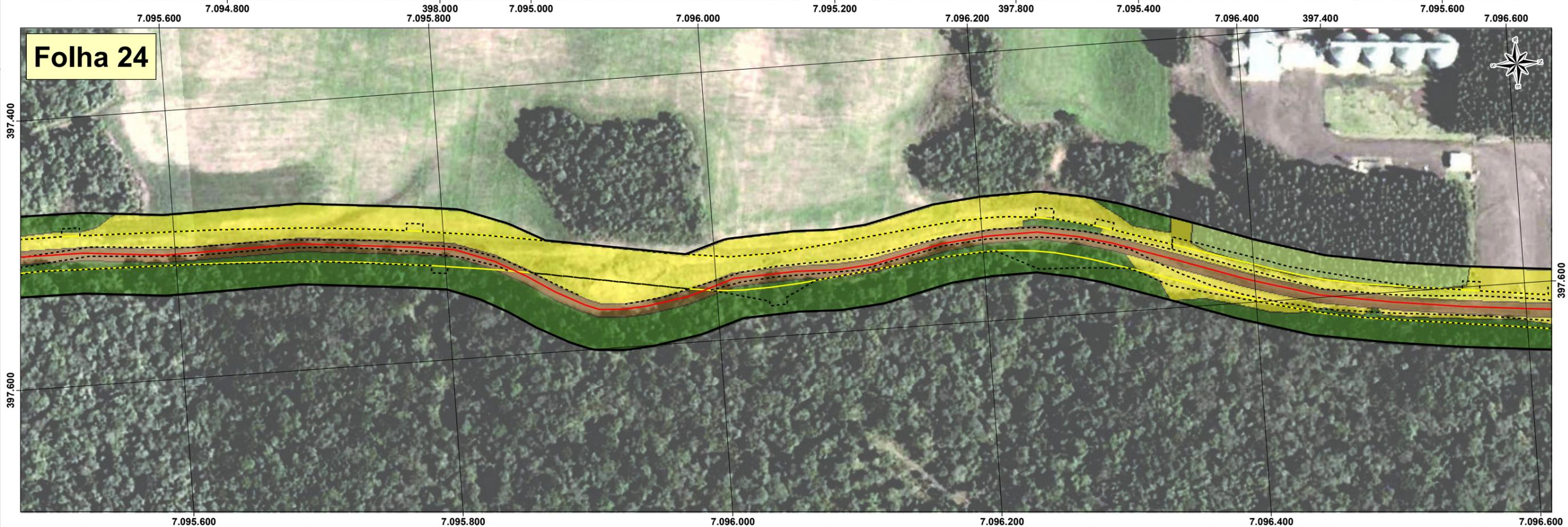
FORMATO A3 420 x 297 mm

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	<b>Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 21 e 22 de 26)</b>	ORDEM DE SERVIÇO	---	
PROJETO	<b>Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares</b>	CONTROLE DE EDIÇÃO	EDIÇÃO: 29/05/2017 REVISÃO: 29/05/2017	FIGURA/ANEXO	Anexo 1	
		ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPÓSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.		ELABORADO POR	Enrico Gonzales	
				APROVADO POR	Guilherme Aguirre	

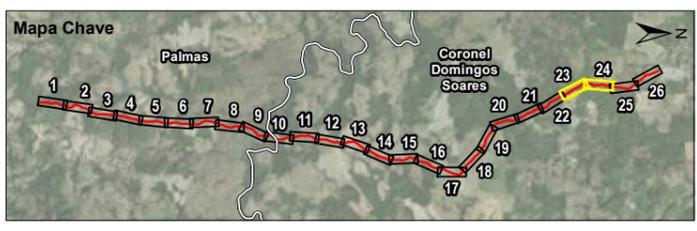
# Folha 23



# Folha 24



Legenda		Cobertura Vegetal	Uso do Solo
	Eixo		Vegetação Nativa
	Faixa de Domínio		Reflorestamento
	Desapropriações		Campo Antrópico
	Área de Estudo		Área Úmida
	Limite Municipal		Área Urbana
	Curso d'Água		Área Rural
	Curso d'Água Inferido		Estrada de Terra
	Área de Preservação Permanente (APP)		Rodovia
			Corpo d'Água



0 25 50 75 100 m  
1:3.000

Universal Transversa de Mercator  
Meridiano Central 51° WGr  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

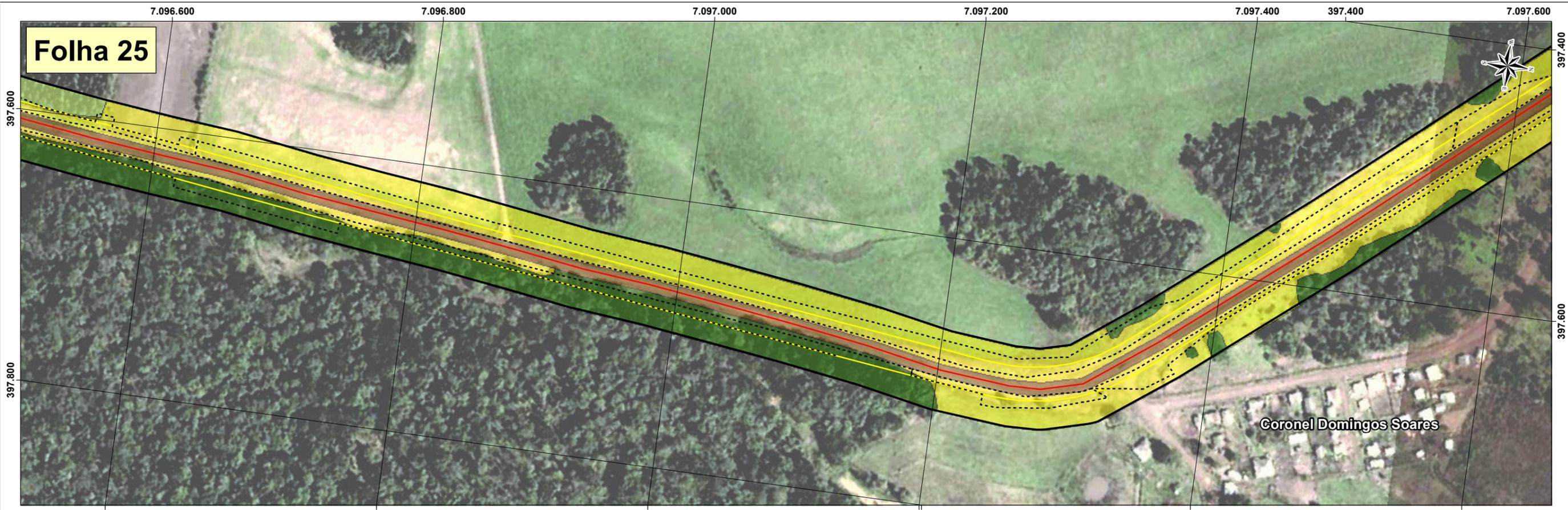
Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
Carta IBGE - Covó - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	<b>Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 23 e 24 de 26)</b>	ORDEM DE SERVIÇO	---
PROJETO	<b>Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares</b>	CONTROLE DE EDIÇÃO	29/05/2017 EDIÇÃO	FIGURA/ANEXO	Anexo 1
		REVISÃO	29/05/2017	ELABORADO POR	Enrico Gonzales
				APROVADO POR	Guilherme Aguirre

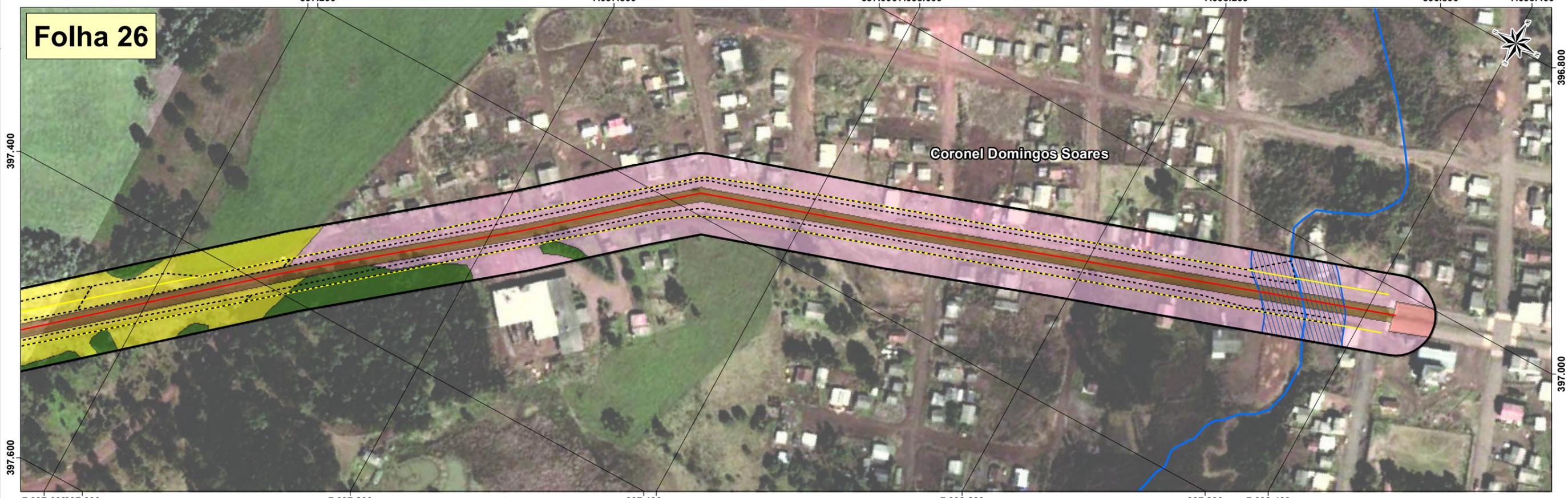


FORMATO A3 420 x 297 mm

# Folha 25



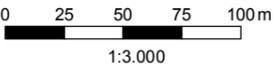
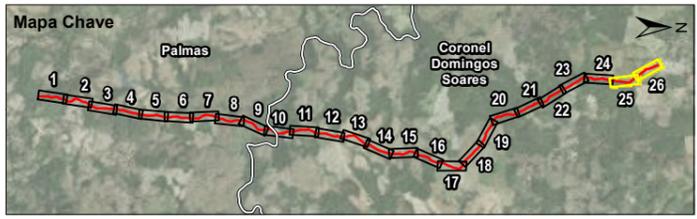
# Folha 26



- Legenda**
- Eixo
  - Faixa de Domínio
  - - - - Desapropriações
  - Área de Estudo
  - Limite Municipal

- Curso d'Água
- - - Curso d'Água Inferido
- Área de Preservação Permanente (APP)

- Cobertura Vegetal**
- Vegetação Nativa
  - Reflorestamento
  - Campo Antrópico
  - Área Úmida
- Uso do Solo**
- Área Urbana
  - Área Rural
  - Estrada de Terra
  - Rodovia
  - Corpo d'Água

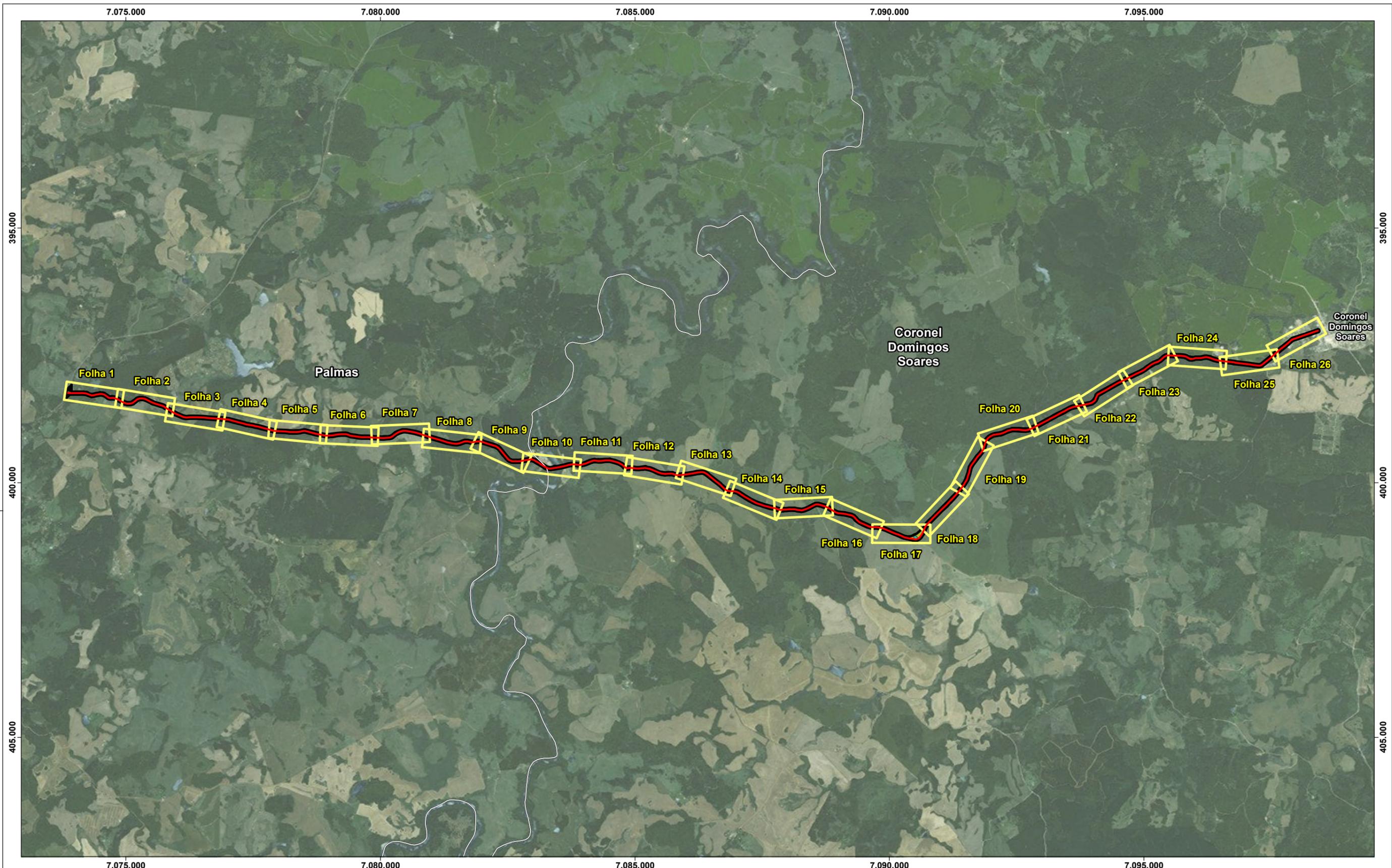


Universal Transversa de Mercator  
 Meridiano Central 51° WGr  
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 22 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
 Carta IBGE - Covó - MI-2863-2 - 1:50.000 / Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
 Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
 Imagens Google Earth - Ago/11 (Folhas 17 a 26) e Nov/16 (Folhas 1 a 16)

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	ORDEM DE SERVIÇO
PROJETO	Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares	Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 25 e 26 de 26)	FIGURA/ANEXO Anexo 1
CONTROLE DE EDIÇÃO	EDIÇÃO / REVISÃO	29/05/2017 / 29/05/2017	ELABORADO POR Enrico Gonzales
			APROVADO POR Guilherme Aguirre





- Legenda**
- Eixo
  - Área de Estudo
  - Limite Municipal
- Cobertura Vegetal**
- Vegetação Nativa
  - Reflorestamento
  - Campo Antrópico
  - Área Úmida
- Uso do Solo**
- Área Urbana
  - Área Rural
  - Estrada de Terra
  - Rodovia
  - Corpo d'Água



0 0,5 1 1,5 2 2,5 km

1:70.000

Universal Transversa de Mercator  
Meridiano Central 51° WGr  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000  
Zona 22 Sul

Fonte:  
Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.  
Carta IBGE - Covó - MI-2863-2 - 1:50.000  
Palmas-W - MI-2863-4 - 1:50.000  
Palmas - 2864-3 - 1:50.000  
Imagens Google Earth - Ago/11 e Nov/16

FORMATO A3 420 x 297 mm

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	<b>Mapa de Cobertura Vegetal (Mapa Chave)</b>	ORDEM DE SERVIÇO	---
PROJETO	<b>Pavimentação PR-449 - Coronel Domingos Soares</b>	CONTROLE DE EDIÇÃO	EDIÇÃO / REVISÃO	FIGURA / ANEXO	Anexo 1
		29/05/2017	29/05/2017	ELABORADO POR	Enrico Gonzales
				APROVADO POR	Guilherme Aguirre
		ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPÓSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.			